



FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

**Relatório de Identificação e Delimitação
da Terra Indígena Herarekã Xetá
Município de Ivaté – PR**



**Brasília
2013**

CGID/DPT
Recebido em 26/11/13
Elaine

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOS	iii
LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE MAPAS	vii
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
INTRODUÇÃO	1
PRIMERIA PARTE – DADOS GERAIS	12
SEGUNDA PARTE – HABITAÇÃO PERMANENTE	84
TERCEIRA PARTE – ATIVIDADES PRODUTIVAS	106
QUARTA PARTE – MEIO AMBIENTE	127
QUINTA PARTE – REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL	142
SEXTA PARTE – LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO	180
SÉTIMA PARTE – CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO	200
Bibliografia	203
Anexos	

LISTA DE FOTOS

FOTO 01: Tuca, Kuein, Tikuein (José Luciano), Tiquêin, Ana Maria Tigua, Maria Rosa Tigua e Maria Rosa Ã., em ato a favor da identificação e delimitação da TI Herarekã Xetá

FOTO 02: Governador Jaime Lerner assinando termo, juntamente com o Presidente da FUNAI, em prol da demarcação da TI Xetá. Ao fundo, Tikuein (José Luciano, falecido em 2005), Rondon e Tuca (falecido em 2007)

FOTO 03: Tuca, Glênio (Presidente da Funai), Tiquêin, Jaime Lerner (Governador do Paraná), Kuein, Indioara (filha de Tuca) e filho, no ato em prol da demarcação da TI Xetá

FOTO 04: Tiquêin, Kuein, Tikuein (José Luciano), Tuca e Maria Rosa Ã., no ato em prol da demarcação da TI Xetá

FOTO 05 - Maria Rosa Tigua, Tiquêin, Tikuein (José Luciano), Rondon e Tuca localizam a terra indígena em mapa

FOTO 06: Tikuein, Tuca e Kuein escutam gravações feitas no âmbito do GT Portaria nº. 1230/PRES/2000

FOTO 07. Descendentes da Maria Rosa Ã e de Tikuein (José Luciano) desenhando suas árvores genealógicas

FOTO 08: Julio César e Benedita, ambos filhos de Tikuein (José Luciano), apresentam sua árvore genealógica

FOTO 09: Parte dos descendentes de Tikuein (José Luciano) e Maria Rosa Ã

FOTO 10: Maria Rosa Ã, experimenta colar de varetas Xetá durante visita ao MAE/UFPR

FOTO 11: Elaboração de calendário ecológico-econômico Xetá, pelos descendentes de Tikuein (José Luciano)

FOTO 12: Tuca (boné preto), Tikuein (boné vermelho), Tiquêin e Carmen, na casa de Maria Rosa Tigua, durante trabalho de campo do GT Portaria nº. 1230/PRES/2000

FOTO 13: Tuca e Kuein, ao fundo, o Rio Ivaí

FOTO 14: Caiuá (Tikuein Uéio) e Pyxapa, junto com os agrimensores Suemitso Miyamura Ltda.

FOTO 15: Caiuá (menino) e Pyxapa (adulto)

FOTO 16: Tuca e Caiuá

FOTO 17: I Expedição Outubro de 1955, com Dival de Souza (7^{IR}SPI), Loyola Neto (Revista Guaíra), Loreiro Fernandes (UFPR), Ney Barreto (Estudante de Geografia UFPR), Caiuá (Xetá), Durval Machado (7^{IR}SPI) e Tuca (Xetá).

FOTO 18: I Expedição – Outubro de 1955, com Ferralma e Loyola Neto (Revista Guaíra), Ney Barreto (estudante de Geografia UFPR), Loureiro Fernandes (Prof. UFPR), Antônio Freitas (Adm. Faz. S. Rosa), Dival José de Souza (7^{IR}SPI), Tuca e Caiuá (intérpretes e guias Xetá), Durval Machado (7^{IR}SPI)

FOTO 19: I Expedição efetuada em outubro de 1955, com Loureiro, Caiuá (Tikuein Uéio) e Tuca, que auxilia na identificação e descrição dos artefatos encontrados

FOTO 20: II Expedição - Novembro de 1955 – Acampamento de Adjatukã e seu irmão Mã. Ao lado de Mã (Antônio Lustosa de Freitas, e Dival de Souza (7^a. IR/SPI), Hevay (irmã de Tuca), 2^a esposa de Mã e a 1^a esposa Mã. esposa e filho de Adjatukã (esquerda). Em pé ao lado de Kuein: Durval Machado (7^a. IR/SPI)

FOTO 21: II Expedição SPI – Nov. 1955, com Maria Rosa Ã sendo trazida para Curitiba

FOTO 22: Grupo local 02, situado no Córrego 215

- FOTO 23:** Tuca e seus tios maternos. Mã (Haikumbay), à esquerda, e Adjatukã (Tahey), com Antônio L. Freitas, Dival de Souza, à direita. II Expedição SPI
- FOTO 24:** Grupo de Nhengo, com Antônio de Freitas [com barba], Loureiro Fernandes [de chapéu], Durval Antunes [com bigode], Nhengo, Adjatukã e Tuca a sua esquerda. Expedição de Pesquisa, na esquerda Córrego 215
- FOTO 25:** Expedição de Pesquisa, no Córrego 215
- FOTO 26:** Antônio L. Freitas, Tikuein Gaméy (Geraldo) e Tiguá (Maria Rosa)
- FOTO 27:** O menino Xetá Natal com o Padre Aleixo, de batina preta.
- FOTO 28:** Estrada aberta no interior da mata situada na Serra dos Dourados
- FOTO 29:** Desmatamento na Serra dos Dourados
- FOTO 30:** Placa da COBRINCO, na Serra dos Dourados
- FOTO 31:** Loureiro Fernandes, Antônio de Freitas, sogro de Antônio, Deocleciano, Tuca, Gonçalves, Geraldo (Tikuein Game 'ay) e Carlos
- FOTO 32:** Arigã, Nhengo e Mã, com seus filhos, junto com moradores da Fazenda Santa Rosa, freis capuchos e trabalhadores da fazenda.
- FOTO 33:** Tuca e sua segunda esposa Helena, da etnia Guarani
- FOTO 34:** Maria Rosa ã e filhos (sentados), em sua casa na TI Marrecas
- FOTO 35:** Casa de Kuein cedida pela Funai local, na TI Rio das Cobras.
- FOTO 36:** Morada antiga.
- FOTO 37:** Filhas de Tikuein (José Luciano), no pé de Santa Bárbara situado junto à morada antiga
- FOTO 38:** Habitação filhos Tikuein, nas imediações da morada antiga
- FOTO 39:** Moradia de Dival filho primogênito de Tikuein
- FOTO 40:** Fogão de barro de Sueli Xetá, filha de Tikuein, construído a partir da mistura de terra de seu próprio quintal, com cinzas da lenha e água
- FOTO 41:** Tuca e Tikuein reconhecendo rastros de animais na TI Herarekã Xetá.
- FOTO 42:** Roça de milho de Sueli Xetá, filha de Tikuein
- FOTO 43:** Feijão branco, colhido pela família de Benedita Xetá. Uma boa colheita proporciona cerca de 10 sacos do alimento, totalizando 600 Kg e provê o consumo familiar e renda para adquirir outros produtos e diversificar a dieta. Em 2012, entretanto, a colheita foi muito fraca, por causa da chuva
- FOTO 44:** Rosângela Xetá e sua plantação de *porungos*
- FOTO 45:** Criação de porcos, na casa de Sueli Xetá
- FOTO 46:** Casas da TI São Jerônimo, resultado do benefício moradia Governo Federal.
- FOTO 47:** Casa Xetá construída com tábuas de vinheiro e coberta com folhas de zinco, servida com aquecedor movido a energia solar
- FOTO 48:** Área de mata e canavial, com indicação do limite norte da TI Herarekã Xetá
- FOTO 49:** Peroba avistada na mata na região norte da TI Herarekã Xetá
- FOTO 50:** Tikuein (José Luciano) mostra a Tiquiein com retirar resina de jatobá
- FOTO 51:** Fotografia aérea da mata na parte norte da TI Xetá
- FOTO 52:** Vista aérea TI Herarekã Xetá e a rodovia PR 182
- FOTO 53:** Tikuein (José Luciano) extraindo resina de um pé de Jatobá em um ponto da TI Herarekã Xetá, próximo à margem da estrada PR 182
- FOTO 54:** Extremo norte da TI Xetá, com Usina de álcool a jusante do encontro dos dois rios
- FOTO 55:** Usina sucroalcooleira Santa Terezinha, no limite Norte da TI Herarekã Xetá
- FOTO 56:** Tuca durante a II Expedição de contato do SPI
- FOTO 56^a:** Tuca durante viagem a Serra dos Dourados
- FOTO 57:** Kuein, junto amigo da família, Helena (esposa de Tuca), afilhada de Helena e Tuca

FOTO 58: Tuca, o filho José, Indioara e Indiamara suas filhas

FOTO 59: Tuca e os netos, Pablo, Maiara e Patric

FOTO 60: Tuca, suas filhas Indiamara e Indioara e netos Bruno, JMaiara, Patric e Albert. Encontro Xetá

FOTO 61: Kuein ainda menino, seu irmão Arigã, filhos e esposas. Aldeia no Córrego 215

FOTO 62: Kuein, ao lado do sobrinho Tiquëin, da sobrinha Tiguá (a sua esquerda) e da prima Maria Rosa Tiguá (a sua direita). Encontro Xetá, em Curitiba.

FOTO 63: Kuein, na Serra dos Dourados

FOTO 64: Kuein, portando seu *Awra hambey*

FOTO 65: Indianara, Maria Rosa Tiguá e o neto Willian

FOTO 66: Tânia, filha de Tigüa que foi adotada por outra família

FOTO 67: Tiguá com o pé sobre a cabeça de seu pai e sua mãe *Pi'akã*

FOTO 68: Tiguá, Paulo Sérgio (filho) e Luiz Carlos (esposos)

FOTO 69: Tiguá, ao centro, com *Pi'akã*, sua mãe (à esquerda), seu irmão e seu pai Arikã/Arigã/Eirakã (à direita)

FOTO 70: Tiguá, seu pai Arigã e sua mãe

FOTO 71: Tiquëin, seu pai Arigã (ao fundo), Kuein (de costa), Aruay e o filho Rondon

FOTO 72: Tikuein e os filhos, Fagner e Aline

FOTO 73: Rondon, sua esposa, Librantina, suas filhas Juliana e Rafaela, o irmão Tiquëin e o tio, Tuca

FOTO 74: Tikuein ainda menino e sua irmã, que sumiu sem que ninguém soubesse do paradeiro

FOTO 75: Tikuein (José Luciano)

FOTO 76: Mã (Haykumbay) Pai de Tikuein Membro GL 01

FOTO 77: Tikuein, com Conceição (esposa) e neto

FOTO 78: Benedita (filha Tikuein), esposo e filhos

FOTO 79: Rosângela (filha mais nova de Tikuein), esposo e filhos

FOTO 80: Dival (filho natural mais velho de Tikuein), esposa e um dos filhos

FOTO 81: Claudemir (filho de Tikuein), esposa e filhos

FOTO 82: Tuti (filha Tikuein), esposo e filhos

FOTO 83: Tikuein, esposa, as filhas Benedita e Sueli e netos

FOTO 84: Tikuein, Conceição, Zezão (filho de Conceição) e netos. Ao lado e ao fundo, duas noras

FOTO 85: Moko (Maria Rosa ã), quando ainda vivia na Serra dos Dourados.

FOTO 86: Maria Rosa ã

FOTO 87: Maria Rosa ã e os filhos Sebastião e Aricã

FOTO 88: Maria Rosa ã e a filha Iati

FOTO 89: Encontro Xetá, no então Posto Indígena São Jerônimo.

FOTO 90: Tuca e Tikuein contam histórias na Língua Xetá, durante Encontro Xetá

FOTO 91: Maria Rosa ã, Ana Maria Tiguá e Maria Rosa Tigua, as três mulheres Xetá mais velhas, durante Encontro Xetá

FOTO 92: Dival, com peças da cultura material Xetá

FOTO 93: Maria Rosa Tiguá (de costas), Maria Rosa ã e sua neta, na TI São Jerônimo

FOTO 94: Benedita Xetá e *porungo* colhido de seu quintal.

FOTO 95: Usina sucroalcooleira Santa Terezinha e o limite Norte da TI Herarekã Xetá.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Indicação da TI Herarekã Xetá, situada no município de Ivaté

FIGURA 02: Ilustração de um índio Botocudo

CROQUI 01: Aldeia grande e acampamentos Xetá. Desenho original de Ney Barreto por Nicholas Amorosi

FIGURA 03: *Apoeng Adjo* ou *tapuy Apoeng* “casa grande”. Desenho extraído caderneta de campo de Aryon

FIGURA 04: Abrigo temporário Xetá “tapuy kã”. Desenho feito por Kozák.

FIGURA 05: Pontos de caça e tapuy apoãjnge identificados na TI pelos Xetá no Córrego 215 e Tiradentes

FIGURA 06: Localização da TI São Jerônimo no Paraná

FIGURA 07: Morada Antiga (casa de Tikuein), situada em relação ao campo de areia e a outras casas Xetá

FIGURA 08: Casa de Suely com roça de mandioca, milho e outros cultivos, com indicação de outras casas Xetá

FIGURA 09: Açude da TI São Jerônimo, construído pela FUNAI.

FIGURA 10: Benedita Xetá e sua plantação de arroz, em São Jerônimo da Serra

FIGURA 11: Criação de porcos, na chácara de Maria Rosa Tiguá.

FIGURA 12: Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, em destaque

FIGURA 13: TI Herarekã Xetá, hachurada em verde, com visualização do córrego 215 (limite Leste) em curso até o Rio Ivaí

FIGURA 14: Primeiro (III), Segundo (II) e Terceiro (I) Planaltos paranaenses

FIGURA 15: Tipos de solo existentes na Xetá

FIGURA 16: Mapa de uso do solo da TI Herarekã Xetá, baseado em imagem de satélite atual

FIGURA 17: Distribuição das principais unidades fitogeográficas do estado do Paraná. Em tom cinza claro, visualizamos a distribuição da floresta estacional semidecidual

FIGURA 18: Corredores de Biodiversidade e Unidades de Conservação na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí

CROQUI 02: Óka Awatxu (aldeia grande), com localização da *tapuy apoeng* (casa grande) e respectivos *Tapuy ka*. Elaborado com o auxílio e orientação dos Xetá mais velhos

FIGURA 19: Modo como era conduzido e enterrado o morto Xetá

FIGURA 20: Mãe de Tikuein carregando irmã mais nova deste

FIGURA 21: Mapa *Terras e Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná*

FIGURA 22: Loteamentos na Faixa de Fronteira, estado do Paraná

FIGURA 23: Planta conjunto Glebas da Colônia Serra dos Dourados, com destaque para os córregos 215 e Tiradentes, cidade de Ivaté e a Usina Santa Teresinha

FIGURA 24: TI Herarekã Xetá, indicada no mapa em verde. Delimitada a Leste pelo córrego Duzentos e Quinze, em seu trecho médio; a Sul por estradas vicinais; a Oeste pelo ribeirão Tiradentes e ao Norte pela foz do ribeirão Tiradentes no córrego Duzentos e Quinze. Área total aproximada: 2.686 hectares

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: Municípios no noroeste do Paraná como indicadores da extensão do território tradicional Xetá, situado nos afluentes do Rio Ivaí. Base: Mapa Rodoviário e Político do Estado do Paraná (DER/PR, 1984)

MAPA 02: Glebas da Serra dos Dourados e hidrografia, com indicação dos grupos locais, em base de mapa feito por Ney Barreto, em 1957

MAPA 03: Aldeias na Serra dos Dourados, em base de mapa Ney Barreto de 1957
Desenho de Aryon Rodrigues, em caderneta de campo de 1967

MAPA 04: Localização dos Uráta Ita e dos Ópába Ita, base em mapa Nei Barreto de 1957

MAPA 05: Grupos Locais, com base em mapa de Ney Barreto.

MAPA 06: Localização geográfica dos Aré

MAPA 07: Localização dos Ivaparé

MAPA 08: Noroeste paranaense, 1920-1940. Escala (original): 1.236.276

MAPA 09: Planta Parcial das Glebas da Serra dos Dourados, em base de mapa de Ney Barreto

MAPA 10: Limite Parque Nacional de Sete Quedas com habitat Xetá conforme descrito no Decreto nº. 50.665, de 30/05/1961, e localização aproximada da PR – 182 que corta da TI Herarekã Xetá

MAPA 11: Mapa Etnoarqueológico. Escala do Original 1:100.000.

SEXTA PARTE – LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

MAPA 12: Núcleo Serra dos Dourados e outros, margem esquerda do Rio Ivaí

MAPA 13: Detalhe do Mapa Municipal Estatístico, Censo de Ivaté, com indicação de ocupações e imóveis

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Locais de moradia das famílias Xetá em 2004.

TABELA 02: Dados populacionais referentes ao povo indígena Xetá (2013)

TABELA 03: Áreas indígenas habitadas por famílias Xetá

TABELA 04: Calendário anual de atividades lembradas pelos Xetá, antes do esbulho territorial

TABELA 05: Demonstrativo das atividades econômicas Xetá praticadas nos locais onde habitam

TABELA 06: Espécies madeireiras utilizadas pelos Xetá na TI São Jerônimo

TABELA 07: Calendário ecológico-econômico das famílias Xetá TI São Jerônimo

TABELA 08: Calendário ecológico-econômico das famílias Xetá TI Rio da Areia

TABELA 09: Tipos de argissolos vermelhos e implicações para o uso e manejo

TABELA 10: Grupos familiares Xetá e descendentes.

TABELA 11: População Xetá por sexo e faixa etária. Ano 2003

TABELA 12: Plantas medicinais cultivadas pelos Xetá

LISTA DE SIGLAS

AER – Administração Executiva Regional (atualmente CR)
ABA – Associação Brasileira de Antropologia
APA – Área de Proteção Ambiental
ASEAI – Assessoria de Assuntos Indígenas do Estado do Paraná
CEPA/UFPR – Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná
CITLA – Companhia Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.
CGETNO – Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento
CGGAM – Coordenação Geral de Gestão do Meio Ambiente
CGID – Coordenação Geral de Identificação e Delimitação
CGLIC – Coordenação Geral de Licenciamento
CGPC – Coordenação Geral de Promoção da Cidadania
CGPDS – Coordenação Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável
CNPI – Conselho Nacional de Proteção ao Índio do Ministério da Agricultura
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa
CR – Coordenação Regional
CTL – Coordenação Técnica Local
COBRIMCO – Companhia brasileira de imigração e colonização
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONCITEC – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
DAF – Diretoria de Assuntos Fundiários (atualmente DPT)
DEID – Departamento de Identificação e Delimitação (atualmente (CGID)
DER/PR – Departamento de Estradas e Rodagem/Secretaria de Infraestrutura e Logística do Governo do Estado do Paraná
DPDS – Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável
DPT – Diretoria de Proteção Territorial
DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GT – Grupo Técnico

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IR/SPI – Inspetoria Regional do Serviço de Proteção ao Índio

ISA – Instituto Socioambiental

ITE – Instrução Técnica Executiva

MAE/UFPR – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná

MP – Museu Paranaense

PIA – Posto Indígena de Atração

PIN – Posto Indígena

RCID – Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

SEED – Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná

SEMA/PR – Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Governo do Estado do Paraná

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SPI – Serviço de Proteção do Índio

TI – Terra Indígena

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UnB – Universidade de Brasília

NOTA DE ESCLARECIMENTO PARA ESCRITA NA LÍNGUA XETÁ

As palavras da língua Xetá foram grafadas o mais próximo possível da língua portuguesa, para melhor compreensão. Segue-se quadro com as convenções adotadas e descrição dos respectivos sons.

Representação Gráfica	Símbolo Fonético	Descrição Fonética
i	i / ɪ	Vogal anterior alta fechada / vogal anterior alta aberta
e	e / ɛ / æ	Vogal anterior média fechada / vogal média aberta /vogal anterior fechada.
y	ɨ	Vogal central alta
a	A / ə / ʌ	Vogal central baixa/ Vogal central média fechada / vogal posterior média aberta.
y	ɨ	Vogal central alta
u	u / ʊ	Vogal posterior alta fechada/ vogal posterior alta aberta
O	o / ɔ / ɑ	Vogal posterior média fechada/ vogal posterior média aberta / vogal posterior baixa aberta
P	P	Consoante oclusiva bilabial surda
B	B	Consoante oclusiva bilabial sonora
T	T	Consoante oclusiva alveolar surda
D	D	Consoante oclusiva alveolar sonora
K	K	Consoante oclusiva velar surda
' / '	ʔ	Consoante oclusiva glotal
G	G	Consoante oclusiva velar sonora
M	M	Consoante nasal bilabial sonora
N	N	Consoante nasal alveolar sonora
Ñ	ɲ	Consoante nasal alveopalatal sonora
Ng	ŋ	Consoante nasal velar sonora
F	f / θ	Consoante fricativa labiodental surda / consoante fricativa interdental surda
V	V	Consoante fricativa labiodental sonora
X	ʃ	Consoante fricativa alveolar surda
Tx	tʃ	Consoante africada alveopalatal surda
dj / z	dʒ	Consoante africada alveopalatal sonora
H	x / ɣ	Consoante fricativa velar surda / Consoante fricativa velar sonora
R	r / ɾ	Consoante tepe alveolar sonora / Consoante vibrante alveolar sonoro
J	Y	Aproximante (semivogal) palatal
W	W	Aproximante (semivogal) alveolar

Obs: O uso do (~) marcará nasalização das vogais. Fonte: SILVA (2003, p. XIII).

INTRODUÇÃO

O processo de identificação e delimitação da Terra Indígena Herarekã Xetá, situada no município de Ivaté, no noroeste paranaense, resultou de um processo iniciado em agosto de 1997¹, quando os Xetá mais velhos e alguns de seus descendentes da primeira geração reuniram-se e elaboraram um documento (Anexo 01), por meio do qual reivindicaram aos órgãos governamentais e não governamentais o reconhecimento dos Xetá como povo indígena vivo, a retificação de seus registros de nascimento, assistência à saúde, educação, bem como a identificação e delimitação da TI Herarekã Xetá.



FOTO 01: Tuca, Kuein, Tikuein (José Luciano), Tiquêin, Ana Maria Tigua, Maria Rosa Tigua e Maria Rosa Â. Curitiba/PR, 1997

Desde o esbulho ao seu território, que levou à morte de seus antepassados (pais, avós, parentes e amigos) e à dispersão dos que resistiram ao genocídio, silenciamento e esquecimento haviam sido impostos em relação à etnohistória desse povo indígena. A partir da década de 1990 e, especialmente, com a reivindicação apresentada em 1997, após aproximadamente quatro décadas de distanciamento, os Xetá deram os primeiros passos para a conquista de seus direitos como grupo culturalmente diferenciado.

A luta pela delimitação de uma terra indígena de uso exclusivo pelos Xetá foi fortalecida com o dossiê “O Extermínio da Sociedade Xetá”, datado de 10/12/1998 (Anexo 02), elaborado em conjunto pelos Xetá, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Instituto Socioambiental (ISA) e a *Asociación Iberoamericana de Derechos Humanos*. O documento foi entregue pessoalmente por Tikuein (José Luciano da Silva, falecido em 2005) à Comissão de Direitos Humanos, da Câmara dos Deputados, e

reabriu a discussão sobre o extermínio do povo Xetá, ocorrido a partir do contato, em 1952, ressaltando a falta de ação do Estado frente ao genocídio perpetrado contra uma população estimada em mais de 400 indígenas. Nesta oportunidade, reivindicou-se o reconhecimento dos Xetá como uma **etnia viva** e a implementação de medidas concretas de proteção e promoção dos direitos desses índios, por parte dos órgãos responsáveis.

“(...) o presente documento constitui a denúncia pública e formal do extermínio da sociedade Xetá, para provocar as instâncias competentes do âmbito público estatal, no sentido de promover o desencadeamento de ações e políticas de reparação, iniciando-se, evidentemente pelo reconhecimento do Povo Xetá, com a conseqüente destinação de terras para habitação do grupo e o oferecimento de condições materiais de sobrevivência física e cultural” (DOSSIÊ, 1998, p.10. Anexo 02).

Registre-se que no ano anterior, em 15/12/1998, os Conselhos Indígenas do Paraná se manifestam em prol dos direitos territoriais do povo Xetá, com envio de carta para o então Presidente da República,² com a indicação de um rol necessidades apontadas pelas 17 (dezesete) comunidades indígenas do Estado, uma delas, *“a criação de uma reserva para os índios Xetá, na região de origem”* (Anexo 03 e 04).

Na sequência desses fatos, a Funai, o Governo do Estado do Paraná por meio de sua Assessoria para Assuntos Indígenas, o Ministério Público e os representantes dos povos indígenas do Paraná, em reunião realizada na Procuradoria da República no Estado do Paraná, em 14/01/1999, assinaram um Termo de Compromisso (Anexo 05), no qual a Funai se compromete, com apoio das instituições partícipes desse termo, *“a criar Grupo de Trabalho destinado ao estudo de viabilidade de reagrupamento dos remanescentes Xetá, em área própria (...)”*.

Em 1999, ações importantes foram realizadas com vistas a atender a reivindicação fundiária dos Xetá. Uma delas foi o encaminhamento do dossiê “O Extermínio da Sociedade Xetá” pelo Ministério da Justiça ao Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), para as providências cabíveis (Anexo 06). Outra foi a constituição de Grupo de Trabalho (GT) interinstitucional para proceder ao estudo de viabilidade sobre o reagrupamento dos remanescentes Xetá. Para tanto, o Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, em carta encaminhada à Presidência da Funai, indicou três representantes do Governo do Estado para compor o Grupo de Trabalho

¹ Documento elaborado pelos Xetá mais velhos e seus descendentes, durante o Encontro Xetá, em 1997, realizado em Curitiba, nos dias 30 e 31 de agosto de 1997.

² Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1999 e 1999-2003).

interinstitucional (Anexo 07), os quais, juntamente com técnicos das então Administrações Executivas Regionais (AER/FUNAI) de Curitiba, Guarapuava e Londrina, constituíram equipe técnica.

O GT interinstitucional aprovado por meio da Portaria Funai nº. 984/PRES/1999, publicada em 20/10/1999 (Anexo 08), foi constituído por Edívio Batisteli, coordenador e Assessor Especial para Assuntos Indígenas da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, Mauro Cesar Wosniacki, engenheiro agrônomo da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, Almir Pontes Filho, geógrafo da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, administradores executivos regionais José Gonçalves dos Santos (AER Londrina), João Gilberto da Silva Nogueira (AER Curitiba), João Roso de Menezes, administrador substituto (AER Guarapuava), Pedro Cornélio Seg Seg e Lourival Ren Vanh de Oliveira, do Conselho Indígena Regional de Guarapuava, e Jefferson Borges, do Conselho Indigenista Missionário no Paraná.

Os oito indígenas Xetá mais velhos – Tiquein, Rondon, Maria Rosa ã, Kuein, Tucanambá (Tuca, falecido em 2007), Maria Rosa Tiguá, Tikuein (José Luciano), Ana Maria Tiguá – participaram de reuniões com o GT e foram por ele entrevistados. Também foram contatados 28 (vinte e oito) descendentes, gerados a partir de seis casamentos interétnicos, entre Xetá e índios Guarani, Kaingang e dois com não indígenas. Os trabalhos foram realizados no período de 18/11 a 17/12/1999.

Nesse processo, foram registradas narrativas dos Xetá mais velhos, que contaram histórias de como sobreviveram ao genocídio promovido no contexto da colonização do noroeste paranaense e ao esbulho de seu território pelas companhias de colonização e não indígenas que passaram a ocupar a região da Serra Dourada. Também contaram sobre a itinerância a que foram levados a viver quando perderam suas terras e como estabeleceram famílias posteriormente.

Conforme o relatório, quatro dos Xetá mais velhos explicaram a ligação mais profunda com a “religião” Xetá, sendo que quatro ainda falam a língua indígena. Para o GT interinstitucional, ficou clara a existência de um sentido de preservação, um *“sentimento primordial de povo, de uma cultura comum, que é muito forte entre eles”* e que a Serra dos Dourados é a referência territorial central para o povo Xetá.

O relatório elaborado pelo GT intersetorial foi encaminhado à Funai, em 2000, com 29 (vinte e nove) páginas, por meio do Ofício nº. 057/00/ASEAI, em 10/04/2000. Embora apresente equívocos etnográficos em relação ao território tradicional Xetá, não condizendo com as fontes escritas e tampouco as orais, ele demonstra clareza na

reafirmação do desejo de todos os índios Xetá de reaverem suas terras e voltarem a viver juntos nela. O GT interinstitucional indicou a necessidade de criação de GT de identificação e delimitação de terra indígena, pela Funai, reforçando a importância de que este espaço esteja situado na região da Serra dos Dourados.

Diante dos resultados obtidos, o **Governo do Estado do Paraná estabeleceu acordo com a Funai, em dezembro de 2000, em sinal de apoio à demarcação da terra indígena dos Xetá.** Em decorrência disso, e em atenção ao artigo 231 da Constituição Federal de 1988 e ao Decreto nº. 1775/1996, foi publicada a Portaria 1230/PRES, de 07/12/2000, constituindo o Grupo Técnico (GT) de identificação e delimitação da TI Xetá, coordenado pela antropóloga Carmen Lúcia Silva, que vinha realizando pesquisas sobre esse povo indígena.



FOTO 02: Governador Jaime Lerner assinando termo, juntamente com o Presidente da FUNAI, em prol da demarcação da TI Xetá. Ao fundo, Tikuein (José Luciano, falecido em 2005), Rondon e Tuca (falecido em 2007). Curitiba/PR, 2000.

FOTO 03: Tuca, Glênio (Presidente da Funai), Tiquëin, Jaime Lerner (Governador do Paraná), Kuein, Indioara (filha de Tuca) e filho, no ato em prol da demarcação da TI Xetá. Curitiba/PR, 2000.



FOTO 04: Tiquëin, Kuein, Tikuein (José Luciano), Tuca e Maria Rosa Ñ, no ato em prol da demarcação da TI Xetá. Curitiba/PR, 2000.

O GT de identificação e delimitação da TI Herarekã Xetá foi constituído por meio da Portaria Funai nº. 1230/PRES/2000, assinada pelo Presidente da Funai e Governo do Estado do Paraná, em 07/12/2000. Os estudos multidisciplinares foram complementados por meio da Portaria nº. 225/PRES, de 13/03/2001, das Instruções Técnicas Executivas (ITE) nº. 69, de 05/06/2001; nº. 970/PRES, de 27/11/2001; nº. 898/PRES, de 25/09/2002; nº. 141/DAF/02, de 19/12/2002; e nº. 89/DPT/2013, de 09/04/2013.

O GT de identificação e delimitação foi coordenado pela antropóloga Carmen Lucia da Silva, do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Universidade Federal do Paraná (UFPR), e constituído pelo engenheiro agrimensor Flávio Gorni (AER Bauru), pelo ambientalista Ricardo Andreazze, do então Departamento de Identificação e Delimitação (DEID/DAF/FUNAI), pelo técnico agrícola Martin Rodaske (AER Guarapuava), pelo engenheiro Reinaldo Valente da Silva, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Paraná (SEMA/PR), e pelos indígenas Tucanambá José Paraná, servidor da Funai do então Posto Indígena (PIN) Rio das Cobras, José Luciano da Silva (Tikuein), Kuein Maaña-ay Nhaguakã Xetá e Tiquëin Xetá.

As informações sobre o grupo Xetá foram atualizadas ao longo do ano de 2013, com base na Informação Técnica nº. 82/CGID/2012, elaborada a partir da análise minuciosa dos autos dos Processos FUNAI/BSB/3478/99 – Identificação e Delimitação da TI Xetá (4 volumes) e FUNAI/BSB/2643/2009 – Regularização Fundiária (2 volumes), e também no Diagnóstico Socioambiental (ITE nº. 89/DPT/2013).

Nessa Informação ficou demonstrado que a primeira versão do Relatório Circunstanciado, aprovada pelo Parecer Técnico nº. 01/CGID/2009, de 03/02/2009, não atendeu aos critérios da Portaria nº. 14/MJ/96, pois se ateve ao conceito de posse imemorial indígena, que foi substituído no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, pelo conceito de ocupação tradicional, definida por quatro requisitos simultâneos, a saber: as áreas ocupadas em caráter permanente, as necessárias ao desenvolvimento das atividades produtivas do grupo indígena, as que reúnem as condições ambientais necessárias ao bem estar do grupo indígenas e aquelas imprescindíveis a sua reprodução física e cultura, de acordo com seus usos, costumes e tradições. Mediante a revogação do referido parecer técnico, foram realizados os ajustes no Relatório Circunstanciado necessários para sua adequação à legislação indigenista vigente.

O Diagnóstico Socioambiental, anexo, foi debatido com os indígenas na reunião feita no dia 15 de agosto de 2013, trouxe elementos cruciais sobre o modo de ocupação

atual do povo indígena Xetá, possibilitando, finalmente, a identificação da terra indígena, com superfície aproximada de 2.686 hectares e perímetro aproximado de 22 quilômetros, situada no município de Ivaté, no noroeste do estado do Paraná, tendo como limites o Córrego 215 (leste), o Córrego Tiradentes (oeste), a confluência desses dois córregos (norte) e parte da rodovia PR-182 (sul) até ponto na altura da sanga que alimenta o Córrego Tiradentes, conforme detalhado na Sétima Parte do presente Relatório Circunstanciado, e em conformidade com o artigo 231 da Constituição Federal vigente.

Como será demonstrado, a TI Herarekã Xetá é a última parte do território desse povo indígena onde viveram os grupos locais e os Xetá mais velhos, antes que ele fosse totalmente esbulhado e loteado, no período entre 1940 e 1960. A terra indígena reúne condições ambientais e recursos naturais, bem como oferece possibilidade para a formação de roças para cultivo de espécies necessárias à subsistência do grupo, garantindo as condições necessárias para a reprodução física e cultural dos Xetá, dentro do território habitado pelos antepassados, onde se ancora a memória desse povo indígena.



FIGURA 01: Indicação da TI Herarekã Xetá, situada no município de Ivaté.

O presente relatório circunstanciado foi elaborado a partir de estudos multidisciplinares realizados em várias etapas, envolvendo extensas pesquisas de campo e de gabinete, em atenção ao que preconiza a Portaria nº. 14/MJ/96. Os Xetá mais velhos e seus descendentes participaram de todo o processo de identificação e delimitação da TI Herarekã Xetá, tornando possível descrever com profundidade a relação entre o povo Xetá e seu território, pela descrição da relação entre grupos locais que sobreviveram ao genocídio e áreas específicas dentro do território Xetá.



FOTO 05: Maria Rosa Tigüa, Tiqüein, Tikuein (José Luciano), Rondon e Tuca localizam a terra indígena em mapa. Guarapuava, 2001.



FOTO 06: Tikuein, Tuca e Kuein escutam gravações feitas no âmbito do GT Portaria nº. 1230/PRES/2000. TI Rio das Cobras, Nova Laranjeiras/PR, 2003.

A participação das gerações mais novas nesse processo possibilitou, por outro lado, uma maior compreensão sobre a cultura Xetá, identificada pelo etnônimo *ñandereta* (“nós gente”, “gente como nós”, “nossa gente”), categoria nativa empregada pelos Xetá para se referirem ao seu povo, diferenciando-se de outras etnias, como os Guarani e Kaingang.

Foram feitos levantamentos de fontes bibliográficas e documentais, coleta de dados censitários, entrevistas para registro de histórias de vida, além de reuniões com as famílias Xetá em seus locais de moradia, para registro do modo de ocupação Xetá, discussão e identificação dos limites da TI Herarekã Xetá.



FOTO 07. Descendentes da Maria Rosa ã e de Tikuein (José Luciano) desenhando suas árvores genealógicas. TI São Jerônimo, São Jerônimo da Serra, 2013.



FOTO 08: Julio César e Benedita, ambos filhos de Tikuein (José Luciano), apresentam sua árvore genealógica. TI São Jerônimo, São Jerônimo da Serra, 2013.

Os dados bibliográficos presentes no Relatório Circunstanciado resultam de pesquisa aprofundada sobre os Xetá e contexto histórico que abrange o período anterior ao contato, presente especialmente em Silva (1995; 1996; 1997; 1998; 1999; 2000; 2001; 2002; 2003), mas também em Elliot (1868), Keller (1866), Bigg-Wither (1974),

Borba (1904; 1908), Frič (1907), Ilhering (1907) e Mercer (1978), e ainda Mota (2009; 2013).

Relativamente ao levantamento documental, destacam-se relatórios de expedições, cartas e ofícios elaborados e emitidos pelo SPI, UFPR, pelo então Conselho Nacional de Proteção aos Índios do Ministério da Agricultura, entre outros atores sociais, durante as décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970, que foram anexados ao relatório circunstanciado e constituem importante acervo de dados que explicitam o esbulho do território Xetá, o genocídio e a dispersão de famílias indígenas.

Outros relatórios e registros feitos pelos primeiros viajantes e colonizadores das bacias hidrográficas dos rios Paraná, Tibagi e Ivaí, bem como de pesquisadores e inspetores do SPI que estiveram presentes nas expedições ao território Xetá, na Serra dos Dourados, também foram analisados e anexados ao relatório circunstanciado, juntamente com mapas, memoriais elaborados no período do contato e moções em prol dos direitos territoriais do povo Xetá.

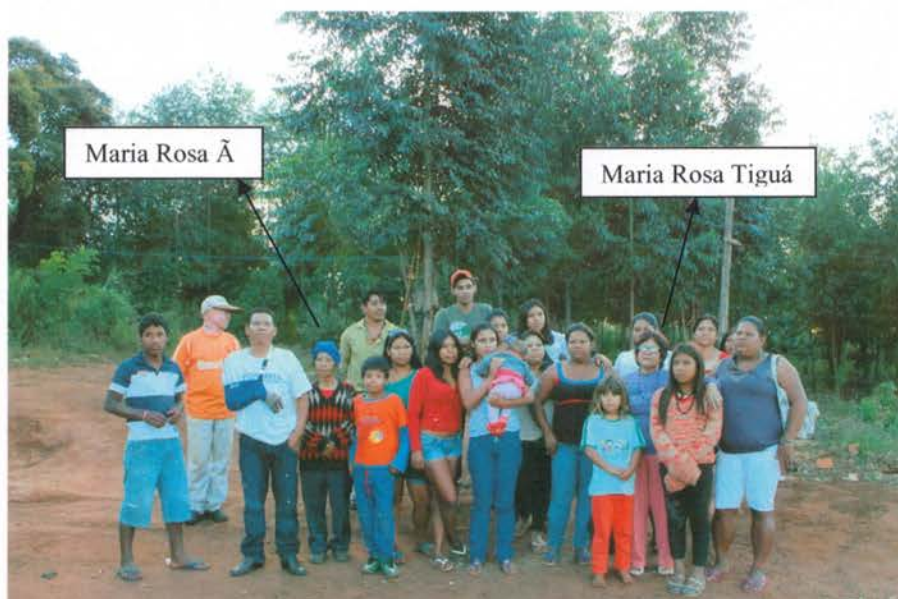


FOTO 09: Parte dos descendentes de Tikuein (José Luciano) e Maria Rosa ã. TI São Jerônimo, São Jerônimo da Serra/PR, 2013.

Para obtenção de dados referentes a organização social, parentesco e cosmologia, lançou-se mão dos relatos orais dos Xetá mais velhos Kuein Maanha 'ay Nhaguakã Xetá, Tucanambá José Paraná [Anambu Guaka], José Luciano da Silva [Tikuein Nhangoray] e Maria Rosa ã Xetá [Moko], bem como os relatos de Maria Rosa Tigua e ainda dos descendentes da primeira geração (de Tikuein e Maria Rosa ã), como fonte primária.

Somam-se às fontes orais Xetá os depoimentos de Dival José de Souza, então Chefe da 7ª Inspeção Regional – 7ª IR/SPI, coordenador das expedições de contato com o povo Xetá em outubro e novembro de 1955, assim como de Carlos Araújo Moreira Neto e José Loureiro Fernandes, pesquisadores que percorreram o habitat Xetá em 1958/1959, e de Aryon Rodrigues, linguista da Universidade de Brasília (UnB), e Vladimir Kozák, cinetécnico (UFPR).

A esse conjunto de fontes somam-se também os relatos de Antonio Lustosa de Freitas, registrados entre 1987 e 1989, no âmbito do Projeto Memória Indígena do Paraná (CONCITEC/CNPq/UFPR e Museu Paranaense da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná).³ Também foram pesquisados acervos fotográficos, no Museu de Antropologia e Etnologia (MAE/UFPR), relatos de viajantes e de viagens efetuadas pelos inspetores e expedição SPI.



FOTO 10: Maria Rosa ã experimenta colar de varetas Xetá, durante visita ao MAE/UFPR. Paranaguá/PR, 2000.

Registre-se que o primeiro levantamento populacional do povo Xetá foi realizado por Silva (1996), durante o período em que efetuou pesquisa junto aos indígenas mais velhos e suas famílias. Na época, o grupo somava 50 pessoas, sem incluir os filhos e netos por adoção. Ao longo dos estudos multidisciplinares realizados pelo GT (Portaria n.º. 1230/PRES/2013), os dados populacionais foram sendo atualizados periodicamente, até setembro de 2004. Em 2013, foi possível atualizar esses dados, a partir da elaboração de árvores genealógicas das famílias Xetá, com a participação dos descendentes de Tikuen (José Luciano), de Maria Rosa ã, Maria Rosa Tigua e de Belarmina, primeira esposa de Tuca (ITE n.º. 89/DPT/2013).

³ Também foram consultados para a elaboração desse Relatório Circunstanciado os relatos de familiares de Lustosa, Carolina Alves de Freitas (esposa), Cleuraci, Neura e Nilda (filhas), gravados em 1996, pela antropóloga Carmen Lucia da Silva.

Relativamente ao item “Subsídios para o Plano de Bem-Estar e Garantia da Posse Plena Indígena na Terra Indígena Herarekã Xetá/PR”, presente na Sétima Parte do relatório circunstanciado, faz-se necessário registrar que ele foi elaborado levando-se em consideração as relações que os Xetá mantêm com atores sociais externos ao grupo.



FOTO 11:. Elaboração de calendário ecológico-econômico Xetá, pelos descendentes de Tikuein (José Luciano). TI São Jerônimo, São Jerônimo da Serra/PR, 2013.

Por fim, no que se refere à expressão “Serra dos Dourados” utilizada ao longo deste relatório circunstanciado, faz-se necessário registrar que, quando mencionada, será feita com apoio em fontes documentais e bibliográficas, pelas quais fica demonstrado o território histórico Xetá, situado ao longo da margem esquerda do rio Ivaí, no perímetro que compreende desde a sua foz no rio Paraná até as imediações do rio Ligeiro.⁴

⁴ Nessa região, hoje situam-se centros urbanos como Umuarama, Ivaté, Cruzeiro do Oeste, Icaraima, Douradina, Cianorte, entre outras, numa área que se estende até Ivaiporã, entre outros municípios e distritos. Ver Mapa 01, na Primeira Parte do Relatório circunstanciado.

Primeira Parte – Dados Gerais

a) Informações gerais sobre o(s) grupo(s) indígena(s) envolvido(s), tais como filiação cultural e linguística, eventuais migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes desta distribuição

Nos relatos dos viajantes e dos cronistas e nos registros oficiais, os Xetá são conhecidos pelos etnônimos Botocudo, Aré, Notobotocudo, Yvaporé, Šsetá, Chetá, Hétá e Xetá. No entanto, *Ñadereta*, “nós gente, nossa gente, gente como nós” é o termo que os índios empregam para referirem-se ao seu povo. Tal terminologia, assim como Hétá, empregado por Kozák (1972), cujo significado é “muito (os), muita (as)”, não constitui uma autodenominação, apesar de terem significados na língua do grupo.

Do ponto de vista linguístico, os Xetá foram classificados pelo célebre linguista Aryon Rodrigues (1978) como pertencentes ao tronco tupi e família linguística tupi-guarani do sub-grupo I. Sua língua tem uma grande proximidade no léxico e fonologia com o Guarani da parcialidade Mbyá.

A familiaridade dos Xetá com os povos pertencentes à família linguística Tupi-Guarani não reside apenas na homogeneidade linguística, mas também, no que diz respeito à memória cultural comum no plano da mitologia, da cosmologia, do vocabulário institucional, organização social e política, que como bem observa o antropólogo Viveiros de Castro (1986, p. 109), tem resistido entre os tupi-guarani há cinco séculos de mudança.

Do ponto de vista da cosmologia, da organização social, do parentesco, da mitologia, do sistema de nominação e dos rituais, os Xetá compartilham com outros povos tupi-guarani uma tradição comum, não apenas com os Guarani-Mbyá, mas também com outros povos da mesma família habitantes dos estados do sul, sudeste, norte e centro oeste do Brasil, a exemplo dos Guarani das parcialidades *Ñandeva*, *Kaiowá*, os Tupinambá, os Araweté, os Tapirapé, os Parakanã, os Wajãpi, entre outros. Esses grupos apresentam tradições comuns entre si, ainda que se situem em pontos geográficos distantes fisicamente.

Algumas dessas semelhanças foram constatadas por Silva (2003) no conjunto de histórias míticas que explicam o ciclo de recriação da humanidade, logo após o incêndio e a grande chuva (ou dilúvio) que destruiu os humanos que viviam na primeira terra. Segue a este cataclismo a criação da nova terra, aquela inicialmente habitada pelos ancestrais míticos; a aquisição do fogo por estes, a criação da nova humanidade e de

tudo que há sobre a terra. Em todas as narrativas que tratam desses eventos é possível observar a base cultural comum dos Xetá com os demais povos da família tupi-guarani.

Como será detalhado à frente, a existência das casas coletivas, sua importância no estabelecimento das relações sociais e solidificação das redes de sociabilidade e afinidade, assim como a sua importância nos rituais, reflete a estrutura social comum entre os Xetá e os demais povos desta mencionada família. Soma-se a todas as semelhanças já apontadas, o papel do Jaguar e o ritual ao qual o mesmo era submetido quando morto. O tratamento dado ao felino era semelhante àquele aplicado pelos Tupinambá aos seus inimigos quando sacrificados.



MAPA 1: Municípios no noroeste do Paraná como indicadores da extensão do território tradicional Xetá, situado nos afluentes do Rio Ivaí. Base: Mapa Rodoviário e Político do Estado do Paraná (DER/PR, 1984).

Os Xetá são habitantes tradicionais do noroeste paranaense, ao longo da margem esquerda do rio Ivaí, na região outrora conhecida como Serra dos Dourados¹, onde hoje estão instalados os centros urbanos de Umuarama, Ivaté, Cruzeiro do Oeste, Icaraíma,

¹ Não se pode confundir o atual distrito de Serra dos Dourados com o que historicamente as fontes documentais denominavam região da Serra dos Dourados.

Douradina, Cianorte, entre outras, numa área que se estende até Ivaiporã, entre outros municípios e distritos (Mapa 01).

A memória oral Xetá remete a uma área territorial muito maior que aquela constante nas fontes documentais oficiais. Segundo os relatos dos índios Xetá mais velhos, até mesmo a margem direita do Ivaí, em alguns pontos mais estreitos e rasos, era ocupada pelo povo durante o período de seca. Nesta margem do rio também estavam incluídas partes dos locais de caça e coleta do grupo, restrito posteriormente apenas à margem esquerda.

Caçadores e coletores, os deslocamentos dos Xetá eram frequentes, em direção aos pontos de caça e coleta. Essa mobilidade, no entanto, obedecia ao calendário ecológico e ritual do grupo, e também, as estações do ano.

O ano Xetá era dividido em duas grandes estações com duração de seis meses cada, o verão *hakot* e o inverno *arãdja*. No calendário nativo, a primeira estação marca o tempo das frutas, ou seja, da coleta, a segunda o tempo da caça.

A anunciação de qualquer uma destas estações delimitava a passagem de um tempo para outro, e, conseqüentemente implicava a mobilidade dos grupos familiares rumo a ocupação de outros espaços, e assim sucessivamente, até que se completava a rota e o grupo retornava ao ponto de partida. Reiniciava-se uma nova estação e exploração do meio ambiente, que, esgotado, era temporariamente desocupado para que fosse recomposto, de modo que todos os grupos familiares percorriam diferentes espaços de caça e coleta durante os períodos voltados a estas atividades.

Cada responsável por um grupo familiar tinha o seu espaço de caça e coleta, que era parte do território maior pertencente ao seu grupo local. Tal grupo era liderado por um homem mais velho, “o pai” ou “o filho mais velho” deste.

Os limites dos lugares de caça e coleta eram reconhecidos e respeitados por todos os grupos locais. Com a morte do líder de um destes grupos, este era imediatamente substituído pelo seu filho mais velho. A transmissão do direito de uso de um espaço, tanto de caça quanto de coleta, ocorria pela linhagem paterna.

Cabe registrar que a chegada do período da caça e da coleta implicava em deslocamentos dos grupos e ocupação de lugares e habitações específicos. Silva (2003) registra que o tempo da caça era o tempo vivido nos acampamentos, *óka kã*². Estes lugares eram ocupados pelos pequenos grupos familiares, enquanto o meio ambiente

² Óka = lugar + kã = pequeno (aldeia pequena, acampamento).

lhês fosse favorável. Nele habitavam de três a quatro famílias nucleares, lideradas por um homem ao qual estavam ligadas pelos laços de parentesco ou afinidade. O espaço dos acampamentos situava-se nas imediações dos barreiros *ógwa-kã*, locais em que a caça era abundante.

Durante o período da caça os grupos domésticos faziam longas caminhadas e se dirigiam aos acampamentos *óka kã*, situados a uma distância aproximada de seis a oito horas de caminhada dos barreiros *ógwa kã*, fartos em anta e capivara. Nestas imediações, o caçador erguia um abrigo temporário *tapuy kã* para protegê-lo enquanto construía as armadilhas e laços para aprisionar as mencionadas espécies e para abrigar os que o acompanhavam, enquanto retirava e preparava o animal capturado que era conduzido pelas mulheres até os acampamentos, onde a carne era preparada e distribuída aos membros do grupo familiar do caçador e a sua parentela. Daí o grande número de ranchos e abrigos nas proximidades dos barreiros registrados por Deocleciano de Souza Nenê,³ em 1952, e nos relatos dos primeiros não índios ocupantes do território tradicional Xetá.

Reforçando o que foi dito anteriormente, a movimentação Xetá dentro do seu território tradicional era orientada pelo calendário anual de atividade do grupo que marcava o tempo destinado à caça de animais grandes - a exemplo da anta (*tapyr*), a capivara (*capiw'ey*), porco do mato (*djaka'ai*), cateto (*hyré'ai*), tamanduá bandeira (*moko adjo*) - entre outros animais de médio porte, e o tempo da coleta, e de captura de pequenos animais.

Enfatizando o ethos de caçador e coletor de seu povo e as longas caminhadas que faziam no interior do seu território, Tuca, Tikuein e Kuein informam que,

"No nosso lugar nossa gente andava, andava muito, pra caçar, pra melar, pra coletar frutas, larvas, palmito e erva mate, e também, pra visitar uns aos outros [os parentes e amigos] quando tinha saudade, e para chegar no 'óka awátxu', os grandes acampamentos. Nós andávamos, porque a gente vivia da caça, nossa gente era caçador, nossa vida era a carne, e onde tinha bicho, na nossa terra a gente chegava, ia longe, longe, para viver esse jeito da gente ser" (Tucanambá José Paraná, José Luciano da Silva – Tikuein e Kuein Maaña-ay Nhaguakã Xetá)

A chegada do verão, anunciado pelo canto da cigarra *ñakáratxi* e pelo início da floração das árvores marcava o período de abundância de frutos silvestres, mel,

³ Inspetor da então 7ª. Inspetoria Regional, do Serviço de Proteção ao Índio (7ª. IR/SPI). Diocleciano Nenê criou Tuca, após a sua captura por agentes da Suemitsu Miyamura Companhia Colonizadora Ltda., em 1952.

larvas, frutos de diferentes palmáceas, tempo das aves e animais de pequeno porte, caçados com arco e flecha e pequenas armadilhas, como o mundéu, era o tempo da fartura.

A exemplo de outros povos tupi-guarani, como os Mbyá Guarani, esse período marcava o início do ano Xetá (ver Tabela 04). Era o tempo dos encontros entre os grupos familiares que retornavam de seus acampamentos de caça, para reunirem-se nas grandes aldeias (*óka awatxu*), onde eram erguidas as casas grandes e altas (*tapuy apoeng*, ou *apoeng adjo*, ou *tapuy adjo*), habitações coletivas, onde eram realizados os rituais de iniciação masculina, as cantorias e os rituais de beberagem regados com bebidas de frutos silvestres, como a jaboticaba (*ngo'prajty 'a*), a guabiroba amarela (*idjodej*), a guabiroba vermelha (*uãkwã*) e a pitanga, (*tigwaw*), carne de animais capturados em armadilhas e aves. A casa grande era também o lugar utilizado pelos Xetá para se protegerem das onças (*nhagua*) felinos temidos pelo grupo, que quando mortos eram submetidos a rituais. Para capturá-lo o grupo tinha estratégias sofisticadas, sendo tal casa o ponto seguro para abrigar as famílias e também para atrair o animal (SILVA, 2003). No espaço da aldeia grande também coexistiam as *tapuy kã* (casa pequena) de uso da família nuclear, que se situava nas imediações da casa grande.

Como se pode ver, o período da coleta era marcado pelo deslocamento dos grupos domésticos em direção à grande aldeia. *“Era o tempo do reencontro e das saudações lacrimosas, ‘as lágrimas de boas vindas’. Enfim, era o tempo das celebrações, onde as relações sociais se fortaleciam e as histórias circulavam, com as pessoas contando umas às outras as suas experiências nos acampamentos.”* (SILVA, 2003, p. 139-140).

Os Xetá observam que antes da chegada dos colonizadores os locais de caça, coleta e moradias do grupo se estendiam por todo o Rio Ivaí e seus tributários. Com o avanço das frentes de ocupação este espaço ficou reduzido ao Córrego 215 e seus afluentes, principalmente nas suas confluências, até a sua foz no Ivaí, onde havia muitos barreiros com abundância de caça. Em toda a sua extensão em ambas as margens, a caça era farta, assim como no ribeirão Tiradentes, Rio do Veado e Indoivaí, todos parte do território histórico do grupo.

“O nosso lugar é onde os brancos chamam Serra dos Dourados. Esse lugar é no Ivaí, aquele rio grande, na margem esquerda, tinha gente nossa por ali tudo, ia desde o 215, o Tiradentes, o rio do Veado [no rio Paraná], até ali por ali onde está Ivaiporã, Campo Mourão, onde tinha muitos ‘Mbyá’, índios de outros grupos, como os Kaingang. A

gente andava por ali tudo, mas a gente tinha rumo certo e sempre voltava pro lugar de onde saia. Um grupo [familiar] respeitava o lugar do outro. Acontece que com o tempo, os brancos foram chegando, e a gente não conseguia voltar para o lugar que era da nossa gente, do nosso grupo de parente. Era impossível voltar para o ponto de onde a gente saia, de onde a gente começou a andar. Branco chegava, invadia e nós não podíamos voltar e chegar no lugar. Ali tinha muita caça, muita caça mesmo, nós não passava privação” (José Luciano da Silva e Tucanambá José Paraná).

A presença Xetá ao longo do Córrego 215 e o uso que faziam desse espaço é facilmente confirmado pelo relato do inspetor Souza Nenê, (Anexo 09), que, em 1952, ao percorrê-lo, descreve os diferentes acampamentos que encontrou, situando-os em relação ao local de moradia de uma família avistada por ele. Segundo Tuca, esta era a sua família, que estava resistindo ao contato e ainda ocupava as matas da Serra dos Dourados (SILVA, 1998, 2003).

De acordo com o relato do Inspetor da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção ao Índio (7ª IR/SPI),

“(…) não muito distante dali [futura sede da Companhia de Colonização Suemitsu Miyamura & Cia Ltda.], (….) após 6km mais ou menos em diante, que havíamos caminhado, já fomos encontrando “mundéus” e “laços” armados por índios, até que pouco antes de meio dia atingimos uma aldeia abandonada, que examinamos tudo, demonstrando ter sido habitada até pouco tempo antes. Ali vimos o seguinte: 3 choças armadas com vara de regular grossura em forma de círculo, cumeeira redonda com copa de chapéu, 2 descobertas e uma ainda com algumas folhas de palmeiras, conforme as fotos junto. De um lado um monte de castanha de coquinhos de palmeira, mas adiante outro monte de ossada de animais e junto de uma choça estava um tronco de palmito com uma cavidade queimada, tronco esse que era instrumento de fazer fogo (...). Bem próximo da aldeia passa um riacho e na areia desse riacho estava dois rastros recentes (...). No dia seguinte, as 7 hs e 30 m. o sr Tadao movimentou um dos tratores da firma (...). Viajamos uns seis 6Km mais ou menos, encostamos o trator e seguimos em frente (...), mais ou menos 4 a 5 Km (...) Andamos mais uma hora, saímos num caminho limpo, bem pisado, demonstrando que por ali andavam seguidamente. (...) cheguemos ao riacho que disse Tadao ser a cabeceira do rio duzentos e quinze, e na areia do mesmo estava o rastro de uma pessoa que não fazia muito tempo que passou por ali; assim que atravessamos dito riacho, subimos uma ladeira e logo fomos encontrando “mundéus” e “laços” armados e a proporção que seguíamos, o caminho desaparecia, notando-se muitos excrementos de animais como sejam de antas, veados, capivara e rastros de paca, margeando o riacho, pelo que supusemos ser ali somente o lugar deles caçarem (...). Voltamos pelo mesmo caminho até aonde havíamos nele saído. Seguimos pelo lado esquerdo, não chegando a andar um quilômetro já ouvimos barulho de alguém, gritos e choro de crianças (...). Paremos e fazendo planos si devíamos ou não chegar na aldeia que verificamos ficar na margem de um outro riacho, e não fora o barulho da água desse riacho ouvíamos bem a fala dos índios (...) (Relatório de 07/08/1952, p. 3-5. Anexo 09).

A fauna e a flora do Ivaí e seus afluentes, os córregos 215 e Tiradentes e o Rio Indoivaí ainda hoje é detalhadamente descrita pelos Xetá, e pode ser facilmente

reforçada a partir dos relatórios elaborados por Souza Nenê, em 1952 e em 1955 (Ver Anexos 09 e 10), e por Loureiro Fernandes (1958).⁴ Este último, inclusive situou todos os pontos percorridos ao longo destes rios e também inventariou o ambiente encontrado, relacionando o número de acampamentos e habitações neles existentes. A partir das expedições que realizou, descreveu o entorno desses locais e os objetos de cultura material nele encontrados (Ver Mapa 02).

Segundo os Xetá mais velhos, no período da intensificação do processo de colonização do seu território, o principal ponto de concentração do habitat do grupo oferecia todas as condições de sobrevivência física e cultural, e uma relativa proteção contra as investidas dos *Kikãtxu* (brancos) e dos *Mbyá* (índios de outra etnia). Até a década de 1950, o córrego 215 e o Tiradentes ainda eram abundantes em caça e coleta, por apresentar trechos de mata ainda preservados. Para eles, esta área é o último habitat do grupo, tendo sido o último refúgio dos Xetá, antes do processo de genocídio e dispersão de famílias. Ali nasceram e moraram os Xetá, os mais velhos, assim como seus antepassados. É deste espaço que os sobreviventes Xetá foram arrancados e seus antepassados, expulsos.

É também deste espaço que os Xetá mais velhos guardam conhecimentos e experiências. Eles o identificam e o descrevem com muita perícia e minúcia, e situam, além de sua topografia, a distribuição espacial do grupo em seu interior.

“Nós não ficávamos num lugar só, nós éramos espalhados. Nós vivíamos nas proximidades do Ivaí e com a chegada dos brancos por ali, a gente foi tendo que se afastar mais e mais para os lugares de caça. Aqui no 215 [mais ao sul]⁵ era lugar da gente do meu pai, dele e dos irmãos dele. Nós somos daqui desse lado do 215 mais perto da nascente, mais longe do Ivaí. Nós andávamos por aqui tudo, íamos longe. Até lá, por onde hoje é Cianorte. Aqui tinha um ‘ogwakã’, barreiro, do meu pai, aqui era cheinho de anta, era muita caça que tinha por aqui. Mais pra baixo [córrego da Tropa], nesse mesmo rio tinha outro ‘ogwakã’ do meu pai. Perto desse 215 era cheio de barreiro. Era muito barreiro, por aqui tudo, os do meu pai, e da gente dele [irmãos] eram por aqui. O lugar onde nós parávamos era mais lá pra cima do barreiro, a gente não pode morar perto dele, senão a fumaça e o barulho espantam os bichos. Nós parávamos mais pro lado do japonês. Mais pro meio do rio, era barreiro de gente do Nhengo, pai dele. Mais para cima, próximo do Ivaí, era o meu avô, pai da minha mãe, e os irmãos dela. O córrego 215 era cheio de caça, muita caça mesmo, tinha muito

⁴ Médico, etnólogo, professor, fundador do atual Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná (CEPA/UFPR), organizador do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/UFPR), ex-diretor do Museu Paranaense e também um dos criadores da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), onde exerceu presidência entre 1957 e 1959. Prof. Dr. Loureiro Fernandes enviou dezenas de cartas durante o intenso e violento processo de colonização e avanço da fronteira agrícola, no noroeste paranaense, ao Governo do Paraná e ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), solicitando a criação de uma reserva indígena para proteger os Xetá e denunciando o genocídio contra este povo.

⁵ As partes do texto presas entre colchetes são acréscimos para melhor situar o leitor.

barreiro. Eles sempre ficam assim [mostra], olha, no encontro do córrego grande com o Corguinho. Além de anta, tinha outras caças, capivara, veado, tatu, quati e outros. Veja aqui! [mostra o chão] Aqui está cheio de rastro fresco de capivara, tatu e paca, veio beber água, e tem pouco tempo. Tanto tempo, e ainda tem bicho. Claro que não é igual antigamente, mas ainda tem uns perdidos por aqui. Esse rio 215 tinha muito peixe também, mas nós não éramos muito chegados na pesca, não. Aqui, a gente pegava peixe com linha de caraguatá, mas no Ivaí era com arco e flecha, porque eram grandes os peixes de lá. Isto aqui era uma riqueza só (Tucanambá José Paraná, em SILVA, 2003, p.115).

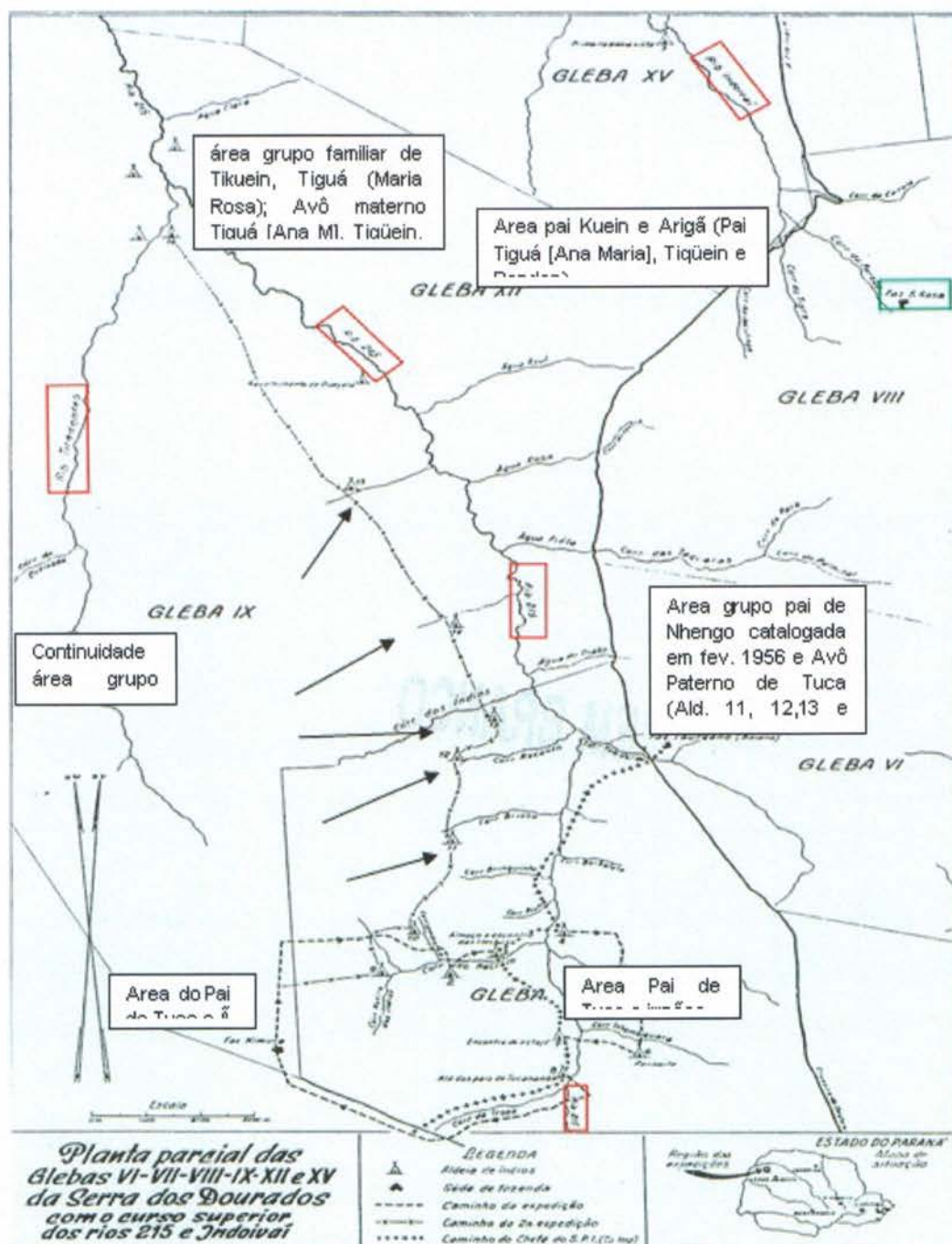
José Luciano (Tikuein), que era filho do irmão da mãe de Tuca, por sua vez, relata o habitat de seu grupo familiar e os itinerários feitos pelo grupo em toda a sua extensão:

“Nós andávamos por ali tudo. Nesse córrego do Veado, a gente caçava, nossa! tinha muito bicho. A gente ia até, acho que é Piquiri que chamam, até lá. Eu me lembro direitinho, que nós andávamos por aquilo ali tudo, até nesse tal de Piquiri. Eu já andei ali muito com o meu pai, quando ele ia caçar, a gente sempre escapava de ser visto. Ali que os brancos chamam de Piquiri. Foi ali que meu irmão, o Geraldo⁶ aquele que o Antônio⁷ tomou do meu pai, foi pego por um outro fazendeiro, que atravessou o rio de barco, foi onde a gente estava, roubou ele, porque a gente estava brincando no rio, e ele levou ele pra casa dele. Daí o Antônio foi com o meu pai e o prof. Loureiro buscar ele. O fazendeiro devolveu, mas o Antônio acabou ficando com ele. O pai e a mãe tentaram em vão pegá-lo novamente, mas ele não deixou (...). Nós ficávamos pelo 215, mais pra perto do Ivaí, ali no Tiradentes, naquele lugar onde a gente foi, ia por aqui, aqui, até lá onde tinha tapêê adjô⁸ ‘grande moradia abandonada’ do pai de Kuein, ali a gente andava por tudo, caçando, melando, colhendo fruta, por ali, onde a gente do Kuein parava antigamente [rio Indoivaí]” (José Luciano da Silva –Tikuein, em SILVA, 2003, p. 216).

⁶ Denominado Tikuein – menino, criança do sexo masculino + quati – pelos Xetá.

⁷ Antônio Lustosa de Freitas.

⁸ Esse local situava-se no Indoivaí.



MAPA 02: Glebas da Serra dos Dourados e hidrografia, com indicação dos grupos locais, em base de mapa feito por Ney Barreto, em 1957. Fonte: Fernandes (1957).

Por ocasião da primeira viagem efetuada durante o processo de identificação e delimitação da terra indígena Xetá em junho de 2001, durante as caminhadas pelo território do grupo para que os Xetá fizessem o reconhecimento do mesmo, foram visitados alguns dos primeiros moradores não índios que ainda vivem na região. Nesse ciclo de visita, encontramos os irmãos Naboro Fujitaru e Yutaka Fujiharu, que chegaram à Serra dos Dourados em 1950, juntamente com seu pai, Tokugiro Fujiharu, de origem nipônica. Todos haviam chegado no local hoje denominado Serra dos

Dourados⁹, onde ficava o escritório da COBRIMCO (Cia Brasileira de imigração e Colonização) no ano de 1950, pois seus pais haviam comprado terra da Companhia de Colonização Suemitsu Miyamura & Cia Ltda., que se instalara no local, no Governo Lupion. Naboro e Yutaka conheceram alguns Xetá, especialmente Tuca, que os reconheceu. Tanto Tuca como a família não indígena ficaram muito emocionados, lembraram desse período e contaram muitas histórias, entre elas a do antigo mateiro chamado Pedro Nunes, que o havia levado em fevereiro de 1956 de volta ao grupo de seu pai, que ainda sobrevivía no interior da mata.

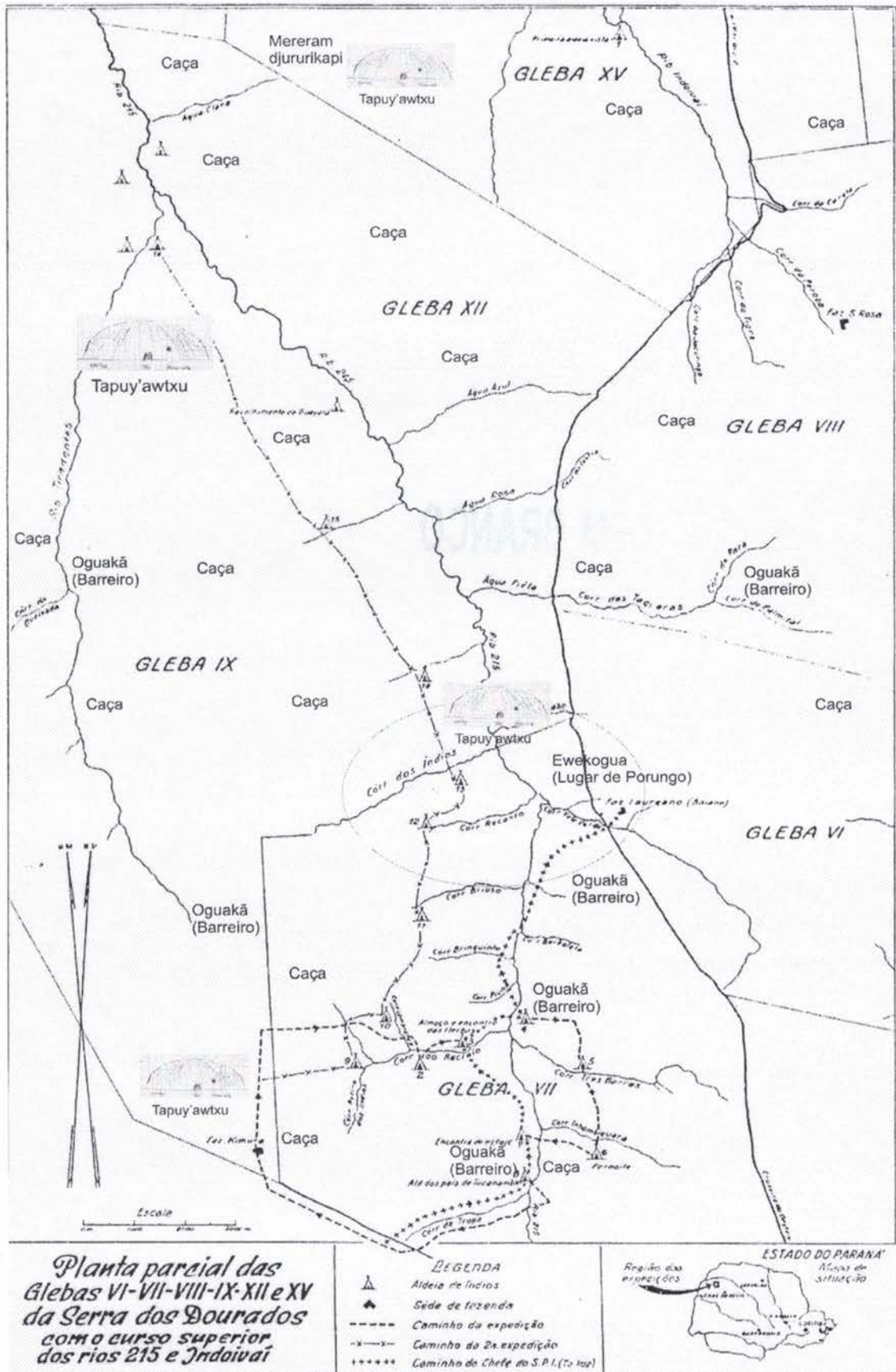
Nessa oportunidade, Naboro relatou que conheceu de perto vários locais de caça e de moradia dos Xetá ao longo do Córrego 215 e sua confluência com o Tiradentes. O trecho destacado abaixo evidencia a rapidez da transformação do habitat Xetá e o processo de genocídio e dispersão de famílias indígenas.

“Nós andávamos por isso tudo, porque a gente também caçava para comer, esse lugar era farto. Nesse 215 tinha muitas aldeias, esse rio eu conheci mais, porque eu era menino, tinha mais ou menos 12 a 13 anos, nós andávamos isto tudo caçando. Meu pai e meu irmão mais velho conheceram mais. Naquele ponto onde o Tiradentes deságua nele, era cheinho de aldeia deles. Era neste lugar que estavam as barracas dos peões da companhia de colonização. Inclusive a barraca do Pedro Nunes. Ali tinha muitos índios que inclusive chegavam nas barracas. Só que peão não respeita nada e ninguém, eles pegavam as índias. Eu lembro que uma vez um peão levou uma índia para barraca dele e o marido dela quase matou esse peão com a flecha. Desde então, os índios sumiram dali. Pensei que eles tivessem ido para outro lugar, porque era índio demais por esse 215, eram muitas mocinhas, crianças, mulheres, rapazes, era impossível acabar tudo. Acabaram com todos” (Naboro Fujiharu, 2004).

A plotagem de aldeias Xetá por Ney Barreto (Mapa 03), para a qual foram consideradas a viagem do inspetor do SPI, em 1952, e as viagens que fez acompanhando o grupo de pesquisa da atual Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do SPI, em 1955, comprovam as informações de Naboro e de seu irmão mais velho, Yutaka, mas, fundamentalmente, a memória oral Xetá e a memória de regionais.

Os depoimentos de Tuca, Kuein e Tikuein comprovam que este foi o último reduto que restou ao grupo, que no auge do avanço da colonização sobre seu território, ficaram ilhados sem poder exercitar a caminhada em busca de outros nichos, parte do itinerário do grupo. Neste sentido, o único local que lhes restara para exercitar o modo de ser Xetá, na década de 1950, foram os córregos 215, o ribeirão Tiradentes e uma parte do Indoivaí, em sua margem esquerda, onde duas famílias nucleares ainda sobreviviam, permanecendo no local até o início da década de 1960.

⁹ Distrito de Umuarama/PR.



MAPA 03: Aldeias na Serra dos Dourados, em base de mapa Ney Barreto de 1957. Desenho de Aryon Rodrigues, em caderneta de campo de 1967. Fonte: Fernandes (1957)

Neste local situado próximo ao Indoivaí habitaram Arigã e Adjatukã (ambos parte do grupo que estabeleceu contato com os moradores da Fazenda Santa Rosa, localizada nas imediações do mencionado córrego) com suas respectivas esposas e filhos. Embora vivessem ali, eram membros de grupos locais do Córrego 215, onde praticavam a caça e coleta e onde periodicamente se juntavam no grande acampamento – situado entre a margem esquerda do Córrego 215 e a direita do Tiradentes, local onde havia uma casa grande *apoeng adjo*, que abrigava os membros do grupo durante a celebração dos rituais.

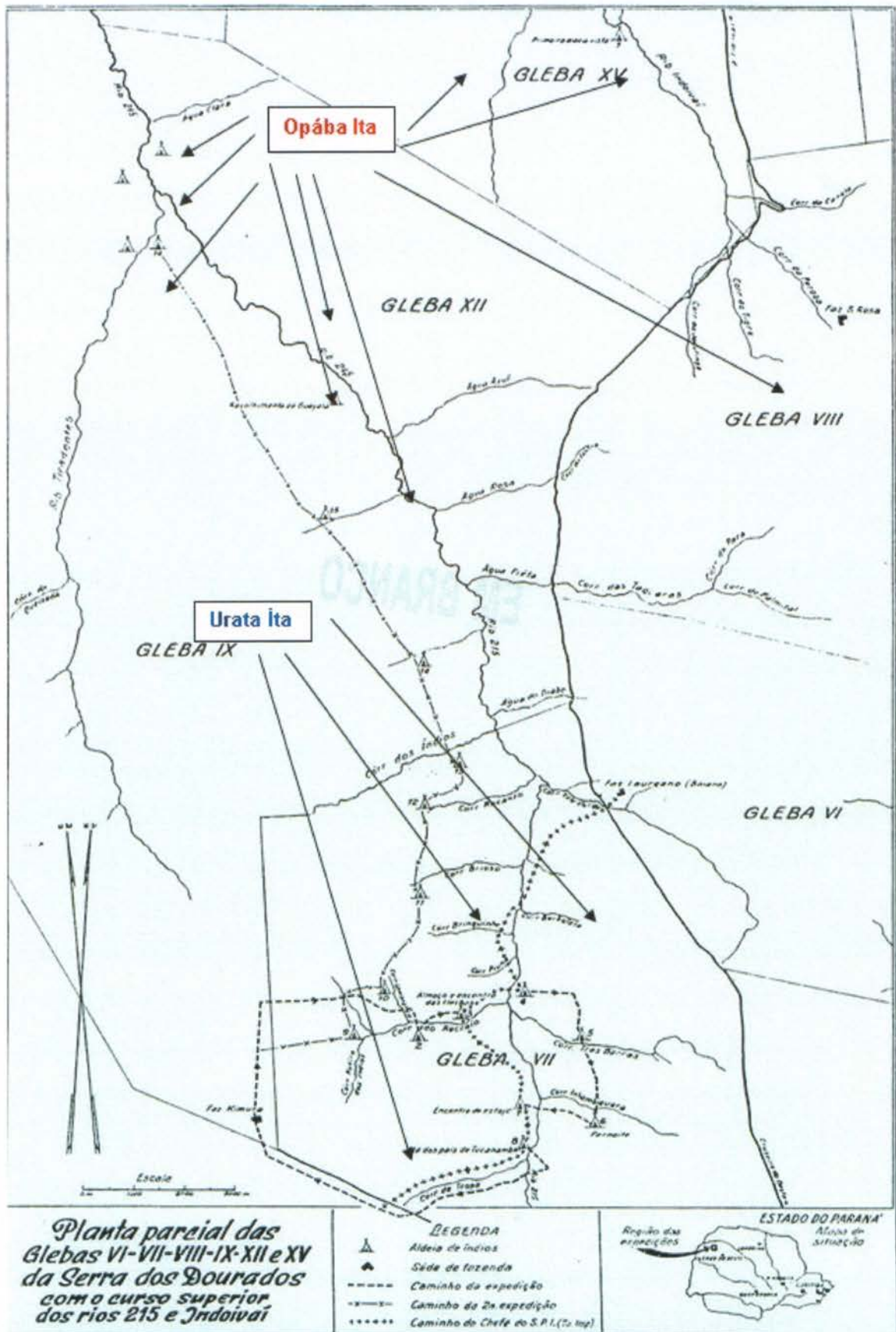
b) Distribuição espacial dos grupos locais Xetá

O termo “grupo local”, no caso dos Xetá, indica a família extensa, liderada por um homem mais velho ou seu primogênito, incluindo os demais filhos do sexo masculino, solteiros ou casados, os afins e agregados que compartilhavam os mesmos lugares.

A exemplo de outros povos tupi-guarani, as famílias extensas Xetá eram subdivididas em pequenas unidades domésticas, as famílias nucleares, que nem sempre ocupavam o mesmo espaço. Estas, embora vivessem sobre a área pertencente à família extensa da qual eram parte, tinham seus acampamentos de caça distribuídos em diferentes pontos do território do grupo.

O principal ponto de referência Xetá para situar espacialmente estes grupos é o rio de águas grandes, ou seja, o rio Ivaí, nomeado por eles como *hãñyn awatxu*. A categoria nativa ainda hoje utilizada pelos Xetá para situar geograficamente um grupo local é *opába ita*, que significa “os da várzea”, aplicado àqueles grupos locais que viviam próximo ao rio Ivaí, e *úrata ita*, ou, *aj`karete`agwaj*, que indica “os dos lugares secos”, aqueles que moram distantes do rio Ivaí.

Tais categorias espaciais denotam a localização geográfica do grupo local em relação ao rio Ivaí, e também, o pertencimento da família de origem de uma pessoa a um ambiente ecológico específico, ou seja, os da várzea e os do seco. No caso destes últimos, o termo seco é indicativo da topografia local que apresenta “lagoas”, que acumulavam água.



MAPA 04: Localização dos Urata Ita e dos Opába Ita, base em mapa Nei Barreto de 1957.

A memória Xetá desvela a existência de dois grupos locais *urata ita* e cinco *opába ita*. Relativamente a três destes grupos – os *Totokampama* “besourinhos”¹⁰, os *Idjatxo adjo* ou *Idjatxo parema*, também chamados “papudos”, e aquele que tinha aldeia onde hoje está situado o município de Icaraíma –, os Xetá observam que conheceram alguns de seus membros, quando estes viviam junto aos seus familiares na Serra dos Dourados. Tuca, Tikuein e Kuein relatam que estes três grupos viviam na margem esquerda do I vaí, espalhados por seus afluentes. Estes foram os primeiros a serem atingidos pelos *kikãtxu* (“brancos”) e *Mbyá* (“outros povos indígenas que não os Xetá”), que lhes serviam de guia.

Tomando como base a memória oral Xetá, os registros de Borba (1904; 1908) e o de Mercer (1978), é possível estimar que tanto os *Totokampama* como os *Idjatxo Parema* ocupavam as imediações da Corredeira de Ferro, até a foz do rio Paraná.

Quanto à localização dos grupos locais aos quais os remanescentes pertencem, a identificação da distribuição espacial dos mesmos foi feita por Tuca, Kuein e Tikuein (José Luciano) quando estes percorreram o território histórico do grupo em junho e dezembro de 2001. Após este percurso, os três procederam à descrição dos pontos naturais onde incidiam tais locais, possibilitando assim a sua representação e localização correspondente ao mapa elaborado por Ney Barreto e José Loureiro Fernandes, em 1955.

Os grupos locais aos quais os sobreviventes pertencem viviam no perímetro compreendido entre o Córrego 215 *y`êtê* (rio médio), o Tiradentes e do Indoivaí, *Yêtê kã* (riacho pequeno). Como já mencionado anteriormente, os dois primeiros pontos foram o derradeiro ponto de moradia do povo Xetá. Ao percorrerem esses lugares, os Xetá descrevem a sua flora, a fauna, os locais das habitações rituais e os acampamentos, os episódios, conflitos etc., demonstrando largo conhecimento sobre as fisionomias naturais, os quais estão intimamente relacionados com o modo de ocupação Xetá na Serra dos Dourados.

¹⁰ Assim identificados devido a sua pequena estatura. A mãe de Kuein, por exemplo, era originária dos *Totokampama*.

26 



FOTO 12: Tuca (boné preto), Tikuein (boné vermelho), Tiquiein e Carmen, na casa de Maria Rosa Tiguá, durante trabalho de campo do GT Portaria nº. 1230/PRES/2000. Umuarama/PR, s/d.



FOTO 13: Tuca e Kuein, ao fundo, o Rio Ivaí. s/d.

A partir da memória oral Xetá, Silva (2003) elaborou um diagrama (Ver Figura 02, Anexo 41), em que é possível observar os quatro grupos locais identificados no Mapa 06 e a relação de parentesco e afinidade que os liga.

Para os Xetá, são considerados parentes aqueles indivíduos (do sexo masculino ou feminino) descendentes da linhagem do pai de EGO¹¹. A regra de descendência é patrilinear.

Antes do processo de genocídio e dispersão de famílias, os casamentos preferenciais ocorriam entre os primos cruzados e o tio materno (avunculato). Era proibido, portanto, o casamento entre os primos paralelos paternos, porque estes eram considerados irmãos classificatórios.

Este é o caso de Kuein e Maria Rosa ã, que foram aproximados por servidores do SPI, quando ela foi morar no então PIN Guarapuava, tendo chegado a se formar um casal, sem, contudo, gerarem filhos. Conforme Silva (2003), com base na lógica de parentesco dos grupos locais Xetá, essa união não seria possível, pois seria um casamento entre irmãos.

A exemplo de outros grupos Tupi-Guarani, entre os Xetá, os chefes e homens que moravam em sua casa (a casa grande, *Apoeng Adjo*), os quais compartilhavam os mesmos espaços contíguos (seus irmãos, por exemplo), casavam-se com mulheres de

¹¹ Denomina-se EGO o indivíduo tomado como referência para a elaboração do diagrama demonstrando as relações de parentesco. A análise da genealogia Xetá se dá a partir de Tuca, o Xetá mais velho, conforme se vê na Figura 02.

outros grupos locais. Através dessas uniões é que se estabeleciam relações de afinidade, aliança e reciprocidade, de modo que nestas casas os homens sempre eram do mesmo grupo local, enquanto as mulheres eram de outros grupos locais.

O casamento poligínico era praticado pelo grupo, havendo homens que possuíam até cinco esposas. Segundo Kuein, Tuca e Tikuein, o casamento com mais de uma mulher era símbolo de prestígio, pois só as tinha aquele que era um exímio caçador, possuidor de força física e do dom da palavra, *“que estes observam ser o bom conselheiro”*. Os filhos desses casamentos sempre pertenciam ao grupo local do pai, sendo que a regra de descendência era patrilinear.

A regra de residência era patrilocal, ou seja, com o casamento, a mulher mudava-se com seu cesto e esteira para o lugar do marido, onde passava a habitar e acompanhar o grupo do esposo. O homem por sua vez continuava com seu pai ou então nas imediações do acampamento deste, seguidos por outros membros de seu grupo, ou por seus afins. Ainda que andassem por locais mais distantes, estes sempre pertenciam à sua família extensa.

A partir da década de 1940, com a presença de equipes das companhias de colonização COBRIMCO e Miyamura e com o início do loteamento da Serra dos Dourados, modificou-se a distribuição espacial dos grupos locais e sua organização social, política e econômica. O processo de colonização que então se iniciava impôs outra segmentação aos grupos familiares. Diante da possibilidade de serem alcançadas pelos não indígenas, elas se dividiam em grupos menores para não correrem risco de serem avistadas. Com a intensificação do contato, as fugas passaram a ocorrer em pequenos grupos familiares, geralmente a família nuclear: o homem, suas esposas, filhos e algum outro parente ou afim. Os espaços buscados eram aqueles que não haviam ainda sido tomados pelos brancos ou atingidos pela derrubada das matas.

Ainda hoje, mesmo afastados uns dos outros e criados por famílias não indígenas, a referência do parentesco para todos os Xetá privilegia o modelo tradicional da sociedade extinta, ou seja, a patrilinealidade. Contudo, registre-se, a partir do relato de Tikuen, que, com o processo de genocídio e dispersão de famílias Xetá, os casamentos preferenciais não podiam mais ser realizados, pois o povo Xetá *“morria demais e também era roubado pelos brancos. As mulheres que existiam ou eram parente de perto, não era permitido casar, ou viviam fugindo com os outros mato adentro”* (SILVA, 1999, p. 81).

Para as mulheres Xetá que sobreviveram ao extermínio, não restou alternativa a não ser a de se casarem com homens não Xetá. Dada a situação em que foram criadas, estas, ao identificarem-se como pertencentes ao grupo, ou, ao serem identificadas enquanto tal, reafirmam o seu pertencimento ao povo Xetá, estendendo-no aos seus descendentes, de modo que tanto seus filhos como seus netos identificam-se como Xetá e não como “mestiços”, Kaingang, Guarani ou branco.

Embora tal alteração seja decorrente do contato, que levou ao genocídio e à dispersão de famílias Xetá em terras indígenas e cidades situadas no Estado do Paraná e fora dele, a descendência antes exclusivamente paterna hoje é também materna. O que, grosso modo, não foge à regra do modelo praticado por outros povos Tupi-Guarani das regiões Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste, em que a descendência bilateral é praticada.

Apesar do sistema tradicional ainda hoje ser reconhecido como verdadeiro – “herdado dos ancestrais” –, as imposições do contato levou os Xetá sobreviventes a buscarem um modo alternativo de identificarem-se entre os membros de outras etnias, principalmente aqueles que vivem entre os Kaingang e os Guarani.

Desse modo, os Xetá superaram, de certa forma, a condição de isolamento cultural pela ausência de parceiros preferenciais, sem, contudo, perder em o elo de ligação com os ancestrais, de modo que os filhos das mulheres Xetá, seja com homens Guarani, Kaingang, ou não índio, sempre se identificam como Xetá. O que prevalece neste caso é a descendência da mãe. Tal situação é claramente percebida a partir da segunda geração de Ego, de modo que, atualmente, tanto os descendentes de sobreviventes homens, como os de mulheres, se identificam, são identificados e reconhecidos entre si como Xetá. Portanto, a condição de descendência constitui um marco reforçador de pertencimento à sociedade Xetá para além da descendência patrilinear.

b) Histórico de ocupação da terra indígena de acordo com a memória oral Xetá

Os primeiros registros da presença de grupos com características culturais semelhantes às dos Xetá ao longo do rio Ivaí datam de meados do século XIX, a partir dos relatos de Elliot (1868), Keller (1866), Bigg-Wither (1974), Borba (1904; 1908), Frič (1907), Ilhering (1907) e Mercer (1978).

Elliot (1868), em 1845, ao explorar os sertões entre os rios: Verde, Itararé, Paranapanema e seus tributários, descendo o rio Paraná e subindo o rio Ivaí, relata haver

encontrado vestígios da presença de índios ao longo do percurso, localizando seis ranchos deles no dia 17 de outubro do mesmo ano, no rio Ivaí num local denominado porto do Bom Encontro. Este pressupõe que cerca de 250 pessoas habitariam esses ranchos. À medida que subiam o rio, a constatação da presença indígena aumentava, até que a expedição alcançou de fato um grupo deles. A princípio ele os denomina “bugres” e posteriormente os chama de “botocudos”, observando que estes seriam descendentes das extintas reduções jesuíticas espanholas. Seu relato informa que:

“Navegando o rio, viram fumaças e, seguindo os trilhos, ouviram vozes. Logo avistaram um grupo de bugres rodeando o fogo com uma enorme panela de palmitos, muitos jacús e porcos mortos. O grupo da expedição lhes deu machados, foices, facas, anzóis missangas, espelhos e outros objetos. Eram 15 mulheres, muitas crianças de ambos os sexos, cinco homens, e 14 ranchos. Algumas das características do grupo eram as seguintes: altos e bem feitos, as mulheres antes bonitas do que feias. Os homens com o lábio inferior furado, e no orifício botoques de resina com aparência de fino alambre. Homens e mulheres usam tangas de fibra de urtiga. Sua linguagem do pouco que se podia entender parece ser o Guaraní (...)” (ELLIOT, 1869, p. 36).

O autor observa que após esse encontro, o grupo evitou a expedição que não mais conseguiu contato com eles. Cabe acrescentar que anterior ao registro de Elliot, o Barão de Antonina (João da Silva Machado) havia recolhido informações da existência de vestígios materiais da presença indígena no vale do rio Ivaí, cujas características assemelham-se àquelas descritas por Elliot.

Posteriormente, em 1866, os engenheiros Keller são designados pelo então Presidente de Província para explorar o rio Ivaí, examinar a Colônia Tereza¹² e identificar as tribos selvagens que por ali encontrassem. O relato por eles produzido indica que havia nas proximidades do referido rio dois grupos de índios botocudos distintos. Um seria do tronco Tupi e o outro, Jê.

Observando apenas as descrições que os irmãos fazem a respeito dos botocudos da família Tupi que vivia ao longo do Ivaí, é possível afirmar serem eles os antepassados dos Xetá, dos quais se têm notícias a partir do final da década de 1940. Na página 12 do mesmo documento, encontramos indícios de frequentes confrontos e enfrentamentos entre os botocudos tupi e os “coroados”, os atuais “Kaingang” pertencentes à família Jê. Contam os registros que estes últimos capturavam membros dos primeiros, os quais levavam para suas aldeias onde passavam a viver como cativos.

¹² Conforme Bigg-Wither (1974), a colônia Teresa situada no vale do Ivaí foi fundada em 1847 por um francês de nome Jean Maurice Faivre. A denominação Teresa é uma homenagem à imperatriz do Brasil. Seu fundador pretendia povoá-la apenas por seus compatriotas. Frustradas suas pretensões, a mesma acabou ocupada por aproximadamente 400 pessoas não indígenas e 40 índios Kaingang.

Informam os Keller (1866) que tais prisioneiros eram denominados por seus captores de “curu-tom”, o que quer dizer sem roupas, sem tanga, sem “curu”. As mulheres e jovens eram os principais objetos de captura.

Também os registros de Lovato (1974, p. 12)¹³ – que trata sobre os Keller – e os de Cavaso (1980, p. 265) que traz referência aos escritos de Frei Timóteo em 1861, dão conta de que no aldeamento São Pedro de Alcântara havia alguns Botocudos ou curuton prisioneiros entre os Kaingang. O frei observa que aqueles que opunham resistência eram mortos pelos Coroados.

Cabe registrar que os indicativos de confrontos entre os Coroados apresentados pelos Kellers (1868), Elliot (1866) e Frei Timóteo (CAVASO, 1980) também são parte da memória histórica dos Xetá, pela qual se sabe que esse povo foi vítima de diversas investidas dos Mbýa (“índios de outras etnias”) – atualmente identificados não só com os Kaingang, mas também com os Guaraní que habitavam ao longo do rio Ivaí. Contam os Xetá que estes invadiam suas aldeias, as destruíam, matavam e roubavam crianças, mulheres e jovens, tornando-os seus prisioneiros e escravos.

A respeito desses conflitos, Kuein (então, o Xetá mais velho do grupo) observa que seu pai contava que *“antigamente, quando o seu povo era numeroso e os branco kikãtxu não tinha chegado havia muitas aldeias grandes óka awatxu, com tapuy apoeng ‘casa grande’, e vários tapuy-kã ‘casa pequena, abrigos provisórios’. O grupo era grande e tinha muitos deles na beira do Ivaí”* (SILVA, 1998; 2003). Aqueles que conseguiam escapar do ataque abandonavam as moradias e fugiam embrenhando-se mata adentro, afastando-se da beira do rio Ivaí e juntando-se aos que viviam mais afastados, ao longo dos afluentes desse rio maior.

Por meio da memória oral Xetá, sabe-se que esse povo indígena, principalmente os grupos locais que viviam mais à margem do Ivaí, tiveram suas aldeias invadidas e destruídas por não indígenas que vinham pelo rio de barco, acompanhados de índios de outras etnias. Kuein relata que os que sobreviviam se dividiam em pequenos grupos e fugiam com medo de novos ataques.

Na década de 1960, quando Aryon Rodrigues realizava estudos da língua Xetá junto a uma *óka kã* (“pequena aldeia/lugar pequeno”), ele teve a oportunidade de ouvir um de seus moradores, Adjatukã, falar sobre estes encontros. Ao indagar ao seu interlocutor a respeito do povo ao qual se referia, ele disse que eram os *mbýa* que

¹³ O trabalho de Lovato traça todo o percurso dos escritos produzidos pelos engenheiros Keller a respeito de suas viagens.

gostavam de matar gente, e, que estes moravam perto deles. Este apontou para as direções nordeste e sudoeste, regiões habitadas pelos Kaingang.

Finalmente, nos escritos dos Keller – que tratam dos povos tupi que habitavam o rio Ivaí – encontra-se uma descrição de um grupo por ele nomeado de “Cayoá”, que em quase toda sua totalidade se assemelha aos Xetá. Nessa época era comum, por ocasião dessas expedições, os viajantes e cronistas que percorriam a região em pauta nomear os tupi-guarani que a habitavam com o nome de Cayoá. Certamente, as características culturais do grupo por ele descrito são de sub-grupos ancestrais dos Xetá e não Cayoá, como indica o autor.

Sete anos após a incursão dos Keller no Ivaí, o engenheiro britânico T. Bigg-Wither, ao percorrer o mesmo trajeto, durante o período compreendido entre os anos de 1872 a 1875, a fim de efetuar um levantamento dos obstáculos à sua navegação, com vistas à instalação de uma estrada de ferro na região, faz um relato a respeito de um povo por ele localizado no rio Ivaí nas imediações do Salto do Ariranha, o qual denomina Botocudo.

Referindo-se aos mesmos, o auxiliar do engenheiro informa que *“o costume deles era viver em pequenas famílias, por causa da dificuldade que tinham em conseguir alimentação suficiente quando a comunidade era grande. Vez por outra estas famílias se reuniam para, juntas, resistirem a um inimigo comum, como, por exemplo, o agressivo coroadado, mas, em regra, eles formavam as tribos mais inofensivas e amantes da paz”* (BIGG-WITHER, 1974, p. 295). Os conflitos provocados pelos temidos coroados, presentes ao longo dos capítulos, também são parte da narrativa do engenheiro britânico, que efetua seus registros a partir do relato de seu auxiliar e guia.

Em sua primeira investida junto a um grupo de botocudo, este captura um grupo de doze pessoas. Dias após, outros quatorze são capturados na floresta e levados para o mesmo acampamento, que passa a abrigar 26 indígenas, acrescido de mais um recém-nascido no local.

A descrição de Bigg-Wither (1974), nos capítulos XV e XVI, a respeito das características físicas das pessoas, da habitação, objetos de cultura material, adornos, alimentos, métodos terapêuticos etc. são os mesmos traçados pela memória cultural dos Xetá hoje e não deixam dúvidas sobre a semelhança entre ambos. Certamente este seria um grupo de seus antepassados que viviam ao longo das margens do Ivaí, frequentemente lembrados e tratados em suas lembranças históricas, os quais são conhecidos como *Ópaba Ita* (“os da várzea, os de perto do rio Ivaí”).

Relativizadas as observações do engenheiro, algumas delas impregnadas de preconceitos e pelo estranhamento do desconhecido, um breve perfil do grupo extraído de seus escritos dá mostras das condições nas quais estes viviam à época e de algumas de suas características culturais (todas elas semelhantes às dos Xetá, como foi registrado na década de 1950), conforme segue:

“(...) Os homens eram simplesmente horríveis, na sua repulsividade. As mulheres, por não usarem no lábio o ornamento de que falei antes, tinham aparência menos horrorosa. As crianças causavam pena, com as barrigas muito inchadas, os braços e as pernas finas como caniços. Estavam inteiramente nus, embora no rancho fosse encontrada uma roupa grosseira, feita de tecido de coqueiro, destinada aparentemente a ser usada menos como traje comum do que como coberta de malha para resistir às unhas das feras ou às flechas do inimigo. (...) todos adornados com penas de tucano, presas ao cabelo com cera virgem. A maioria usava um colar de contas, formado de pequenas sementes pretas, através das quais um furo havia sido feito para ser nele enfiado o cordão. Entre outras coisas curiosas, como colares de dentes, amuletos em cordão e outras, encontramos duas peças que Luco informou serem buzinas para chamar veado. Um laço feito de cipó preto, anteriormente tínhamos encontrado laço semelhante numa trilha de anta (...). Havia quatro espécies de pontas de flechas que encontramos (...). Embora capturássemos os botocudos com tanta facilidade, era evidente que eles não estavam despreparados para a luta. Nada mais que quatro arcos estavam esticados no rancho, prontos para serem usados, com algumas flechas colocadas ao lado. Além disso havia dois pesados tacapes que, em mãos adestradas, seriam armas formidáveis (...)” (BIGG-WITHER, 1974, p. 298-299).

O engenheiro prossegue sua narrativa, registrando os procedimentos de cura, canto, alimentação, adornos corporais, ferramentas líticas, entre outros objetos empregados pelo grupo. Todos estes elementos compõem o conjunto de dados parte da memória cultural oral dos Xetá.

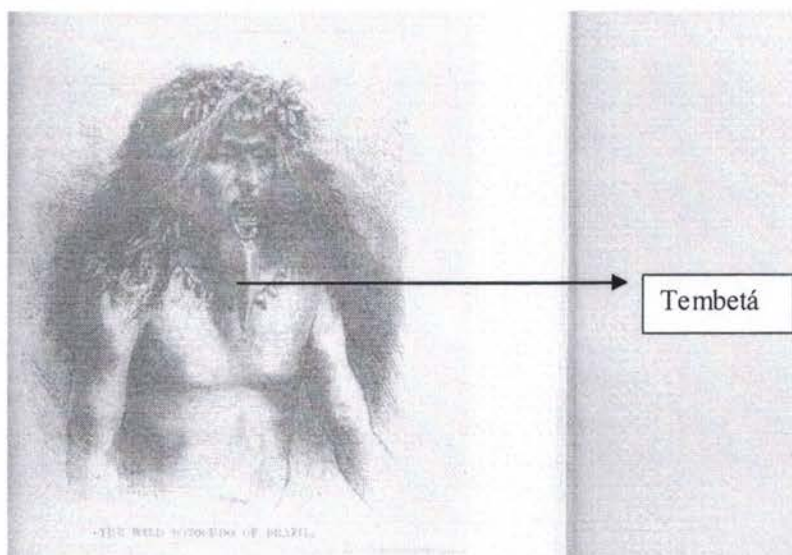


FIGURA 03:
Ilustração de índio
Botocudo. Fonte:
Bigg-Wither (1974, p. 283)

Alegando não haver conseguido que os prisioneiros índios retornassem às suas antigas moradias, Bigg-Wither transfere vinte e cinco deles para a colônia Teresa, com a intenção de que fossem entregues aos coroados mansos que viviam ali próximo - do outro lado do rio Ivaí. Antes, porém, de chegarem ao destino traçado pelo engenheiro, vinte três pessoas morrem durante a viagem, acometidos por "desintéria", chegando ao destino apenas dois deles. No acampamento do Salto do Ariranha, junto com a comitiva de Bigg-Wither, ficaram apenas duas crianças; um menino e uma menina.

Dos sobreviventes do grupo transplantado para a Colônia Teresa, não se teve mais notícias no relato do autor. Quanto às crianças que permaneceram no acampamento do engenheiro, acabaram adoecendo após a partida de seus familiares. A menina não resistiu e morreu. O destino do menino, tal como o dos adultos, não consta do relato.

Decorridos aproximadamente 30 anos, novas notícias sobre os antepassados dos Xetá serão dadas por Borba (1904; 1908) que, em viagem pelo rio Paraná e Ivaí, registra a presença de um grupo indígena com características culturais semelhantes aos Xetá na região por ele percorrida e denominada por Serra dos Dourados, situada na margem esquerda do rio Ivaí. Quando conseguiu relações com o grupo, estes lhe disseram que o nome de seu povo era Aré.¹⁴ Seus registros informam que:

"Os Arés são conhecidos no oeste desse Estado pela denominação de Botocudos: - São selvagens de índole pacífica completamente agregados ao convívio de outras tribus; não tem agricultura; vivem exclusivamente da caça, pesca e fructas silvestres; ainda hoje seus instrumentos cortantes são de pedra e de osso. Eles próprios, quando consegui relações me contaram que o nome de sua tribo é Aré. Para mim não há dúvida que estes selvagens, tanto pelos caracteres phísicos como pelos lingüísticos são de raça Guarany¹⁵. Coroados é que elles não são nem nos costumes nem na língua. Usam os homens, no lábio inferior, um tembetá de osso ou de nó de pinho da forma do desenho junto" (BORBA, 1904, p. 55-56).

As informações sobre os Arés fornecidas por Borba não se encerram por aí, pois, ao tratar sobre os índios do Paraná ele registra a "*lenda ou myto Aré*",¹⁶ narrada por um senhor de aproximadamente 60 anos que, de acordo com suas observações, era cativo dos Kaingang do aldeamento de São Pedro de Alcântara. Suas considerações registram que tais Botocudos eram chamados, pelos Kaingang "coroados", de Kurutons (BORBA,

¹⁴ "Aré" em guarani significa o pronome 'nós inclusivo'.

¹⁵ BORBA (1904, p. 53) observa que não há dúvida que estes são da etnia Guarani.

¹⁶ Grafia empregada pelo autor.

1904) e eram feitos cativos por eles, que invadiam as aldeias Arés com objetivo de capturá-los para escravizá-los. Os jovens e crianças eram os seus principais alvos.¹⁷

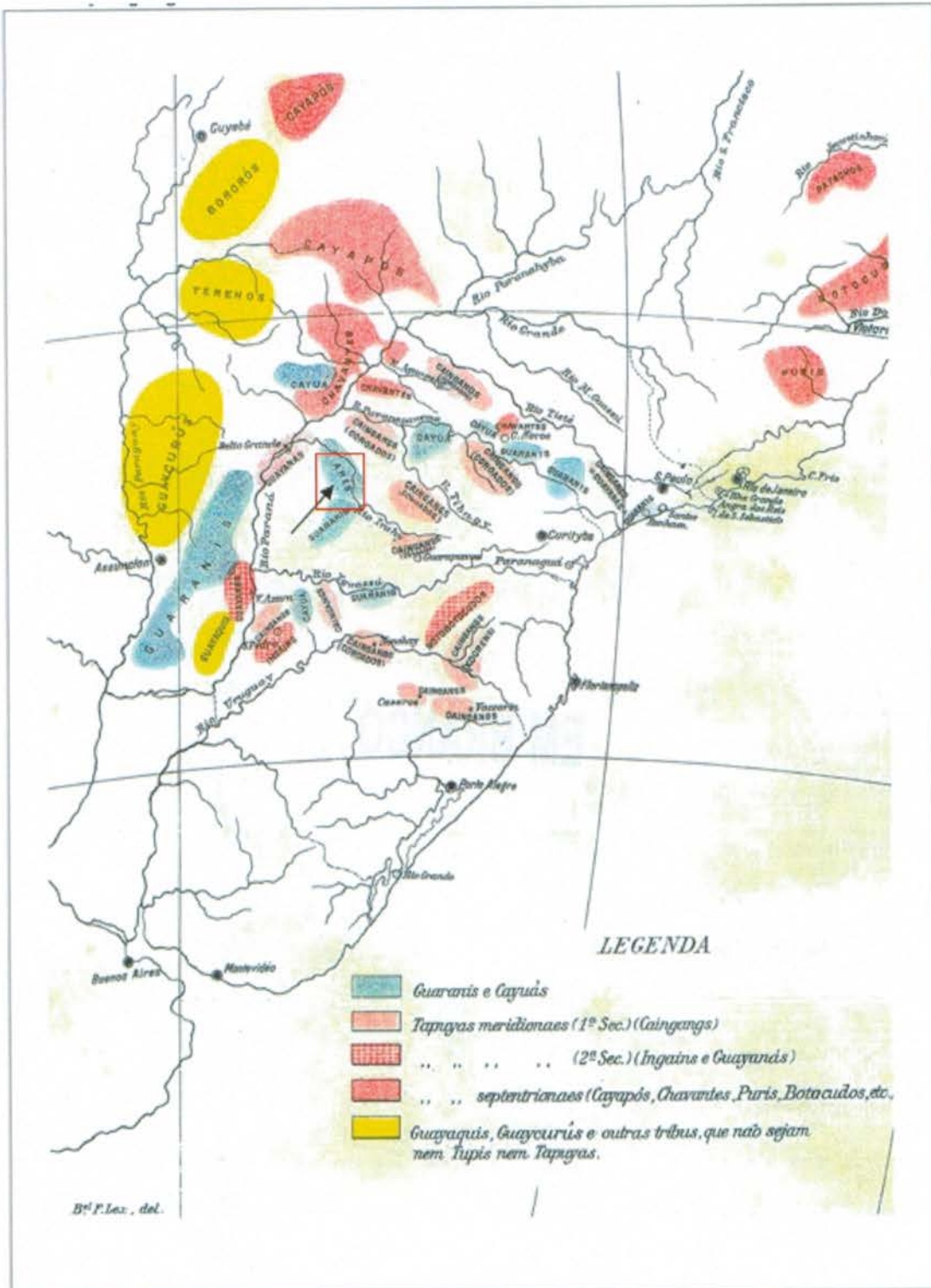
Passado algum tempo dos registros de Borba, o botânico Fřic (1907), em 1906, ao visitar uma aldeia Kaingang situada às margens do rio Ivaí, recebe informação da parte do líder do grupo de que havia, nas proximidades daquele rio, um povo de aspecto pigmóide desconhecido por eles, os quais denominavam Kuruton.

Junto aos Kaingang, Fřic encontra ainda, dois deles, e os denomina Šsetá, Šetá ou Šjetá (FřIC, apud LOUKOTKA, 1929, p. 330). Junto aos mesmos coleta um pequeno vocabulário¹⁸ e alguns dados etnográficos estudados pelo linguista Čestimir Loukotka, em 1929. O botânico, ao tratar sobre o grupo informa que *“a tribo Šsetá vive junto ao rio Ivaí no interior da floresta virgem no estado do Paraná, no Brasil. Seu centro de difusão situa-se ao longo do Ivaí, não muito distante do Salto do Ariranha, próximo aos Kaingang do Salto Ubá”* (IDEM, p. 373). A descrição feita destes nativos de aspecto pigmóide pelos Kaingang ao botânico certamente constitui forte indício de que estes são os Totokampama “besourinhos”, grupo local frequentemente mencionado nas memórias narradas pelos sobreviventes Xetá, os quais, segundo seus depoimentos, foram os primeiros a serem atingidos pelos brancos e conseqüentemente, desapareceram, tendo resistido apenas alguns membros que se juntaram aos que fugiram para pontos mais afastados do rio Ivaí.

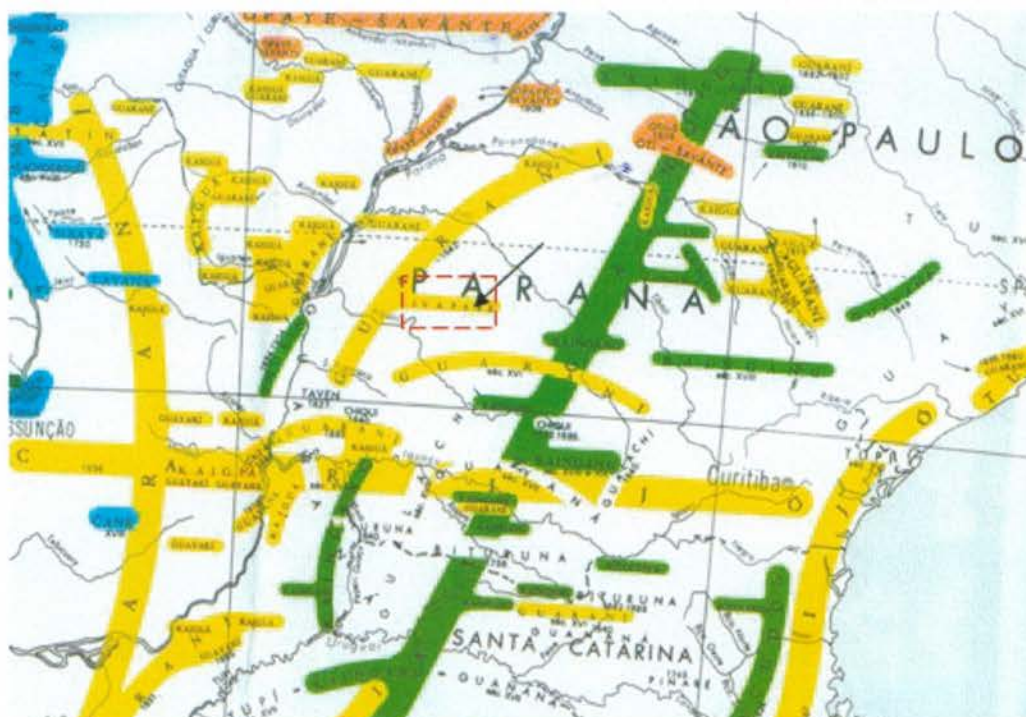
Nimuendaju (1987, p. 102-103), apoiado no relato dos Apapocuva-Guarani que lhe fora feito durante viagem à região do Ivaí em 1912, também informa sobre um grupo de Guarani que, durante uma caminhada “profética”, após enfrentar seus inimigos (índios de outros grupos e brancos) perambula perseguido pelos Kaingýgn (Kaingang) sem casa e sem roça, como caçadores arredios e assustadiços, no território do baixo Ivaí. *“As outras hordas os denominam de Yvaparé, que significa algo como ‘os que queriam ir para o céu’. Eles estão no mesmo nível cultural dos Guayaqui do Paraguai, que também falam o Guarani (...)”*.

¹⁷ Tais investidas Kaingang contra os denominados Aré são mencionados na história oral Xetá, a partir de relatos sobre os conflitos interétnicos entre Xetá e Kaingang, Xetá e Guarani, bem como entre Xetá e não indígenas.

¹⁸ Borba (1904, p. 57) também registra um pequeno vocabulário coletado junto àquele Aré cativo dos Kaingang.



MAPA 06: Localização geográfica dos Aré. Fonte: Ihering (1907)



MAPA 07: Localização dos Ivaporé. Fonte: Mapa Etno-Histórico, adaptado de Nimuendaju (1994 - 2ª. Impressão).

Ao narrar a migração de um grupo Guarani, em busca da Terra Sem Mal, o autor observa que “(...) aqueles que Telêmaco Borba chama Aré, pode ser apenas uma mutilação de Yvaporé, apelido que lhes deram os Guarani e que se traduz: 'os que queriam ir ao céu'¹⁹. Pelos Kaingang são chamados de Kurutô e pelos brasileiros de Botocudos ()” (NIMUENDAJU, 1987, p. 16; 102).

Finalmente, Mercer²⁰, contratado como agrimensor pela Colle Weiss e Cia, concessionária do Estado para construir a estrada Paraná – Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) encontra à margem direita do rio Ivaí, duas léguas acima de sua foz, uma aldeia ocupada por índios Caiuá, na qual o cacique lhe informa que existe nas margens do mesmo rio um povo denominado Aré.

Mercer (1978, p. 133-134) registra também que, em 1918, quando viajava pelo rio Ivaí em uma de suas expedições encontrou um pequeno grupo de índios, “um homem adulto, três mulheres e uma menina”, que de acordo com o autor eram os únicos habitantes daquela morada, nas proximidades do referido rio. Pela sua descrição é possível afirmar que o pequeno grupo seja parte de um dos subgrupos Xetá da Serra dos Dourados.

¹⁹ Destaque do autor.

Certamente, tanto os Aré retratados por Borba (1904; 1908) e Mercer (1978), quanto os botocudos descritos por Elliot (1868), Kellers (1866), Bigg-Wither (1974), ou, os Šetá, Šsetá ou Šjetá contatados por Fřic (1907), e os Yvaparé referidos por Nimuendaju (1987), são um daqueles grupos locais Xetá que, segundo a memória histórica e cultural dos sobreviventes, habitavam as proximidades do grande rio – o Ivaí - ao longo da margem esquerda desde o Salto do Ariranha até a sua foz no rio Paraná. Estes são os denominados antigos *ópaba ita* (“os da várzea, os de perto do rio Ivaí”).

Observada a distribuição espacial destes grupos ao longo do Ivaí; a característica dos povos tupi-guarani de se subdividirem em pequenos grupos familiares orientados por um líder religioso e/ou político e a memória dos sobreviventes que remonta à aproximadamente 120 anos, não resta dúvida de que tais populações habitantes do Ivaí (os denominados de Botocudos, Aré, Yvaparé, Šsetá, Kuruton, Notobotocudo) sejam os antepassados dos Xetá de que a partir da década de 1940 se tem notícias na região conhecida como Serra dos Dourados.

Embora as notícias sobre a presença dos atuais Xetá na região da Serra dos Dourados tenham ocorrido com maior intensidade no final da década de 1940, época em que o processo de colonização do noroeste do Paraná vinha sendo incrementado e intensificado, as fontes já mencionadas ao longo deste item dão conta de que estes são habitantes tradicionais da região do Ivaí que há muito tempo vinha sofrendo os efeitos da ocupação branca de seu território e as pressões dos conflitos intergrupais e interétnicos com outras etnias. Os interesses das frentes colonizadoras até então estavam centrados em outras regiões do estado do Paraná, enquanto o noroeste permanecia “protegido”, apesar da ação das “reduções Guarani” e das “bandeiras”.

Após os registros de Mercer, somente no início da década de quarenta começa a circular nova notícia da presença de povos indígenas nas margens do Ivaí e seus tributários, no noroeste do Paraná, um dos últimos pontos do estado ainda não ocupado totalmente pelas frentes colonizadoras. Tal presença, até então protegida pela ação antrópica, passa a sofrer os efeitos da ocupação não indígena, orientada a partir de interesses políticos e econômicos do Governo do Estado do Paraná e de grupos particulares que visavam ganhos com o loteamento de vastas terras “ainda desocupadas”, dado que será detalhado na Sexta Parte desse Relatório Circunstanciado.

²⁰ Mercer, na ocasião, fora contratado pelo fazendeiro Manoel Mendes de Camargo para proceder a serviços técnicos de sua especialidade, no extremo oeste do estado. Tratava-se de ligar o picadão que fizera em 1910-1912 com os campos de Vacaria, no Estado do Mato Grosso.



MAPA 08: Noroeste paranaense, 1920-1940. Escala (original): 1.236.276
 Fonte: Cardoso; Westphalen (1986, p. 65)

A partir de então, na década de 1940 tem início a exploração da última reserva de floresta do estado ainda protegida da ação colonizadora. Surgem os primeiros núcleos urbanos, expande-se a cafeicultura que até então estava concentrada no norte paranaense e São Paulo. Instalam-se as companhias de colonização responsáveis pela ocupação e exploração imobiliária das terras em questão, implanta-se a agricultura cafeeira, e incrementa-se a criação de gado. Inicia-se assim o grande cerco aos Xetá e o esbulho do território tradicional que lhes restara, declarado pelo Estado como terras devolutas, portanto, objeto de interesses político-econômico do governo da época, que não poupou esforços no sentido de colonizá-la.

Paralela à frente de expansão cafeeira, era implementado na época outros dois modelos de colonização no noroeste paranaense, na região originalmente habitada pelos Xetá. Um, promovido pelo Estado, que delegava às companhias de colonização o papel de explorar e lotear as terras que lhes eram vendidas ou doadas; e outra, de caráter semi-oficial, implantado indiretamente por meio de intermediários, detentores de concessões. Neste caso, o Governo do Paraná distribuiu lotes de terra para pessoas físicas que posteriormente, eram expropriados pelas companhias de colonização que os loteavam novamente e revendiam.

Isso pode ser verificado na área em estudo, pois nesse período o governo destinou extensas áreas à colonização na região noroeste paranaense, que até então não tinha sido totalmente penetrada pelas frentes de colonização, localizada “entre os rios Ivaí e Paraná numa área de cerca de 300.000 hectares. Os serviços demarcatórios foram ativados na zona sul e oeste do Município de Campo Mourão. Haveria de ser iniciados os estudos para a colonização das terras do oeste, incluindo os sertões dos baixos rios Ivaí e Piquiri no vale do Paraná” (COSTA, 1974, p. 830). Assim foi feito a partir da década de 1940.

A meta era atingir na totalidade as terras do norte e noroeste, nos espaços compreendidos pelas bacias hidrográficas dos rios Paranapanema em sua margem esquerda e o Ivaí em ambas as margens, sendo que na esquerda deveria incluir as terras de Campo Mourão (que, desde o século XVI, já vinha sendo ocupada pelas expedições ibéricas), seguindo até o rio Piquiri. Costa (1974) observa que nesse processo o Estado se beneficiava ainda com o grande fluxo de migrantes europeus e nacionais, estes últimos vindos do Nordeste, Minas Gerais e São Paulo. As terras nessa região sofreram assim uma crescente valorização.

Movido por esse ideário de colonização, o Governo do Paraná incrementou seu projeto colonizador oficializando apoio às Companhias de Colonização. Nessa época, os agentes do governo estadual e do SPI argumentavam que não havia mais povos indígenas autônomos, sem contato com a sociedade regional no Paraná. Portanto, o espaço estava livre para ser ocupado pelas lavouras de café, pelo gado e agricultura, promovendo, assim, o “progresso e desenvolvimento do Estado”.

Além desse projeto colonizador, havia por parte do governo estadual a pretensão de promover a ocupação das terras “por ele consideradas” devolutas a qualquer custo, e de fazer a reforma agrária no estado, já que haviam sido distribuídos e vendidos mais títulos de terra do que a área física que o estado possuía.

Instigado por este propósito, porém, sem as terras que julgava ter, em 12 de maio de 1949, o Governo do Paraná celebrou um acordo com a União Federal através do Ministério da Agricultura, órgão ao qual estava jurisdicionado o SPI, visando as terras destinadas aos índios no estado. Desse ato não escaparam sequer aquelas áreas já tituladas e doadas aos índios. Os termos desse acordo preconizavam que: “as áreas indígenas consideradas excedentes - de conformidade com os critérios estabelecidos - reverteriam ao patrimônio do Estado, que as utilizaria para fins de colonização e localização de imigrantes”. Conforme cláusula terceira do termo de acordo entre o

Governo da União e o Governo do Estado do Paraná, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 18 de maio de 1949, os critérios estabelecidos foram: “*área de 100 hectares para cada família de cinco pessoas e mais 500 hectares para localização do Posto Indígena e suas dependências (...)*” (Anexo 11).

Em outras palavras, o acordo promovia a reforma agrária em seis áreas indígenas paranaenses: Apucarana, Queimadas, Faxinal, Rio das Cobras, Ivaí e Mangueirinha. As três primeiras habitadas por Kaingang, e as três últimas por Kaingang e Guarani.

Tais áreas indígenas foram drasticamente reduzidas, considerando-se os interesses e compromissos do governo estadual com o seu plano de colonização, à revelia dos índios, e com a anuência do SPI. Silva (1998) observa que o citado acordo, firmado através do Decreto 13.722, de 19 de janeiro de 1951 (Anexo 12), tornou sem efeito decretos anteriores que concediam terras às populações indígenas do estado do Paraná e vigoraria por um período de cinco anos, a partir da data de sua assinatura (1949/1954), conforme Souza Nenê (1957, p. 2) (Anexo 13). Como consequência desse ato, os povos indígenas Kaingang e Guarani, habitantes desses espaços, perderam 89,03% de seus territórios, que foram reduzidos de 115.702 ha para 26.630 ha.

c) O processo de esbulho territorial, genocídio e dispersão de famílias Xetá.

É nesse cenário político, econômico e social instalado no Paraná que, por volta de 1946, começam a circular as primeiras notícias da presença de grupos indígenas autônomos na região noroeste paranaense, no perímetro conhecido como Serra dos Dourados. Entre os anos 1948-1949, agrimensores da Companhia de Colonização Suemitsu Miyamura, instalada durante o Governo Lupion,²¹ avistaram e registraram para a Companhia de Terras do Estado a presença de índios “estranhos” na região, os quais mais tarde receberam o nome de Xetá.

Em decorrência dessas notícias, o auxiliar de Inspetoria Wismar da Costa Filho, da 7ª Inspetoria Regional (IR) do SPI, percorreu a região da Serra dos Dourados para verificar a veracidade das notícias sobre a existência de “índios selvagens” naquele

²¹ Moisés Wille Lupyon de Tróia governou por dois períodos. O primeiro, de 25/07/1947 – 31/01/1951, coincide com as notícias da presença Xetá na região noroeste do Estado, o início das ações colonizadoras no último reduto do território do grupo e assinatura do acordo de 1949. O segundo período foi de 31/10/1959 – 31/01/1961, quando se consolida a ocupação colonizadora de todo o território tradicional Xetá e se legitima as ações da COBRIMCO sobre esse território.

local²². Mesmo localizando habitações abandonadas e vestígios materiais nas cabeceiras dos rios do Veado e Antas, tributários do Ivaí, o inspetor não conseguiu prosseguir viagem para alcançar novos pontos com vestígios de ocupação pelo grupo, devido à falta de recursos e de autorização de seus superiores. A constatação da presença indígena no local, no entanto, não deu origem a ações no sentido de localizá-los em outros pontos do rio Ivaí e tampouco no Rio do Veado e Ribeirão das Antas, referências naturais que os sobreviventes identificam e afirmam fazer parte do território histórico de seu povo.

“O Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1945, enviou uma expedição e outra em 1949, a procura dos índios (...) A última expedição localizou cerca de 10 acampamentos abandonados, mas, depois de um mês retornou sem encontrar nenhum índio” (KOZÁK, 1981, p. 23)

Quando os agrimensores atingiram os córregos do Indoivaí, 215 e o Tiradentes, invadindo os espaços de caça, coleta e moradia do que restara de parte do território histórico Xetá, as notícias e a constatação de sua presença no local foram intensificadas e incontestáveis. No Ofício nº. 248/50, de 26 de dezembro de 1950, o engenheiro Diretor do Departamento de Terras do Paraná (Departamento Administrativo do Oeste do Paraná), que atuava na Serra dos Dourados, envia ao Diretor da 7ª IR/SPI a seguinte mensagem:

“Tendo as turmas de agrimensores desse departamento de trabalhos de medição e demarcação da Colônia Serra dos Dourados, próximo ao rio Paraná, encontrado grupos de índios, que estão impedindo execução de referidos serviços, venho solicitar valiosa cooperação de V.Sa. no sentido de tomar providências, afim de normalizar a situação dos referidos silvícolas naquela região”.

Mais uma vez, a 7ª IR/SPI enviou em 1951 o auxiliar de Inspetoria Deocleciano de Souza Nenê, para averiguar os fatos (Ver Anexo 09). O inspetor constatou a presença indígena através de vestígios materiais de diferentes naturezas, inclusive habitações, porém, não localizou o grupo que fugia no interior da mata. Alegando falta de condições, sua investigação limitou-se aos locais percorridos pelos agentes da Companhia Colonizadora, deixando de lado outros espaços que os Xetá hoje identificam e reconhecem como área de domínio de seu povo. Embora o inspetor informe ao Diretor Chefe da Inspetoria a confirmação da existência de indígenas na região, o que já havia

²² Em entrevista a Vladimir Kozák em 24/12/1963, Wismar da Costa Filho informa que a viagem até a

sido feito também por Wismar da Costa Lima Filho em viagem no final da década de 1940, Nenê de Souza, em relatório de agosto de 1952, observa:

“A minha informação foi duvidada pelo Sr Diretor, chegando a dizer em despacho de processo que eram como os índios de Santa Catarina, que eu descobri, deixando transparecer a sua desconfiança de que não foram descobertos índios em Orleans, fato que não só existem documentos nesta inspetoria, como a Imprensa e os rádios das cidades do Sul de Santa Catarina, trataram da descoberta (...)” (SOUZA, 1952).

Mesmo diante da confirmação da presença Xetá na região, a 7ª IR/SPI não adotou qualquer medida para localizar e proteger o grupo, deixando persistir a dúvida sobre os fatos, apesar das evidências materiais incontestáveis. Enquanto isso, o Governo do Estado, fiel aos seus propósitos de ocupar as terras que considerou “devolutas”, “vazias” no noroeste paranaense, ignorou a presença indígena e insistiu em dizer que estes não eram originários do Paraná e sim do Mato Grosso do Sul ou Paraguai.

O equívoco intencional por parte do Governo do Paraná ainda hoje pode ser refutado pela memória dos sobreviventes mais velhos que informam e reforçam a ocupação territorial Xetá, desde as imediações da nascente do Ivaí até a sua foz. Suas memórias orais sobre os conflitos e embates com os Kaingang, além das descrições do meio ambiente das antigas aldeias e histórias míticas da criação de espécies da flora da região ocupada por seus ancestrais, derrubam por terra o pensamento do governo da época, e reforça as evidências da sua ocupação histórica tradicional de uma vasta área no Estado do Paraná, inclusive a região da Serra dos Dourados, o último reduto dos grupos familiares aos quais pertencem os atuais sobreviventes, dos quais se tem registro desde a primeira década do século XIX.

Costa (1976, p. 831-832) observa que em fins da década de 1940, início de 1950, o governo ainda destinava extensas áreas à colonização, visando atender, sobretudo aos interesses e necessidades de inúmeras famílias que vinham atraídas pela fertilidade das terras paranaenses. Tomavam-se providências para que os serviços de demarcação se estendessem a toda a região Noroeste, entre o rio Ivaí e o Paraná. Ativavam-se os serviços demarcatórios na zona ao sul e a oeste do Município de Campo Mourão e começavam os estudos para a colonização do oeste, incluindo os sertões do baixo rio Ivaí, Piquiri e Vale do rio Paraná. Neste caso, o território Xetá se via cada vez mais comprimido, reduzido e invadido pelos brancos.

Sobre o discurso do governo paranaense, Silva (1998) observa que foi uma estratégia eficaz para resguardar interesses e conveniências dos propósitos do governo do Estado e dos agentes da Companhia de Colonização, no sentido de desobrigar o Estado de garantir a terra para os Xetá, conforme já previa a Constituição Federal de 1946, no seu artigo 216. Mantido o argumento de que os Xetá eram do Mato Grosso, o projeto colonizador não careceria de modificações, pois o próprio órgão indigenista corroborava com esse pensamento, quando não empreendia esforços no sentido de localizar os índios, e sequer confirmava sua presença no local, reforçando assim o parecer dado em meados da primeira década de 1940, quando o órgão indigenista informou que não havia mais índios sem contato no Paraná. Apoiados em opiniões de senso comum dos colonizadores, o governo do Estado e o SPI estimaram que o grupo era proveniente do Mato Grosso, o que os eximiria de garantir a integridade física do grupo e proteger suas terras.

As informações sobre a presença indígena na região permaneceram praticamente inalteradas até 03 de junho de 1952, quando:

“Uma das turmas de medição de terra da Gleba Serra dos Dourados encontra três índios, dois garotos e um adulto dos quais dois destes, um garoto e um adulto, que se presume ser pai e filho, mesmo sem se entenderem em palavras, acompanharam a turma vindo para o acampamento em Serra dos Dourados, 30 quilômetros distante, os quais foram fotografados, cujas fotografias nos foram dadas algumas cópias pelo Dr Pereira, as quais vão juntas a este (...)” (Anexo 14).

O menino que fugiu era Tuca e o outro era Tikuein Ueió (Tikuein “criança do sexo masculino”; Ueió “macuco”),²³ filho do irmão de seu pai, irmão de Maria Rosa ã, e o adulto, conhecido por Pyxapa, era membro do mesmo grupo local que as duas crianças.

Em decorrência do “achado”, o Diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado comunicou oficialmente à 7ªIR/SPI através do Ofício nº. 424/52, de 23/06/1952, a presença indígena na Gleba Serra dos Dourados e também pediu providências deste serviço advertindo que medidas deviam ser adotadas “a fim de evitarmos em tempo, qualquer embaraço que por ventura possa ter causado nos

²³ Em Curitiba o menino recebeu o nome de Antônio Guairá Paraná, e ficou conhecido como Caiuá, posto que inicialmente achou-se que o grupo era da etnia Kayová.

serviços que vem sendo executados e mesmo qualquer conflito entre os elementos das turmas de medição e aqueles indígenas” (Anexo 15).

Nenê de Souza informa, ainda, que esse encontro da turma de José Alves Pereira (engenheiro) “deu-se na tarde do dia 03 de junho último, distante mais de 30 KM de Serra dos Dourados, à margem esquerda do rio Duzentos e Quinze, afluente da margem esquerda do rio Ivaí, por cujo acontecimento foi por essa chefia comunicado ao Sr. Diretor que autorizou a sua ida até o local para averiguar e informar o que de fato existisse”.



FOTO 14: Caiuá (Tikuein Uéio) e Pyxapa, junto com os agrimensores Suemitso Miyamura Ltda. Serra dos Dourados, 1952. Acervo Museu Paranaense

Em agosto do mesmo ano o órgão indigenista enviou ao local o inspetor Deocleciano de Souza Nenê, para verificar a procedência da informação. Dessa vez, ele encontrou a prova física da existência dos índios, embora o adulto capturado com o menino tivesse fugido. No acampamento da Companhia de Colonização Suemitsu Miyamura, o agente do SPI, em companhia dos trabalhadores da empresa, percorreu alguns pontos da floresta na tentativa de localizar o grupo. Guiado por um dos fiscais da empresa e acompanhado por um índio Xokleng, o inspetor tentou alcançar um grupo que, segundo os medidores de terra, estava próximo ao acampamento da colonizadora. Neste percurso estes encontraram um acampamento recém-abandonado descrito por Nenê de Souza, com as seguintes características:

“De 6 Km mais ou menos em diante, que havíamos caminhado, já fomos encontrando ‘mundéus’ e ‘laços’, armados por índios até que pouco antes do meio dia atingimos

uma aldeia abandonada que examinamos tudo demonstrando ter sido habitada até pouco tempo antes. Ali vimos o seguinte: 3 três choças armadas com varas de regular grossura, em forma de círculo, cumieira redonda como copa de chapéu, duas descobertas e uma ainda com algumas folhas de palmeiras, conforme as fotos junto. De um lado um monte de castanhas de coquinhos de palmeira, mais adiante outro monte de ossada de animais e junto a uma choça estava um tronco de palmito com uma cavidade queimada, tronco esse que é instrumento de fazer fogo. Corda bem fina, bem feita de cipó guaimbé amarrada. Encontramos também, uma palmeira derrubada de regular grossura que servia de privada, usada de um só lado. Bem próximo da aldeia passa um riacho e na areia desse riacho estavam rastros recentes (...). Por ele seguimos andando quase uma hora, e como não levamos nenhum presente para dar, no caso de encontrar algum índio e por ser tarde, resolvemos voltar (...)" (SOUZA, 1952, p. 03).



FOTO 15: Caiuá (menino) e Pyxapa (adulto).
Serra dos Dourados, 1952. Acervo Museu paranaense

No dia seguinte, refizeram o caminho levando presentes. Passaram por acampamentos de caça na margem direita do Córrego 215 (próximo à sua cabeceira) e encontraram muitos vestígios da presença indígena. Por onde andavam, encontravam muitas armadilhas, além de abundantes rastros de animais e de pessoas. Após constatarem que se tratava de área reservada à caça, retornaram ao ponto de partida e atravessaram para a margem esquerda do córrego, andando alguns quilômetros. Pararam onde ouviram gritos e choros de crianças, deixaram presentes: *“alguns cobertores, camisas de meia ou de malha, chocolateiras de folha, colares fantasia e brincos, 2 machadinhos de carpinteiro, e voltamos certos de ali tornarmos no dia seguinte trazendo o indinho para servir de mascote (...)"* (SOUZA, 1952).

Quando retornaram no dia seguinte, não encontraram o grupo avistado e haviam chegado tão próximo que, para surpresa de Deocleciano e dos demais, os Xetá, haviam

fugido sem tocar nos presentes deixados para eles. Inconformado, ele busca alcançar a pequena aldeia avistada no dia anterior:

“(...) marchemos em direção à aldeia, descendo uma pequena ladeira, atravessamos o riacho da margem direita para a esquerda, subimos outra ladeira, acompanhamos o rio descendo e assim saímos numa clareira em meio a um taquaral, na qual estavam quatro choças desocupadas, do tipo das que foram encontradas na aldeia que já tínhamos visto (...)” (IDEM).

Nesta viagem ficou claro para Nenê de Souza que já os índios da Serra dos Dourados não eram Botocudos de Santa Catarina, já que o interprete dessa etnia que o acompanhava não havia conseguido entender a criança e tampouco o que os membros da aldeia diziam.

A estratégia de aproximação empregada não deu certo. Na pequena aldeia o entorno da área era o mesmo daquele descrito anteriormente. Frustrado em suas pretensões, o inspetor retornou a Curitiba, trazendo em sua companhia o menino capturado pelos agrimensores, que recebeu o apelido de Caiuá.

A respeito deste acontecimento, Tuca relembra que o acampamento avistado era de seu pai, com quem ainda vivia. Na ocasião, quando o pai percebeu a presença dos brancos, fugiu com a família e com os que o seguiam para se juntar aos que estavam mais a montante do Córrego 215, no sentido do Ivaí. Tuca conta que a região onde estava instalada a sede de uma fazenda, que ele denomina fazenda do Japonês (identificada no mapa como fazenda Kimura), era lugar do grupo de seu pai. Assim como os espaços correspondentes às glebas 7, 9, da Colônia Serra dos Dourados, entre outros, os únicos que lhes restavam. Sobre esta aproximação do agente do SPI ao acampamento de seu pai, Tuca conta:

“Quando meu pai ouviu de longe eles chegando, eu subi no alto da árvore e vi os homens chegando, deixando cobertor, panela, espelho e outras coisas mais. Nós não pegamos nada. Lá no mato, criança e mulher não podia pegar nada que era deixado por outros. A gente só pegava se homem grande [adulto] e parente desse pra gente. Por isso nós não pegávamos nada que eles deixassem. Meu pai e os dele não pegaram, então nós também não pegamos. Fomos embora dali daquele lugar. Fugimos de medo, meu pai não queria se entregar. Fomos mais para perto dos irmãos da minha mãe, eles eram muitos e ficavam ali, no Duzentos e Quinze e Tiradentes até lá pelo Ribeirão do Veado e outros lugares (...)” (Tucanambá José Paraná, 2001)

Ao retornar à 7ª IR/SPI, o inspetor sugere a criação de um posto de atração, para abrigar esses índios:

“Ainda que provisório, no lugar onde foram encontrados os índios, isso com certa urgência, pelos motivos que passo a expor: 1º porque os índios estão sofrendo de fome, não se falando em roupa que eles não têm, nem tanga (...). 2º porque as terras presentemente estão sem medir, devolutas, portanto e são terras do norte do Estado, que estão tendo uma procura fantástica. As glebas cedidas pelo Governo do Estado para fins de colonização limitando rios e serras, abrangem uma vasta extensão que envolve a região onde os índios estão habitando, e não se trata desde já de atrair, pacificar e reunir esses índios e se legalizar uma área, ou seja, determinar um lugar deixando-se passar mais tempo (...) será um prejuízo, ainda mais que se fala desde já na volta do famigerado ex-governador deste Estado Moysés Lupion, inimigo dos índios e do SPI, o que não se duvide que não volte, daí então, estará tudo perdido” (SOUZA, 1952, p. 7-8).

No mesmo ano de 1952, em novembro,²⁴ o menino Anambu Guaka,²⁵ nomeado pelos não indígenas como Tucanambá José Paraná (Tuca) foi capturado pelos agrimensores da Suemitsu e levado para Curitiba em janeiro de 1953, onde passou a viver com o inspetor acima mencionado e seu irmão classificatório, Caiuá, que havia sido pego antes dele.²⁶ Segundo Nenê de Souza (1957, p. 1), sua intenção ao criá-los era que os dois *“aprendessem a falar nossa língua para servir de intérpretes mais tarde”*. No caso de Tuca, este observa que ele *“era mais vivo, mais inteligente do que Caiuá”*, tendo o mesmo aprendido a falar o português com mais facilidade e servido de intérprete e guia de expedições de contato e pesquisa durante o período de 1955-1961.



FOTO 16: Tuca e Caiuá. Serrados Dourados, 1955.
Acervo MAE/UFPR

²⁴ Souza (1957, p. 1)

²⁵ Segundo a memória oral Xetá, a junção das palavras *“anambu”* ou *“inhambu”* e *guaka* “significa arara vermelha”.

²⁶ Todos os dados acima, referentes aos anos de 1949, 1951 e 1952 foram retirados de Souza Nenê 1952.

Apesar de todas as evidências e dos relatos oficiais que apontam e constataam a presença dos Xetá na Serra dos Dourados, durante aproximadamente dois anos, desde a captura dos meninos, o SPI não tomou qualquer providência efetiva para localizá-los e tampouco protegê-los. As dúvidas a respeito da origem e filiação linguística dos mesmos também permaneceram até dezembro de 1954, quando um grupo de seis homens (três jovens: Kuein, hoje sobrevivente, seu irmão Nhágua Xagüi²⁷ e um primo Eirakã, e três adultos: Arigã²⁸, Adjatukã e seu irmão mais velho Iratxamëw-ay) chefiados pelo último, chegou à fazenda Santa Rosa (hoje, Santa Maria) de propriedade do Deputado Estadual Antônio Lustosa de Oliveira,²⁹ para “amansar os brancos”, como observa Tikuein. Essa propriedade fora instalada sobre o território de caça e coleta de um dos grupos locais Xetá, o grupo local 04 (pertencente ao pai de Kuein e Arigã que passou a viver no Córrego 215 junto ao grupo local 01, grupo do marido de sua irmã) (Ver Figura 02, Anexo 41).

Kuein fez parte deste grupo que estabeleceu contato com os moradores da fazenda Santa Rosa. Ao falar da aproximação, ele observa que sua “*gente já estava cansada de fugir*” (SILVA, 1998; 2003). Ele relembra que a opção de se aproximar dos brancos não foi consensual entre os velhos e jovens. O grupo dividiu-se, e apenas alguns concordaram com a aproximação. Os mais velhos foram refratários e irredutíveis em suas decisões. Seu depoimento indica que foi o filho mais jovem (Adjatukã) do grupo local 01, primo cruzado de Kuein, que insistiu na aproximação, que (obedecendo a regra interna do grupo) acabou sendo guiada e orientada pelo irmão mais velho, que saiu de cena juntando-se àqueles que se negavam a aproximarem-se dos brancos, face as violências que vinham sofrendo da parte destes.

Sobre esse encontro, tanto na ótica de Kuein que fez parte do grupo que buscou a aproximação, como da parte dos moradores da fazenda Sr. Antônio Lustosa de Freitas e sua esposa Carolina Alves de Freitas, as narrativas de ambos se interligam e complementam (SILVA, 1998), deixando claro o protagonismo Xetá no estabelecimento da aproximação. Seus relatos orais expressam o estranhamento de ambos os lados e as estratégias adotadas por ambos diante do desconhecido e do

²⁷ Nhágua “tigre” + xagüi sufixo indicativo de que a pessoa é falecida.

²⁸ Nas fontes documentais escritas e orais Arigã é também conhecido como Arikã e Eirakã “Irara”, este é irmão mais velho de Kuein e Nhaguá xagüi.

²⁹ A fazenda estava situada no córrego do Peroba, afluente do Indoivaí, ou Córrego do Índio, como é localmente conhecido (SILVA, 1998).

enfrentamento interétnico. Tal encontro foi comunicado por Lustosa de Freitas à 7ª IR/SPI.³⁰

Após a primeira aproximação, alguns dias depois, três membros que participaram do primeiro contato retornaram à fazenda Santa Rosa, dessa vez, acompanhados pelas mulheres e as crianças de seu grupo. Segundo Freitas (1989), eram aproximadamente vinte pessoas. Estes, porém, retornaram à mata, principalmente no Córrego 215 e em sua confluência com o Tiradentes, onde se juntavam aos demais. As visitas continuaram por períodos mais esparsos. Antônio Freitas adverte, no entanto, que a cada retorno o número de visitantes diminuía sensivelmente.

Cativando a confiança dos que chegaram à propriedade sob sua guarda, e guiado por Adjatukã³¹, membro do grupo dos seis que passou a liderar aqueles que estabeleceram contato com os moradores da fazenda, Antônio de Freitas conseguiu alcançar outro núcleo familiar, parte da mesma família extensa de seu guia. O responsável por este grupo doméstico era Mã³², ou Haykumbay “caçador de anta”, irmão do guia indígena, e pai de Tikuein, um dos sobreviventes mais velhos. O mesmo ocupava um *óka ka* (“acampamento”), no qual passou a viver junto ao grupo após a morte de seu pai, no Córrego 215 e na sua confluência com o Tiradentes.³³ Sobre esta aproximação Maria Rosa ã relata:

“Naquele tempo, nós passávamos o tempo todo fugindo dos brancos, cada dia dormíamos num lugar diferente dentro do mato. Nossa vida era correr. Um dia, nós estávamos posando [dormindo] no mato e ouvimos um tiro. Os adultos nos falaram que os brancos estavam matando, e nós corremos. Um dos nossos perdeu o tembetá, acho que era o Mã, com quem nós morava. Ele mandou que eu voltasse pra procurá-lo. Eu voltei e fiquei pra trás. Estava campeando [procurando], olhando e apalpando o chão, quando o vi. No momento que eu ia pegá-lo [o tembetá], os brancos me seguraram por trás [demonstra com gestos e com a tonalidade da voz]. Eu olhei pra trás assustada, tinha um índio junto, mas ele estava vestido com roupa. Não era Tuca. Era outro que estava junto com eles. Com medo, eu pensei: vou correr. Eu ia correr, mas daí meu parente que estava com eles, este índio vestido, falou: ‘não faça isto!’ Ele me disse que era pra eu contar onde estavam os outros, porque eles tinham ido nos encontrar. Parei assustada, sem entender o que ocorria, sentia medo, tudo de uma vez só. Ele me pediu no nosso idioma, que eu fosse buscar os outros, e, eu fui. Estavam todos escondidos. Quando eu cheguei e falei, eles ouviram e disseram que eu podia voltar lá e trazer o

³⁰ Silva (1998) apresenta a narrativa de Kuein e dos moradores da fazenda Antônio e esposa, sobre o evento do contato e seus desdobramentos.

³¹ Adjatukã era uma espécie de líder daquele grupo que passou a acompanhá-los nas visitas à Fazenda Santa Rosa.

³² (José Luciano da Silva, ou Nhangoray) (Mã: termo de tratamento de um menino iniciado para com o homem que fura o seu lábio. Semelhante a Pai, padrinho).

³³ Adjatukã era irmão de Mã, Haykumbay, “caçador de anta”, que estava acampado com seu grupo familiar em um ponto e afastado da fazenda, em sua área de caça no 215.

parente comigo. Era o Ajatukã, o índio que estava vestido. Só ele ficou lá esperando e me seguiu, os outros brancos não foram. Como ele estava vestido, os índios estranharam, mais ele logo falou quem era, e eles o reconheceram. Ele era o irmão de Mã [Haykumbay]. Primeiro, eles conversaram bastante, Ajatukã foi quem falou com Mã. Somente depois que branco se aproximou. Assim nos levaram para a fazenda da Carula³⁴ (...). Quando chegamos lá, todos nós estávamos nus. Eles não correram de nós. Todos tomavam banho no rio, quando nos avistaram, vieram dois homens ao encontro de nós e jogaram uma bolsa com açúcar para nós comermos. A gente se abaixou e comeu tudo. Depois voltamos à tarde pro mato. Eles nos deram um pouco de açúcar para levarmos e comermos lá no nosso acampamento (...). Assim, a gente ia parando no mato e na fazenda. Lá, nós, a criançada trabalhava aguando a horta, pegando água pra Carula, era assim (...) (Maria Rosa ã, em SILVA, 1998, P. 66-67).

Dez meses após a aproximação dos Xetá com a fazenda Santa Rosa, em outubro de 1955, foi realizada a primeira expedição oficial de contato pela 7ª IR/SPI, acompanhada pelo antropólogo e professor da Universidade do Paraná, José Loureiro Fernandes, pelos dois meninos Xetá capturados (Tuca e Caiuá), e outros não indígenas: Dival José de Souza (chefe da 7ª IR do SPI que coordenou a expedição), Durval Machado (agente do SPI), Loyola Neto e Ferralma (repórter e fotógrafo da revista da Guaíra); Ney Barreto (aluno do curso de geografia da Universidade do Paraná); Afonso (motorista da Universidade do Paraná), Antônio Lustosa de Freitas e mateiros da região.



FOTO 17: I
Expedição
Outubro de
1955, com
Dival de Souza
(7IRSPI),
Loyola Neto
(Revista
Guaíra), Loreiro
Fernandes
(UFPR), Ney
Barreto
(Estudante de
Geografia
UFPR), Caiuá
(Xetá), Durval
Machado
(7ªIRSPI) e Tuca
(Xetá). Serra dos
dourados, 1955.
Acervo
MAE/UFPR

³⁴ Carula é o apelido de Carolina Alves de Freitas, esposa do administrador da Fazenda Santa Rosa.



FOTO 18: I Expedição – Outubro de 1955, com Ferralma e Loyola Neto (Revista Guaíra), Ney Barreto (estudante de Geografia UFPR), Loureiro Fernandes (Prof. UFPR), Antônio Freitas (Adm. Faz. S. Rosa), Dival José de Souza (7ªIR/SPI), Tuca e Caiuá (intérpretes e guias Xetá), Durval Machado (7ªIR/SPI). Serra dos Dourados, 1955. Acervo MAE/UFPR

Na ocasião, embora a equipe tivesse percorrido toda a extensão do Indoivaí e 215, não conseguiram atingir os índios que se refugiaram no interior da mata. Nesses locais os expedicionários coletaram objetos de cultura material, que hoje fazem parte dos acervos etnográficos do Museu Paranaense da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, do Departamento de Antropologia (DEAN) e do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade Federal do Paraná. No entanto, nenhum Xetá foi encontrado, nem mesmo aqueles que haviam estado na fazenda. Um inventário do material recolhido e trazido para Curitiba foi devidamente relacionado por Ney Barreto, sob a orientação de José Loureiro Fernandes, que foi auxiliado por Tuca. Na mesma ocasião Ney Barreto situou os locais encontrados em um mapa da Gleba Serra dos Dourados (Anexo 16).

No mês seguinte, novembro de 1955, uma segunda expedição³⁵ foi organizada pelo SPI, que após ser informado que um grupo de Xetá havia visitado a Fazenda, tentou manter um novo contato com o grupo. Os dois meninos, Tuca e Caiuá, novamente acompanham a equipe como intérpretes. Na fazenda encontram algumas pessoas daquele grupo que estabelecera o primeiro contato com os moradores da propriedade (Anexos 17, 18 e 19).

³⁵ Expedição formada pelos mesmos membros da anterior, menos Loureiro Fernandes. À mesma foi incorporado V. Kozák (cinetécnico da Universidade do Paraná) que efetuou os registros fotográficos.



FOTO 19: I Expedição efetuada em outubro de 1955, com Loureiro, Caiuá (Tikuein Uéio) e Tuca, que auxilia na identificação e descrição dos artefatos encontrados. Serra dos Dourados, 1955. Acervo MAE/DEAN/UFPR

A expedição alcançou também as aldeias onde viviam Mã (Haikumbay) e Adjatukã (situadas no Córrego 215). Naquela ocasião, a pequena Moko (“tamanduá”) ou Maria Rosa ã, como é conhecida hoje, irmã de Caiuá, o primeiro menino capturado, foi levada para Curitiba pelo chefe da 7ª IR/SPI, Dival José de Souza (SOUZA, 1955). Maria Rosa ã (Anexo 20), hoje adulta, observa que quando veio para Curitiba pensou que só vinha para passear. Nunca imaginou que jamais voltaria para o seu lugar. Esta observa que tentou fugir para retornar, mas nunca conseguiu chegar ao seu lugar de origem, ao qual pensa um dia poder retornar, “nem que seja para morrer” (SILVA, 1998).

FOTO 20: II Expedição - Novembro de 1955 - Acampamento de Adjatukã e seu irmão Mã. Ao lado de Mã (Antônio Lustosa de Freitas, e Dival de Souza (7ª. IR/SPI), Hevay (irmã de Tuca), 2ª esposa de Mã e a 1ª esposa Mã, esposa e filho de Adjatukã (esquerda). Em pé ao lado de Kuein: Durval Machado (7ª. IR/SPI). Serra dos Dourados, 1955.

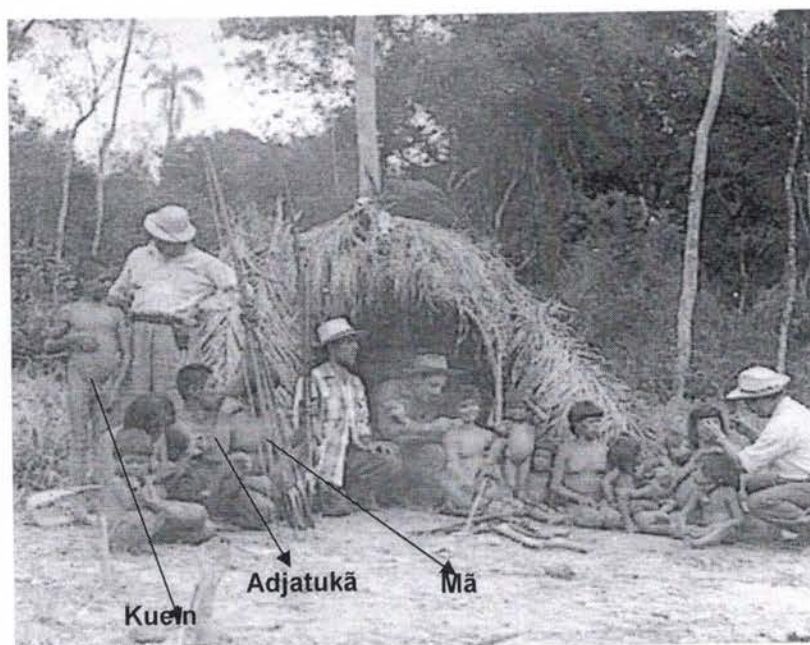




FOTO 21: II Expedição SPI – Nov. 1955, com Maria Rosa
Ã sendo trazida para Curitiba. Serra dos dourados, 1955.
Acervo MAE/UFPR

O encontro de um grupo comprova a sua existência do ponto de vista formal e oficial. Assim, reconheceu-se a presença Xetá na região da Serra dos Dourados, o seu pertencimento àquele habitat paranaense e que este era um povo diferente dos Guayaki, mas da mesma família linguística Tupi-Guarani. Esse reconhecimento, no entanto, não implicou em ações para protegê-los, garantir-lhes a terra e as condições mínimas de sobrevivência física e cultural, enquanto a COBRIMCO agia ostensivamente sobre o seu território tradicional e avançava rapidamente sobre o último habitat Xetá, comprovadamente localizado ao longo dos córregos 215 e Tiradentes e do Rio Indoivaí (Ver Anexos 21, 22, 23, 24 e 25).

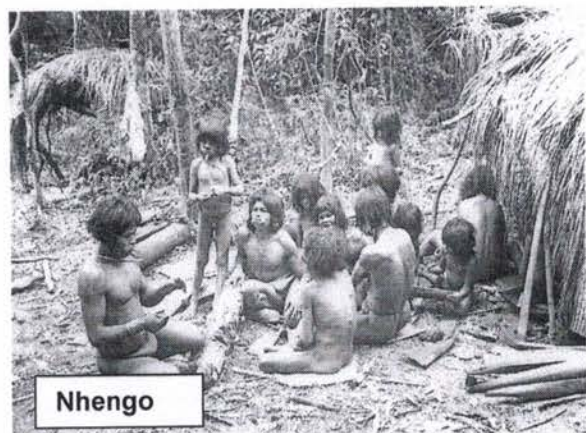


FOTO 22: Grupo local 02, situado no Córrego
215.s/d.



FOTO 23: Tuca e seus tios maternos. Mã (Haikumbay), à esquerda, e Adjatukã (Tahey), com Antônio L. Freitas, Dival de Souza, à direita. II Expedição SPI. Serra dos Dourados, 1955.

Desde novembro de 1955, nenhuma outra expedição de contato foi feita pelo SPI com o propósito de localizar aqueles grupos que continuavam em fuga pela mata dia e noite, vítimas de diversas investidas sobre seu território, suas vidas e cultura. No mesmo mês e ano Loureiro Fernandes informa em Memorial sobre os Šetá da Serra dos Dourados no Estado do Paraná (Ver Anexo 21), apresentado pela Profª. Heloisa Alberto Torres, presidente do CNPI, que:

“Levando o caso dos índios de Dourados, em novembro de 1955 ao Dr. Frederico Marés de Souza, então Diretor do Departamento de Terras e Colonização no governo Adolfo de Oliveira Franco, pessoa essa nossa conhecida como estudiosa da história do Paraná, manifestou logo interesse em conhecer o problema (...) prometendo-nos colaborar na defesa dos pobres selvícolas. Suas atividades posteriores não confirmaram esses protestos de colaborações e temo que, devidamente elucidados os fatos do Departamento de Terras, quando de sua administração, não seja o referido ex-Diretor de terras apontado como um dos traidores da causa indígena no Paraná. Pouco após haver assumido o Governo de Moisés Lupion, voltamos ao assunto, tendo prometido encarregar do caso o Departamento de Terras tão logo houvesse procedido o diretor do mesmo (...)” (FERNANDES, 1957, p. 09. Anexo 23).

Posterior a estes procedimentos, em fevereiro de 1956, formou-se uma equipe de pesquisa da Universidade do Paraná (hoje UFPR), coordenada por José Loureiro

Fernandes, acompanhada por Vladimir Kozák (cinetécnico da UFPR), Antônio Lustosa de Freitas, administrador da fazenda, Pedro Nunes, mateiro, e João Serrano, agente da 7ª IR/SPI, que, guiados por dois adultos Xetá (Adjatukã e Mã) e Tuca, conseguiram localizar parte de dois grupos locais Xetá dentro da floresta, entre eles, o núcleo familiar de Nhengo que ocupava o médio 215, no perímetro compreendido entre as glebas 6, 7 e 9.



FOTO 24 Grupo de Nhengo, com Antônio de Freitas [com barba], Loureiro Fernandes [de chapéu], Durval Antunes [com bigode], Nhengo, Adjatukã e Tuca a sua esquerda. Expedição de Pesquisa, na esquerda Córrego 215. Serra dos Dourados, 1956. Acervo MAE/UFPR

Sobre essa expedição, Tuca, intérprete e guia, tem tristes recordações. Pois no mesmo dia em que encontraram o grupo local dos irmãos de Nhengo (grupo local 02) no Córrego 215, ele teve notícias de seu pai, que continuara a fuga e parara escondido nas imediações do mesmo córrego. Acompanhado por um funcionário do SPI, João Serrano e do mateiro Pedro Nunes, que trabalhava na fazenda Kymura e acompanhava a expedição, foi ao encontro de seu pai “Hévay” (veado) e seus familiares (Ver Mapa 06).

Segundo Tuca, esse encontro foi muito triste, pois ele não conseguiu convencer o pai e os que o seguiam a acompanhá-lo até onde estavam os demais. Foi a última vez que viu seus pais e irmãos

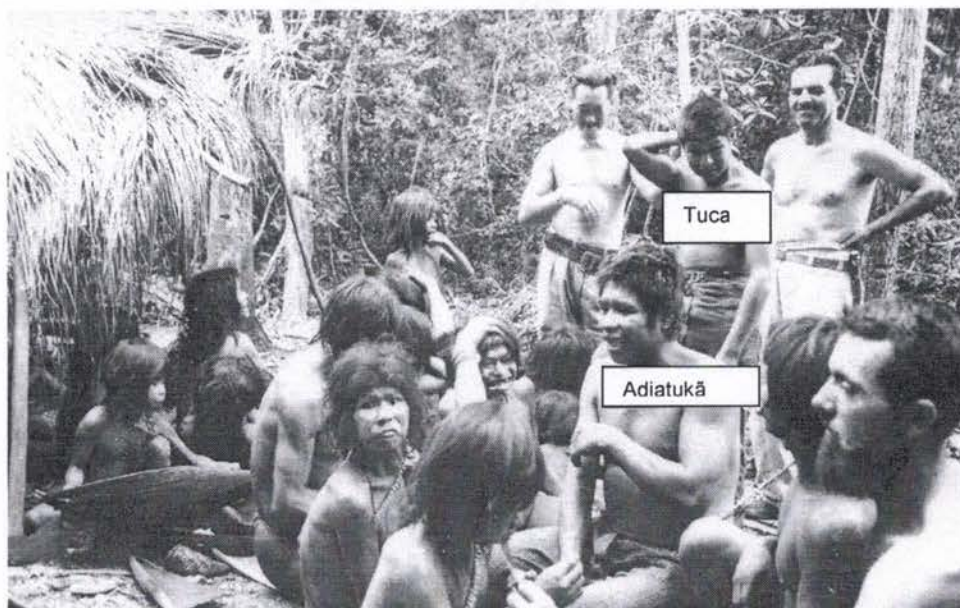


FOTO 25: Expedição de Pesquisa, no Córrego 215. Serra dos Dourados, 1956.
Acervo MAE/UFPR.

Desse encontro ele relata o seguinte:

“Prosseguimos mata adentro, seguindo a orientação que me foi dada pelos outros índios nossos. Andamos muito, até que alcançamos um local onde encontramos uma óka kã [acampamento] no 215. Lá encontramos um grupo que era amigo do meu pai. O local ficava perto da fazenda do Japonês [chamado Kymura]. Me lembro muito bem, era como se eu estivesse vendo tudo hoje! Pedi que avisassem pro meu pai. Eles mandaram avisar lá, onde ele estava. Meu pai veio já de noite, minha mãe e meus irmãos também, meu irmão mais novo e a minha irmã, tão bonitos! Fiquei muito feliz por vê-los. Ele, o meu pai, também parecia feliz, mas silencioso. Passamos um longo tempo conversando. Ele me contava as coisas que aconteceram desde que eu fui pego pelos brancos, e eu lhe contava o que havia me acontecido, falava de tudo que conheci, das coisas que vi e outras coisas mais. Enquanto eu falava, ele ficava sempre calado, me ouvia, e não manifestava qualquer opinião ou gesto. E assim foi o tempo todo, enquanto eu falava, tentando convencê-lo. Achei que o tinha convencido a me seguir. Os homens [brancos] que estavam comigo, apressados, queriam retornar até onde os outros ficaram, justificando que era preciso pegar alimento. Avisei ao meu pai que iria com eles, mas voltaria com alimentos, etc. Ele continuou calado, não dizia nada. Retornamos ao ponto onde havíamos deixado os outros da expedição, para pegarmos alimentos e avisá-los do nosso encontro. Porém, ao retornarmos àquele local onde eu conversei com meu pai, não mais o encontrei, nem minha mãe, nem meus irmãos. Não encontrei ninguém do grupo dele, tinham fugido. Somente alguns amigos deles, aqueles que havia encontrado lá, permaneceram. Minha gente tinha ido embora, fugiu pro mato, nunca mais os vi. De certo, ficaram com medo! Foi só aquela vez que vi todos eles e procurei saber como estavam e onde estavam todos. Nem foto foi feita deles, nem filme, nem nada. O que sei deles, guardei aqui [mostra a cabeça]. Mas me lembro bem de todos, como a gente conversou! Ele estava no 215, fugindo daqui para ali com aqueles que o acompanhavam. Só que branco, nesse tempo, já era muito, e nós diminuíamos dia a dia, por causa de doença, extravio, roubo e morte matada. Não teve jeito, ele não ficou mais ali nesse meio do 215 onde tinha muito peão, ele fugiu, branco estava abrindo mato perto do nosso lugar no 215. Não sei pra onde ele foi. Até hoje eu

guardo comigo o que aconteceu aquele dia. Foi muito triste pra mim, mas as pessoas não entenderam isto" (Tucanambá José Paraná, em SILVA, 1998, p. 49-50).

"Eu tentava convencer meu pai a seguir a gente, e ele tentava me convencer a ficar, já que eu conhecia os brancos. Foi assim" (Tucanambá José Paraná, 2001).

Na compreensão de Tuca, foi a pressa e a inexperiência das pessoas da expedição que atrapalharam tudo. Segundo ele, era preciso paciência, tempo e muito tato. Seu povo tinha medo dos brancos, porque já vinha há muito tempo acumulando experiências negativas pela destruição que traziam para o cotidiano da floresta, que era derrubada, e pelas investidas contra o seu povo. Além disso, o grupo enfrentava conflitos e segmentações internos que se agravavam com a intensificação de práticas tradicionais Tupi-Guarani, como o rapto de mulheres e retaliações. Com a população reduzida em decorrência de doenças, chacinas, envenenamentos, entre outros problemas provocados pelos brancos, o grupo vivia uma fuga constante e sem trégua, os que sobreviviam às longas caminhadas eram obrigados a se separar para não serem encontrados.

Nessa época, segundo os três Xetá mais velhos (Kuein, Tuca e Tikuein), era impossível viver o jeito de ser dos Xetá, tanto nas aldeias grandes como nos acampamentos que foram sendo tomados pelos colonizadores, e o grupo foi encurralado no resto de mata que era cada vez menor. Correndo de um lado para o outro, sem a possibilidade de fazer e ocupar a aldeia grande, era impossível realizar os rituais na casa grande e sequer reunir todos os membros de uma família extensa. Assim, as manifestações culturais tornaram-se impraticáveis e as grandes festas e rituais de iniciação masculina que ocorriam na *Apoeng Adjo* tiveram que ser abandonadas.

No final do ano de 1956, mais uma expedição de pesquisa organizada pela Universidade do Paraná retornou à área para novas observações etnográficas. Esta encontrou os acampamentos vazios. Alguns recém deixados pelos moradores que, ao constatarem a presença dos estranhos, escondiam-se. Após tal viagem e os achados encontrados até então, a equipe de pesquisa e o SPI afirmaram estar convictos de que o habitat Xetá era o Córrego 215, tributário da margem esquerda do rio Ivaí, cuja região de confluência com o Tiradentes está incluída na presente proposta de limites.

Aquele córrego, em toda sua extensão até o rio Ivaí e o Tiradentes, constituía um dos espaços de caça e coleta do grupo dos pais de Tuca, de seus tios maternos (como Adjatukã) e do grupo de Nhengo, que era ligado ao grupo de seu pai, até antes da chegada do branco, ocasião em que o grupo se segmentou e seu pai retirou-se com seus

tios paternos para o sul do 215 (o córrego Recreio da Tropa e imediações) (Ver Mapa 05).

Tuca, que os acompanhava, observa que sabia que o grupo não estaria nos locais previstos e percorridos pela equipe em fins de 1956, devido aos frequentes deslocamentos em função das atividades de subsistência: era tempo de coleta, marcado no calendário Xetá pelo fim do inverno. Nesse período, hoje estimado pelos mais velhos como tendo início na segunda metade do mês de setembro, tinham início os deslocamentos dos grupos em busca das frutas, mel, larvas e outras espécies da flora regional. Estes empreendiam longas marchas rumo aos pontos ideais de coleta e à aldeia grande, que já não podia mais ser erguida.

Em função da colonização, essa marcha nativa manteve a finalidade da subsistência, porém, deixou de ser realizada no sentido do encontro na aldeia grande e prática de rituais. A fuga dos brancos que invadiam suas terras passou a ser uma outra necessidade do grupo, impondo-lhes novas rotas, e abandono de manifestações culturais importantíssimas à coesão da coletividade. Era comum aos membros das expedições chegarem a um acampamento e constatarem que ele havia sido desocupado recentemente. Kuein conta que antes de os agentes do SPI encontrá-los em novembro de 1955 no Córrego 215, uma estratégia do grupo para proteger-se dos invasores era manter um jovem no alto de uma árvore como guardião de seu grupo. Nessa época, ele estava na copa de uma árvore quando avistou a expedição de outubro de 1955 se aproximar. Este avisou aos seus, que fugiram antes da chegada dos forasteiros, *“o fogo ficou aceso, a carne de anta que estava no jirau sendo defumada ficou para trás. Todos fugiram”*.

A distância, sem ser notado, o grupo observava os visitantes e o espanto dos mesmos com os objetos e as carnes. Como era noite, a equipe pernitoitou em um dos *tapuy*, enquanto seus proprietários escondidos no mato aguardavam a saída dos mesmos, que carregaram todos os artefatos que ali encontraram. Esse acontecimento é também descrito por Dival de Souza (1955), que relata que, ao chegar neste acampamento do Córrego 215, não encontraram seus ocupantes, apenas os artefatos, o fogo, e o varal de carne de anta sendo defumada.

Além das duas expedições de contato, e daquelas voltadas a pesquisa efetuadas em 1956, outras aconteceram até 1961, promovidas pela Universidade do Paraná. Houve outras duas em 1964, através da faculdade de Presidente Prudente/SP (LEITE, 1964, apud SILVA, 1998). Nenhuma delas alcançou outro grupo, embora até

aproximadamente o ano de 1963, existissem notícias de que alguns grupos Xetá tivessem sido avistados por regionais (principalmente mateiros), em trechos de floresta da região da Serra dos Dourados, remanescentes. Sobre esses grupos que continuaram a fugir no interior do que restara de mata, os Xetá, que se aproximaram da fazenda Santa Rosa, também informavam sua presença no local até o ano de 1963.

A existência do branco e os efeitos de sua presença no habitat Xetá já estava inscrita na memória cultural do grupo e era contada na história dos antigos que tratam sobre o surgimento dos brancos (SILVA, 1998; 2003). De modo que os Xetá à época do contato já tinham elaborado uma explicação nativa para o esbulho e destruição de seu território e de sua sociedade a partir da chegada da colonização branca.

Alguns deles, como Kogway, o pai de Kuein, já havia sido capturado por brancos acompanhados de índios de outra etnia, que informam ser os Kaingang. Como era adulto, mesmo tendo ficado sem seu arco e flecha, após permanecer algum tempo junto a estes estranhos, ele conseguiu fugir, levando consigo apenas um machado de ferro para proteger-se.

Kuein, Tuca, Tikuein e Maria Rosa ã relatam que a vida da sua gente era correr e fugir. Dormir num lugar e amanhecer em outro: *"Houve um tempo que a gente mal chegava num lugar e tinha que sair dele. Os medidores de terra estavam sempre rodeando nosso lugar. Nós não tínhamos mais sossego"*.

A cada perigo, uma fuga, uma corrida. Fugir era um meio de não se deixar ser pego. Se os brancos tinham armas e ferramentas rápidas, os Xetá conheciam muito bem o mato. Ouviam tudo, e sabiam a direção e o sentido de todos os tipos de ruídos ou vozes. Quando percebiam o perigo, aguardavam em um ponto estratégico, para observá-los, tomar ciência dos fatos e em seguida fugir. Muitas vezes, quando os brancos os procuravam, estavam próximos, mas conseguiam escapar, porque o conhecimento do seu habitat facilitava na fuga. Só que, cada vez mais, o cerco ia se apertando, seu território era reduzido, eram muitos brancos vindo de todos os lados.

As propriedades para cultivo do café aumentavam a cada dia e as ações da COBRIMCO, medindo terras e loteando-as, era intensa. Costa (1976, p. 831-832) observa que, em fins da década de 1940, o governo ainda destinava extensas áreas à colonização, visando atender, sobretudo aos interesses e necessidades de inúmeras famílias que vinham atraídas pela fertilidade das terras paranaenses. Tomava-se providências para que os serviços de demarcação se estendessem a toda a região Noroeste situadas entre o rio Ivaí e Paraná. Ativavam-se os serviços demarcatórios na

zona ao sul e a oeste do Município de Campo Mourão e começavam os estudos para a colonização do oeste, incluindo os sertões do baixo rio Ivaí, Piquiri e Vale do rio Paraná. Neste caso, o território Xetá se via cada vez mais comprimido e reduzido, invadido cada vez mais pelos colonizadores, dado que será detalhado na Sexta Parte do Relatório Circunstanciado.

Sobre estas ações Tuca conta:

“Acho que já estavam medindo em Umuarama, perto de onde era a aldeia do meu pai e de gente dele. Meus tios, irmãos da minha mãe, ficavam mais longe, pra outro lado, perto do rio Ivaí, mais lá para os lados de onde hoje é Ivaté e aqueles lugares ali onde tem a Usina de açúcar. Nós fomos sendo empurrados, porque quando os brancos aproximavam-se a gente ia pra outras bandas, só que quando a gente voltava, como era costume da nossa gente, estava tudo cheio de toco que os engenheiros colocavam, e ocupado pelos brancos. Era assim. Algumas vezes a gente estava na aldeia e já sabíamos que íamos embora para mais longe. Às vezes começava com a queimada da mata, acho que para os brancos fazerem roça. Caíam fagulhas de fogo onde estávamos, ficava muito quente. Olhávamos do alto da árvore e já víamos picadas próximas, sabíamos que os brancos estavam queimando o mato. A água diminuía e os lugares para armar laços e armadilhas também. Era chegada a hora de voltar a andar novamente. Deste modo, nos púnhamos a caminhar de novo, um atrás do outro, os homens na frente, nós, as crianças, e as mulheres, atrás. Íamos para junto dos nossos outros parentes, que nos chamavam para ficar em seu acampamento. Parava lá um pouco, mas era hora de sair de novo, precisávamos caçar, colher frutos e também nos esconder para não sermos vistos. Pegávamos nossas tralhas e vamos lá novamente (...)”(Tucanambá José Paraná e Kuein Maaña-ay Nhaguakã Xetá, em SILVA, 1998, p. 163).³⁶

As atrocidades praticadas contra os Xetá pelos agentes da COBRIMCO que atuavam na região foram facilmente constatadas, a partir de pesquisa feita em materiais jornalísticos, publicados no ano de 1956 (Anexos 25 e 26), em contraste com relatos de sobreviventes, guardados na memória dos Xetá mais velhos, especialmente Kuein. Nesse mesmo ano, com o avanço da colonização, o núcleo familiar de Nhengo (grupo local 02), localizado no Córrego 215 pelos pesquisadores durante a expedição realizada em fevereiro de 1956, foi massacrado por jagunços armados, que mataram homens, mulheres e crianças, e queimaram corpos e aldeias. Não se sabe quantos morreram, nem quantos conseguiram escapar. Nesse grupo se soube que apenas Nhengo sobreviveu ao massacre. Este foi localizado no interior da mata por dois jornalistas da revista Manchete, acompanhados por Antônio Lustosa de Freitas e Adjatukã, que lhes serviam de guia.

A versão de Nhengo relatada a Kuein (sobrevivente Xetá mais velho), ao chegar à fazenda Santa Rosa, e mais tarde (em 1960) a Tuca e ao linguista Aryon Rodrigues, da Universidade de Brasília (UnB), diverge do registro apresentado pela revista Manchete nº. 231, de setembro de 1956, e de Kozák (1989), que informam o desaparecimento do grupo em decorrência de um surto de gripe. Contradizendo o que fora publicado, Nhengo relatou que o acampamento de seu grupo situado no Córrego 215 havia sido invadido por homens armados, que mataram mulheres, crianças, jovens e adultos. Segundo ele, apenas alguns membros conseguiram escapar ou porque estava fora no momento da invasão ou porque conseguiram fugir, como ele o fez.

Nhengo relatou aos três que, quando retornou à aldeia estavam todos mortos, e os *tapuy* (“abrigos, cabanas, casas”) queimados. Diante da tragédia que viu, enterrou alguns dos mortos e depois saiu à procura de outros parentes no mato, encontrando a equipe da revista Manchete que o conduziu até a Fazenda Santa Rosa, onde se juntou aos que viviam nas suas imediações.

A confirmação do ocorrido com o grupo de Nhengo pode ser observada no próprio texto jornalístico da mencionada revista, à página 46, que informa o seguinte: *“nossa primeira incursão na selva nos levou, depois de sete quilômetros de marcha, à três ‘tapuy’ (cabanas) utilizadas pelos índios. Não havia ninguém ali (...). Explorando o lugar (...) numa das choças havia uma surpresa desagradável para dois repórteres jovens e desarmados: um crânio humano. Mais adiante, um fêmur (...).”* (Revista Manchete nº. 231, Setembro de 1956).

Nenê de Souza, em relatório de 23/12/1957, encaminhado ao Chefe da 7ª IR/SPI, relata que durante sua estada na Serra dos Dourados, em que objetivava conseguir espaço para construir seis ranchos de atração para os Xetá, foi informado pelos regionais que ali moravam *“que a COBRIMCO, como todas as empresas colonizadoras, e até os proprietários de terras na região, contratam caboclos sertanejos para guardas florestais, ou fiscais, agora cognominados ‘jagunços’, para atenderem as terras, expulsando os intrusos que foram encontrados morando nas matas, ou que queiram acomodar-se por ali (...).”*

³⁶ Vale ressaltar que os Xetá mais velhos lembram também que, no início, alguns grupos locais juntavam-se com outros, diante do perigo que se apresentava. Porém, não conseguiam permanecer muitos num só acampamento, porque juntos havia maior probabilidade de serem avistados.

Prosseguindo seu relato, ele informa que a COBRIMCO é a maior proprietária de terras na região da Serra dos Dourados, que segundo o Inspetor "*adquiriu inclusive os índios que habitam naquela região*", no caso, os Xetá.

Outra estratégia empregada pelos agentes da COBRIMCO, para apagar a presença Xetá do seu território, foi a dispersão. A este respeito Loureiro Fernandes, por meio do Ofício nº 56/58, de 05/12/1958, encaminhado ao Presidente do CNPI (Anexo 27), reitera pedidos de providências no tocante à demarcação de terras para os Xetá e solicita a atuação do Conselho junto às esferas competentes no sentido de proteger estes índios das ações da colonizadora. Este manifesta seu constrangimento diante de tantos pedidos de atenção feitos ao SPI e CNPI para protegerem os Xetá. O mesmo justifica sua insistência no assunto, por considerar que ambas instituições não fizeram qualquer esforço no sentido de proteger o povo.

No mesmo documento o professor relata um trágico acontecimento praticado por agentes da COBRIMCO, que, conforme informações que lhe foram repassadas na região, teriam sido vistos conduzindo índios Xetá em caminhões da companhia para fora da Serra dos Dourados, transportando-os para locais ignorados e abandonando-os à própria sorte. Este reclama da falta de averiguação dos fatos e do medo das pessoas em darem informações, com receio de sofrer represálias da companhia.

Na correspondência, Loureiro Fernandes solicita providências urgentes do conselho junto às esferas federais do governo, chamando a atenção para o fato de "*os índios estarem a mercê dos novos ocupantes da terra, que cientes da ausência do SPI, manobram livremente (...)*". Este solicita ainda providências a nível político no Senado.

Os informes prestados por Loureiro Fernandes podem ser facilmente comprovados por Kuein, que foi vítima destas práticas. Este foi capturado junto com seu irmão, o qual, por ser adulto, conseguiu escapar.

Kuein relata que foi levado para um circo no Estado de São Paulo, onde era uma das principais atrações. Por não ter se adaptado, acabou retornando ao seu local de origem com a ajuda de quem o havia capturado, um transportador de madeira e caça. Contudo, o retornar, não encontrou quase ninguém de seu grupo familiar, pois muitos haviam morrido ou por doenças ou pelas mãos dos jagunços da COBRIMCO (SILVA, 1998).

Uma sequência de correspondências informando as agruras sofridas pelos Xetá e solicitando providências no sentido de demarcar terras para eles e de protegê-los física e culturalmente é encaminhada por Loureiro Fernandes ao CNPI e SPI. Por exemplo:

- Em Carta de 14/09/1957, Loureiro Fernandes acusa recebimento da carta da presidente do CNPI, Profa. Heloiza Torres, que lhe comunica sobre a viagem de Orlando Villas Boas ao Paraná para pacificar os Xetá na primeira semana de setembro, que já expirava sem que o mesmo tivesse dado notícias (...) Este fala da necessidade de pacificar os bandidos que integram a fronteira pioneira do noroeste paranaense e pede notícias e providências relativas aos Xetá. Tece sérias críticas à ação burocrática na tomada de decisões, informando que esteve com o governador Moysés Lupion para tratar especificamente da reserva florestal de Dourados. Neste sentido observa a necessidade de que o Serviço florestal, na pessoa de David Azambuja, diretor desse serviço, tome as providências no que diz respeito à sua delimitação. Registra o limite proposto por ele ao território e ressalta a falta de interesse do Ministério pelo caso para que ele prospere (Anexo 25);
- Ofício 51/57 de 22/09/1957 à presidente do CNPI, denuncia ação da COBRIMCO na terra Xetá e apela para que os Xetá sejam defendidos da ação da companhia colonizadora (Anexo 28);
- Através do Ofício nº. 58/57, de 16/11/1957, à Presidente do CNPI, Loureiro Fernandes lamenta que Orlando Villas Boas não tenha vindo e insiste que ele venha, além de tratar da ação destruidora da COBRIMCO nas terras Xetá (Anexo 26);
- No Ofício nº. 109/59, de 26/12/1959, à presidente do CNPI, este informa, lamenta e chama a atenção sobre o que observou durante sua viagem em novembro de 1959, à Serra dos Dourados. O professor relata-lhe: “(...) *ao chegar encontrei grandes queimadas, basta informar que junto à ponte do rio 215, antigo habitat Xetá, ardiam 15 alqueires de derrubadas* (...)”;
- No ofício 110/59 de 06/12/1959, Loureiro Fernandes informa ao diretor do SPI, Coronel José Luiz Guedes, sobre a situação dos Xetá: “*tivemos a confirmação do fato que lá havíamos observado, silêncio e reserva absoluta dos moradores da região quanto aos índios Xetá (...). Os seis índios que freqüentam o posto teimam em dizer que todos morreram, ou foram mortos (...). A responsabilidade do SPI é grande, antes de mim outros alertaram a sua atenção para os índios da Serra dos Dourados desde 1949 (...)*” (Anexo 29);
- Em ofício 111/59 dirigido a Heloisa Alberto Torres, presidente do CNPI, Loureiro Fernandes solicita informações sobre o andamento das questões Xetá. No documento este observa “*não consegui falar com o Dr David Azambuja, e os Xetá pelo que vejo se não foram mortos, estão fadados a morrer sem qualquer proteção dos poderes*

públicos. A esse respeito escrevi uma carta ao coronel Guedes estranhando a ação do SPI”;

- No ofício 12/61 dirigido à presidente do CNPI em 04/03/1961, informa sobre a derrubada e queimadas na terra Xetá. Denuncia que a 7ª IR/SPI “*acaba de recolher dois índios adultos e um menino a um Posto Indígena próximo de Guapirama/PR no município de Tomazina. - Índios que estavam na fazenda Santa Rosa*” (Anexo 30).

Soma-se a estes documentos outros, a exemplo os ofícios nº. 17/56 de 30/04/1956 (Anexo 31), nº. 24/59 de 20/02/1959 (Anexo 32), nº. 61/60, de 17/12/1960 (Anexo 33) e nº. 133/60, de 04/10/1966 (Anexo 34), bem como da Carta de 21/11/1957 (Anexo 35), que chamam a atenção para a situação dos Xetá e solicitam providências do SPI e ao governo do Estado, sobre a necessidade de proteção aos Xetá, e garantia de suas terras, face às violências e agruras que vinham sofrendo.

Esta pequena mostra documental da situação trágica à que foram expostos os Xetá, e os pedidos de proteção ao grupo, formalizados por membros da sociedade civil, constituem evidências claras do descaso do poder local, estadual e federal para com este povo. A dispersão dos Xetá pelas mãos, omissão e anuência do SPI também foi uma prática empregada contra os Xetá, que tiveram seus filhos roubados por agentes da companhia de colonização, pelo SPI, por religiosos, por ocupantes não índios de suas terras e pelos moradores da fazenda Santa Rosa. Adultos foram transplantados de seu habitat na Serra dos Dourados para áreas indígenas Kaingang, a exemplo de Arigã [Eirakã], esposa e seu filho Tiquêin (cujos descendentes ocupam, atualmente, a TI São Jerônimo, no município de São Jerônimo da Serra), como será detalhado à frente.

Silva (1998), ao tratar do contato e extermínio do povo Xetá sob a ótica dos sobreviventes, relata a saga destas crianças e destes adultos dispersados e criados por famílias brancas. Os manuscritos de Kozák, Aryon Rodrigues, Moreira Neto e Loureiro Fernandes também tratam destes fatos. Some-se à prática da dispersão de famílias e desagregação do grupo, práticas de extermínio, a partir da contaminação por doenças viróticas para as quais os Xetá não tinham imunidade, de envenenamento ou ingestão de alimentos estranhos a sua dieta alimentar, estupro das mulheres, entre outros (Ver Anexos 17, 18 e 19).

As pressões externas tornaram o grupo mais vulnerável internamente, sem que tivesse tempo de entender o processo histórico que vivia, e reordenar suas práticas culturais, organização social, espacial, econômica e política. Num ritmo acelerado, os

Xetá foram perdendo a mobilidade dentro de seu próprio território, que diminuía drasticamente.



FOTO 26: Antônio L. Freitas, Tikuein Gaméy (Geraldo) e Tiguá (Maria Rosa). Foto cedida por Carolina Freitas. s/d.



FOTO 27: O menino Natal Xetá com o Padre Aleixo, de batina preta. Foto doada Carmen Silva, em 1996. s/d.

A resistência às atrocidades praticadas pelos colonizadores contra o grupo e seu território, e a necessidade de fugir para se proteger, fez com que os Xetá fossem se segmentando em pequenos grupos domésticos, que fugiam dia e noite em direção aos pontos de mata ainda existentes. O stress que os atingia, diante do medo de ser apanhados, somado aos diferentes tipos de perdas e violências, fez com que conflitos internos emergissem, sem que estes tivessem tempo de desenvolver estratégias para solucioná-los. Em síntese, a necessidade de fugir os impedia de praticarem sua cultura em todos os sentidos, inclusive no que se refere a solução de conflitos, e estabelecimento de alianças a partir de casamentos com pessoas de outras famílias extensas.

As investidas contra o território do grupo não cessaram durante a década de 1950 até aproximadamente a metade da década de 1960. Cada vez mais as ações da companhia de colonização eram intensificadas nas últimas reservas florestais. Os desmatamentos avançavam desenfreadamente sobre as aldeias Xetá mais afastadas do

Ivaí, situadas ao longo dos seus afluentes da margem esquerda, ao longo dos córregos 215 e Tiradentes, assim como dos rios Indoivaí e do Veado. As placas implantadas pelas companhias de colonização, em áreas onde se situavam aldeias e tapiris Xetá, alertavam sobre a proibição de entrada de estranhos e de prática de caça. Elas informam, hoje, acima de tudo, sobre o esbulho do território indígena praticado mediante atos violentos e com o conhecimento de diversas instâncias do Governo do Estado do Paraná e da União.

Relatos de Loureiro Fernandes e anotações de Kozák durante o período de 1955-1957 foram enviados aos órgãos responsáveis, sobre placas dessa natureza, abertura de estradas, derrubada da mata, e loteamentos, eram cada vez mais numerosos, ao longo do território histórico Xetá, principalmente naqueles pontos de concentração do grupo (o Córrego 215).



FOTO 28: Estrada aberta no interior da mata, situada na Serra dos Dourados s/d. Acervo MAE/UFPR.



FOTO 29: Desmatamento na Serra dos Dourados. s/d. Acervo MAE/UFPR



FOTO 30: Placa da COBRIMCO, na Serra dos Dourados
s/d. Acervo MAE/UFPR

Desde 1951, quando o inspetor do SPI viajou até o noroeste do Paraná para verificar a veracidade da existência de índios na região da Serra dos Dourados, a reserva de um espaço destinado a abrigar os Xetá foi objeto de reivindicação. Inicialmente, estimava-se que um posto de atração indígena seria o suficiente para a proteção desse povo indígena, considerando que inúmeras famílias eram avistadas na mata. Posteriormente, em 1952, considerou-se mais seriamente a formação de uma reserva destinada aos Xetá, sem que fosse deixada de lado a solicitação pela constituição de um posto indígena.

Somente em 1955, após a aproximação de um grupo familiar da fazenda Santa Rosa, seu proprietário, o Deputado Estadual Antônio Lustosa de Oliveira propõe a criação de um Parque Florestal do Estado do Paraná, situado na região da Serra dos Dourados. Essa reserva se justificava, então, diante da necessidade de se evitar a degradação do meio ambiente, em virtude da qualidade do solo Arenito Kaiuá, o qual, embora rico em espécies animais e vegetais, estava visivelmente se degenerando em função da derrubada da floresta, provocando erosões e desertificação da região.

A extensão do parque deveria abranger *“toda a área de terras devolutas na faixa de 70 quilômetros, da margem esquerda do rio Paraná, entre a confluência do Ivaí e o Paralelo 10.24.0”* (Sala de Sessões, em 21 de novembro de 1955). Nele, abrangia-se uma área destinada à ocupação dos Xetá.

Em 22/11/1955, na 3ª sessão, a Gazeta do Povo apresentou o discurso do deputado supramencionado na Assembléia Legislativa do Estado, chamando a atenção dos parlamentares sobre a situação dos Xetá e a necessidade de serem protegidos pelo Estado. Tal proposta, embora aprovada pela Assembléia Legislativa, em sessão de 21/11/1955, não prosperou. Segundo o Deputado Estadual Antônio Lustosa de Oliveira, o projeto *“sofreu lamentável veto do governo executivo de então, sob o argumento de que haviam sido deferidos inúmeros requerimentos de compra de terras localizadas na região mencionada pelo projeto aprovado pela Assembléia Legislativa”* (1978, p. 173).

O ato do Governo do Estado do Paraná soou como uma confirmação do descaso em relação ao povo indígena em processo de extermínio, com a priorização de projetos político-econômicos voltados unicamente para a colonização do noroeste paranaense.

Sobre a não aprovação do Parque Florestal em questão, José Loureiro Fernandes, no Memorial Xetá encaminhado à Profª. Heloisa Torres, então Presidente do CNPI, em janeiro de 1957 (Ver Anexo 21), constata que, apesar de a proposta conjugar a proteção territorial e amparo aos Xetá com a preservação do meio ambiente e seu ecossistema

nativo, ela jamais seria sancionada pelo poder estadual, pois, segundo seu entendimento, a ampla extensão de terra que a área atingiria envolvia os rios Ivaí, Paraná e Piquiri, à época quase totalmente tituladas.

O memorial foi proposto com base nas viagens e expedições de pesquisa realizadas por Loureiro Fernandes, em fevereiro, novembro e dezembro de 1956. Registre-se que no ano anterior o assunto havia sido objeto de sua atenção e foi expresso em carta ao Círculo de Estudos Bandeirantes, por meio do Ofício nº. 17/56, de 30/04/1956. Nele, Loureiro Fernandes chama a atenção para o esbulho do território Xetá, capitaneado pela companhia de colonização, nos seguintes termos: “(...) *a ambição da livre iniciativa privada. Iniciativa, que no caso das companhias de colonização, toma o aspecto grave, pois abrem estradas precárias, como meio de facilitar o acesso à região, vendendo suas glebas para logo depois abandonarem as mesmas ao seu destino (...)*” (Memorial Šetá, 1957, p. 4. Anexo 21).

A responsabilidade do SPI no que diz respeito à não concretização de ações de assistência e proteção física e cultural dos Xetá constitui-se em um grave problema ao grupo, sendo que desde a confirmação da presença indígena na região em 1949, até então (1957) nada havia sido feito de concreto. A queixa de falta de recursos financeiros e excesso de burocracia institucional para a não adoção de qualquer medida era a justificativa dada para a omissão do órgão. Enquanto isto os “*homens que agiam na região, diretores de companhias colonizadoras, agrimensores e engenheiros de boa ou de má fé, desnorteavam o problema, afirmando que se tratava de índios que haviam atravessado o rio Paraná, procedentes do Mato Grosso ou do Paraguai*” (Memorial Šetá, 1957, p. 6. Anexo 21).

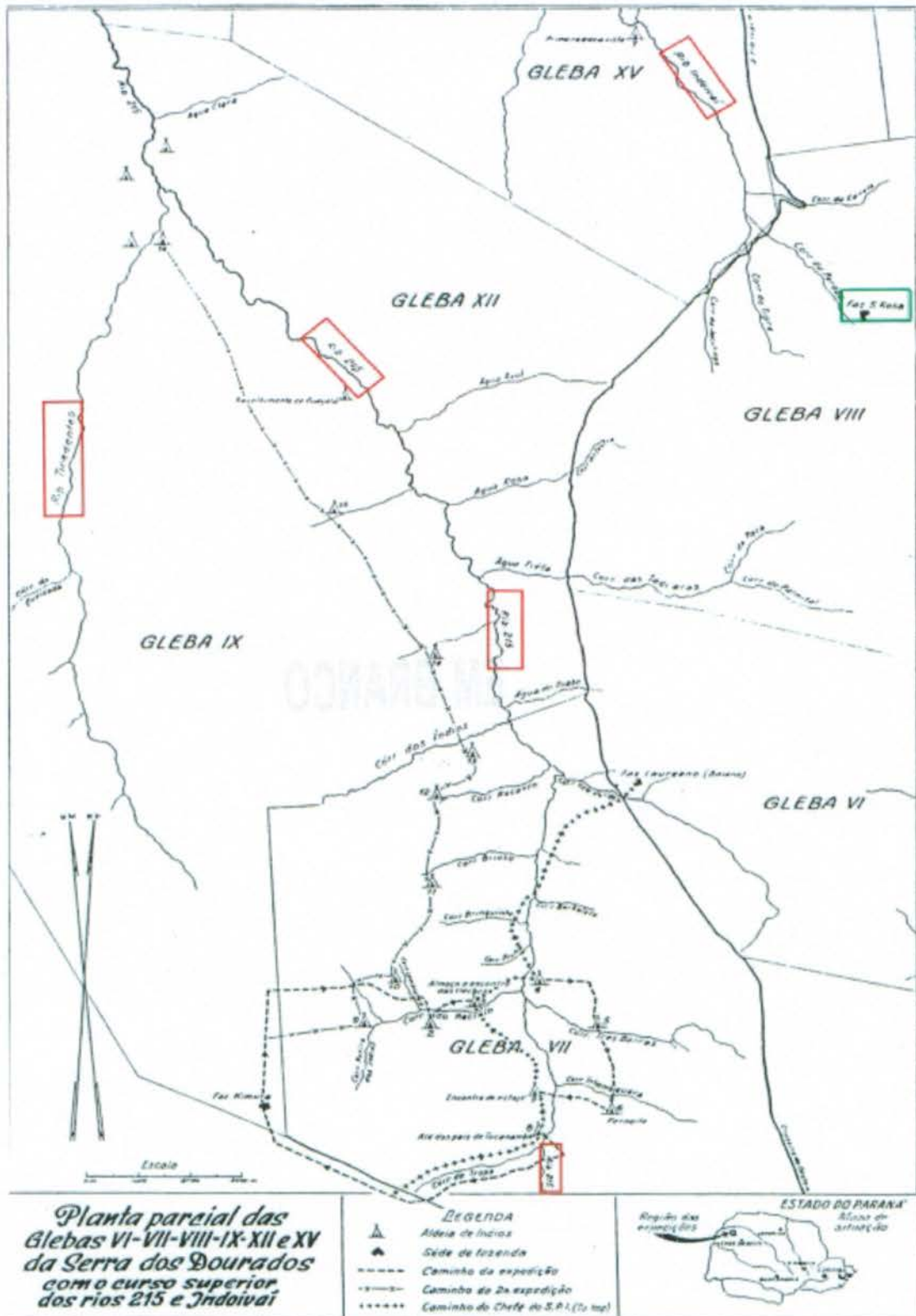
Com a **comprovação da presença do grupo nas áreas de terra das Glebas 7, 9, 12 e 15 do Núcleo da Serra dos Dourados, em 1955, área parcialmente contemplada na presente proposta de limites**, a desculpa acima deixa de ser dada, porém a situação dos Xetá permanece inalterada, enquanto eles continuam fugindo dia e noite para não serem alcançados pelos invasores de seu habitat cada vez mais reduzido e dilapidado (Mapa 10).

Diante dessa evidência, Loureiro Fernandes observa que “*nenhuma dívida podia haver que as terras que constituem as glebas do ‘Núcleo Serra dos Dourados’ não eram terras devolutas e sim terras cuja posse, por dispositivos constitucionais, estava assegurada a esses índios. O que se procura é rapidamente destruir essas provas*” (Memorial Šetá, 1957, p.7. Anexo 21).

Assim sendo, as comprovações *in locu* da ocupação Xetá naquela área, reforçadas pelos registros das fontes históricas que tratam sobre a presença indígena na região, não deixam dúvidas de que o governo do Paraná cometera um grave erro considerando as terras da região da Serra dos Dourados como devolutas, como observou Loureiro Fernandes no referido memorial. Apesar das comprovações de ocupação Xetá em toda a extensão de terra que compreendia o núcleo da Serra dos Dourados, situado à margem esquerda do Ivaí e seus tributários, a destruição de provas de sua presença naquele espaço era intensa, os atos espúrios e violentos contra o grupo ocorriam sem qualquer medida coibitiva por parte do SPI ou do Estado do Paraná.

No anexo I do Memorial elaborado por Loureiro Fernandes em janeiro de 1957, são exibidas informações que lhe foram prestadas por dois moradores não índios da Gleba Paranaíba, Juvenal Azevedo e Joel Martins, e no anexo II, uma correspondência do Juiz Substituto Allyrio de Jesus Dipp, informando sobre o estado de penúria desses índios, denunciando que os mesmos – cerca de 200 (duzentas) pessoas, acrescido dos doentes, que são muitos – foram desalojados de seus acampamentos “*em função da abertura da estrada de Cruzeiro do Oeste para Icaraíma*”.

Como até 1957 nenhuma medida fora adotada por parte das instâncias competentes, no sentido de demarcar a Xetá, protegendo-os do extermínio, Loureiro Fernandes através do Ofício nº. 42/57, de 18/09/1957 (Anexo 36), solicitou ao governador do Estado sustar a ação do Departamento de Terras na Serra dos Dourados, que agia sobre o território do grupo favorecendo as atividades da companhia colonizadora. No mesmo documento o professor lembra ao Governador Moysés Lupion que “*desde o início de seu governo venho solicitando sua especial atenção para o caso dos índios Xetá da Serra dos Dourados, insistindo que as terras entre o Ivaí, o Ribeirão 215 e o Indoivaí, ou ribeirão do índio não podem ser consideradas devolutas*”. Este solicita também, como se viu, a criação de uma reserva florestal que proteja o habitat Xetá e lhes sirva de abrigo.



MAPA 09: Planta Parcial das Glebas da Serra dos Dourados, em base do mapa de Ney Barreto.
 Fonte: Fernandes (1957).



FOTO 31: Loureiro Fernandes, Antônio de Freitas, sogro de Antônio, Deocleciano, Tuca, Gonçalves, Geraldo (Tikuein Game 'ay) e Carlos. Serra dos Dourados, 1957. Acervo MAE/UFPR

Tal apelo não surte efeito, pois ao professor e ao inspetor da 7ª IR/SPI o Governo do Paraná informou não haver mais terras disponíveis para os Xetá, e tampouco para instalação de uma reserva florestal. Diante da negativa do governo e da inércia do SPI, Nenê de Sousa (1957), em dezembro de 1957, resolveu à revelia da COBRIMCO instalar na Gleba XV (já ocupada pela Companhia) nas imediações do Indoivaí, afluente do Ivaí, seis ranchos para acomodar os Xetá e um para moradia do servidor que foi designado para atendê-los e fazer a atração dos que se encontravam embrenhados nas matas.

A iniciativa do inspetor de nada adiantou. Em primeiro lugar, porque o funcionário designado não permaneceu por muito tempo e foi embora do lugar levando com eles três Xetá para morarem, em sua companhia, numa reserva Guaraní situada em Tomazina/PR, e, segundo, porque o local nunca foi ocupado pelos Xetá, a não ser pelo grupo que frequentava a fazenda.

Além disso, segundo Tuca e Kuein (Silva, 1998; 2003), aquele espaço jamais seria frequentado por nenhum daqueles que fugiam na mata, uma vez que, dentro da lógica da cultura espacial do grupo, era um local pertencente a outra família extensa, diferente daqueles que fugiam. Aquele espaço era o lugar de caça e coleta do grupo

familiar Xetá de que faziam parte o pai de Arigã e Kuein, que haviam se aproximado dos moradores da fazenda.



Carolina Freitas, Frei
Estevão, Antônio F. e outros

Filho Arigã, Arigã, Nhengo, Tikuein
(José Luciano), Mã (seu pai) e
Geraldo (Tikuein Game'ay) irmão.

FOTO 32: Arigã, Nhengo e Mã, com seus filhos, junto com moradores da Fazenda Santa Rosa, freis capuchos e trabalhadores da fazenda. Serra dos Dourados, s/d. Foto cedida por Carolina Freitas.

Registre-se ainda, conforme a memória oral Xetá, que os que fugiam temiam a ação dos brancos invasores de suas terras. As atrocidades praticadas contra o grupo e a sua dizimação desencadearam a desorganização da estrutura social, além de cisões internas que impediam os membros dos diferentes grupos familiares de se relacionarem entre si e acionarem suas redes de sociabilidade. Por esse motivo, jamais aqueles ranchos serviriam para abrigo ou compensação pela perda do território indígena.

O desconhecimento dessas particularidades, as quais impactavam os grupos familiares Xetá, especialmente o esbulho de seu território, dificultavam a possibilidade de convencer os que fugiam a se aproximar dos ranchos assentados sobre um território que lhes era interditado, de acordo com regras internas.

Como nenhuma iniciativa de proteção e garantia dos direitos ao território para os Xetá havia logrado êxito, Loureiro Fernandes insistiu na necessidade e importância de se criar uma reserva florestal que conjugasse interesses de preservação ambiental e o habitat dos Xetá (ofícios nº. 13/57, de 18/01/1958 do Prof. José Loureiro Fernandes à presidente do CNPI ao diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura – Brasília/DF; nº. 133/60 de 04/10/1960 e nº. 61/60 de 17/12/1960, ambos encaminhados pelo Diretor do Departamento de Antropologia da Universidade do Paraná à Presidente do CNPI) (Ver Anexo 34 e Anexos 37 e 38).

Desta vez, o apoio estava centrado num projeto mais ousado e de maior envergadura, ou seja, a criação de um parque nacional, que viria a ser o Parque Nacional de Sete Quedas, por meio do qual foi contemplada uma área para ocupação Xetá. Tem início assim uma nova mobilização e esforços de convencimento da esfera federal.

Em parecer ao Memorial Šeta elaborado por José Loureiro Fernandes, encaminhado pelo CNPI ao Diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, o diretor do órgão manifesta-se favorável à proposta e solicita que seja escolhida a área a ser destinada à criação da reserva dos Šeta e que se estabeleçam seus limites (Ver Anexo 21).

Após aproximadamente 4 anos da apresentação da proposta, o Parque Nacional de Sete Quedas foi aprovado em 30 de maio de 1961, pelo Decreto nº. 50.665 (Anexo 38). No seu ato de criação foram descritos os limites da terra Xetá que deveriam ser observados na sua delimitação.

“(...) A área do Parque será constituída pelo arquipélago fluvial situado no Rio Paraná, de jusante da Barra do Rio Ivaí ao Salto de Sete Quedas, incluindo as ilhas e ilhotas situadas nos territórios dos Estados do Paraná e Mato Grosso, entre elas a Ilha Grande ou de Sete Quedas e a dos Bandeirantes, acrescidas das faixas de terras compreendidas entre a Estrada de Ferro Maringá-Guaíra, o Rio Paraná e o Rio Periqui, à jusante da futura ponte sobre esse rio na referida ferrovia e da que perlonga o Rio Paraná, até o leito da Estrada de Ferro de Guaíra – Pôrto – Mendes. A referida área ficará limitada ao Norte pelo habitat dos índios Xetás e o Rio Ivaí; ao Oeste, por esse rio até a sua confluência com o Rio Paraná e, daí em diante, por esse rio até um ponto situado a um (1) quilômetro ao norte do Pôrto Camargo; ao Sul, por uma linha sêca, ligando esse ponto às cabeceiras do arroio Duzentos e Quinze e a Leste, por esse arroio, em toda a sua extensão” (Diário Oficial, Seção I, Parte 1, 30/05/1961).

Parte da área destinada ao parque insidia sobre o território Xetá, assim como os limites territoriais reconhecidos e destinados à reserva indígena contemplavam uma parte do território habitado por aquele grupo que buscou o contato com a fazenda Santa Rosa, aqueles localizados pela expedição de pesquisa de 1956 e o grupo local do pai de Tuca, pai de Tikuein, pai de Maria Rosa ã, de Maria Rosa Tiguá, Kuein, índios Xetá mais velhos. No Mapa 10, que mostra o território Xetá em relação ao Parque Nacional de Sete Quedas, é possível constatar a sobreposição de parte dessa área com parte do território Xetá, parcialmente contemplado na presente proposta de limites.



Decreto nº. 50.665, de 30/05/1961, e localização aproximada da PR – 182 que corta da TI Herarekã Xetá.

Mesmo com a aprovação de uma área indígena destinada aos Xetá no decreto de criação do Parque Nacional de Sete Quedas, o SPI não cumpriu o as determinações do decreto da criação do parque. Ou seja, não procedeu a identificação nem a delimitação da terra indígena, ao contrário, aplicava justificativas evasivas a sua inoperância e corroborava na dispersão dos índios, transplantando alguns dos que viviam nas imediações da fazenda Santa Rosa para outras áreas indígenas Kaingang e Guarani no Norte e Sudoeste do Estado do Paraná, como é o caso dos índios mencionados no Ofício nº. 12/61, de 04/13/1961 (Ver Anexo 38).

O mesmo órgão indigenista justificava sua inércia, alegando que não havia mais Xetá na região e que os que ainda viviam não podiam viver juntos em função dos conflitos por mulheres. Tal alegação não se sustenta do ponto de vista etnológico, tendo em vista a existência de arranjos internos desenvolvidos por povos indígenas ameaçados de extermínio, haja vista os arranjos poliândricos (LARAIA, 1963) feitos pela sociedade Suruí, da mesma família linguística que os Xetá.

Além disso, os próprios Xetá que habitavam uma área próxima ao Córrego do Peroba, em Ivaté, nas imediações da fazenda Santa Rosa, já vinham desenvolvendo mecanismos neste sentido. Registre-se que, quando Arigã perdeu sua esposa em 1960, Ajatukã, com quem dividia a aldeia, cedeu a ele uma de suas duas esposas. Como se pode observar, as sociedades possuem seus mecanismos internos de proteção e perpetuação no tempo³⁷.

De acordo com a memória oral Xetá e considerando ainda os relatos do administrador da fazenda Santa Rosa (Antônio Lustosa de Freitas), bem como de outros colonos da região, somados aos manuscritos de Aryon Rodrigues (1961), de Kozák (1964 e 1966) e à publicação de Leite (1964), é certo afirmar que até 1963/1964 havia grupos locais Xetá que perambulavam em áreas do noroeste do Paraná que ainda apresentavam matas primárias.

Moreira Neto (1959) fala da necessidade de percorrer o córrego Tiradentes para localizar outros grupos cuja presença era certa, considerando inclusive que a região ainda tinha matas. Também na área do riacho Maravilha em 1960 e 1961, havia informações da presença de um grupo Xetá de aproximadamente 30 pessoas, em fuga constante (KOZÁK e RODRIGUES, 1961).

³⁷ Silva (2003) menciona alguns desses mecanismos.

Silva (1998, p. 212), baseada nos manuscritos de Kozák e Rodrigues (1961), informa que os Xetá que acompanhavam os colonos da região viviam em situação de completo abandono. Já Leite (1964) informa que em 1963 uma jovem com aproximadamente 12 anos havia morrido doente nas proximidades de Ivaté, após pedir farinha com açúcar na casa de um casal de imigrantes italianos.

O depoimento do Administrador da fazenda Santa Rosa, seus familiares e alguns antigos moradores da região dão a saber que a pequena aldeia ocupada por duas famílias nucleares, que ficava a aproximadamente seis quilômetros de Ivaté/PR, existiu até abril de 1964, ocasião em que morreu Ajatukã³⁸. Alguns meses antes de sua morte, Eirakã, esposa e filho (Tiquëin), hoje sobrevivente, foram levados para longe dali, tendo sua filha, Tiguá (Ana Maria) de aproximadamente 6 anos, lhe sido tirada pelo mencionado administrador, que a deu para ser criada por uma de suas filhas.

O SPI, no entanto, ignorou este contexto e a presença da aldeia no local e nada fez para garantir um território para o grupo que ali vivia. Este fez apenas duas expedições à Serra dos Dourados em 1955, percorrendo parte do Córrego 215, parte do Indoivaí e do Tiradentes, encontrando fortes evidências materiais da presença Xetá. Dos locais percorridos em que se constatou a presença indígena, não lhes foi garantida a permanência de nenhum deles.

Nem no Córrego 215, nem no, Tiradentes e Indoivaí onde a presença indígena foi comprovada, o SPI identificou e delimitou um território para os índios. Como pode ser comprovado na documentação anexa, grande parte do esforço para garantir terra ao grupo, ainda que dentro de uma Reserva Florestal Estadual ou Parque Nacional, partiu de José Loureiro Fernandes, professor da Universidade do Paraná junto ao Conselho Nacional de Proteção ao Índio (CNPI) e do esforço solitário do inspetor da 7ª IR/SPI Deocleciano de Souza Nenê.

Loureiro Fernandes continuou seu périplo enviando correspondências ao CNPI reivindicando a demarcação da Reserva Indígena Xetá em conformidade com o decreto 50.665 de 30/05/1961 (Ofício nº. 113/62, de 16/11/1962), sem alcançar êxito (Ver Anexo 35).

³⁸ Alguns meses antes do falecimento de Ajatukã, Eirakã, esposa e filho, que viviam na aldeia com ele, foram levados para o PIN Guarapuava. Essa história é narrada por Tiguá (Eirakã) e Kuen, em Silva (1998).

Relativamente a esforços anteriores para a proteção do povo Xetá, ressalte-se o relato de Dival de Souza, inspetor da 7ª IR/SPI, que acompanhou as duas expedições de contato dos Xetá organizadas pelo órgão indigenista, como segue:

“Naquela época não adiantou nada a luta de ninguém (...), não houve jeito, Lupyon e os que o cercavam não se comoveram (...). Não conseguimos nada. Criaram o Parque, e pensaram que resolveriam o problema, mas os Xetá ficaram fora. Ai, os índios coitados foram se acabando, não resolveram o problema da terra. Ai só restou tirar os Xetá que ainda viviam de lá. Os coitados não chegaram a ter suas terras reservadas (...). Embora o parque tenha sido criado, o SPI não acompanhou nada, não acompanhou como devia como devia (...) Tanto o SPI, como a Funai foram omissos nesse particular, e o governo do Estado não respeitou os Xetá, nem suas terras, eles ficaram sem nada (...)” (Dival de Souza. Portaria nº. 1230/PRES/2000).

O magnífico Salto das Sete Quedas não resistiu às pressões dos grandes projetos desenvolvimentistas e hidrelétricos, implementados na década de 1960. O Parque Nacional de Sete Quedas foi extinto em 04 de junho de 1981, pelo Decreto Presidencial nº. 86.071, e nele foi instalada a gigantesca Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional.

Já os Xetá foram deslocados da região da Serra dos Dourados para fora de seu território, que foi esbulhado e destinado ao plantio de café, criação de gado, plantio de cana de açúcar e outras atividades econômicas (SILVA, 1998).

A inoperância, a omissão e a negligência do órgão responsável pela política indigenista, aliadas aos interesses de uma política expansionista do estado do Paraná, somado ao desconhecimento e desrespeito à diversidade étnica e cultural, levaram a sociedade Xetá ao extermínio. Neste sentido, se, por um lado, o Serviço de Proteção ao Índio não cumpriu o seu papel de proteger e garantir os direitos dos Xetá, por outro, o Estado e os agentes colonizadores foram eficientes nas suas ações e investidas contra a integridade física, cultural e territorial desse povo.

Vale enfatizar, outra vez, que,

“Entre o período em que foi proposta a constituição do Parque (1957), até a sua aprovação em 30 de maio de 1961, como Parque Nacional de Sete Quedas, na região de Guairá ou Sete Quedas/PR, através do Decreto nº 50665, a exposição da sociedade Xetá aos efeitos da ocupação desenfreada de suas terras pelos brancos agravava-se muito. Seu território estava totalmente ocupado e grande parte dele, desmatado. Alguns grupos continuavam, segundo Tuca (1996), Rodrigues (1960; 1961) e Kozák (1960; 1961), afugentados, se escondendo do contato em algumas reminiscências de mata, onde nunca foram procurados por expedições de contato. Nem mesmo a aprovação do parque fez com que o SPI direcionasse ações e medidas para localizar e proteger a sociedade do trágico fim que teve” (SILVA, 1998, p. 209).

Silva (1998) observa ainda que o SPI não atendeu ao estabelecido no artigo 3º do decreto de criação do Parque, que determinava que, *“a área definitiva do Parque será fixada depois de indispensável estudo e reconhecimento da região, a ser realizado sob a orientação e fiscalização do Serviço Florestal, com a colaboração do Serviço de Proteção aos Índios, que adotará as medidas tendentes a resguardar os interesses dos índios que habitam a região”* (IDEM, p. 209). Portanto, o SPI não cumpriu o que era sua obrigação enquanto órgão de proteção aos povos indígenas, este sequer respeitou o artigo 216 da Constituição Federal vigente, promulgada em 1946, que garantia aos povos indígenas a reserva das terras por eles habitadas.

Como era de se esperar, a omissão do SPI cedeu espaço à concretização dos projetos político-econômicos governamentais. Os Xetá mais velhos e seus descendentes foram relegados a invisibilidade e esquecimento, mesmo ante a sua presença física.

Algumas fontes documentais de época estimam uma população de, aproximadamente, 250 Xetás. Kozák (1981, p. 43) informa ter visto aproximadamente 150 adultos, decorre daí a sua estimativa de que estes somassem 300 pessoas. No entanto, a memória oral Xetá, indica que o grupo exterminado era muito maior, entre 400 a 800 pessoas, incluindo aqueles que habitavam mais próximo do Ivaí, que foram os primeiros a sofrer o impacto da invasão branca e desaparecer enquanto grupo, embora alguns de seus membros permanecessem junto aos seus afluentes, como os córregos 215 e o Tiradentes, ponto de grande aglomeração dos grupos locais, em função da abundância em caça e coleta.

Tal estimativa é procedente e fundamentada, tendo em vista que os grupos locais a respeito dos quais temos mais informações são aqueles que viviam distribuídos pelos córregos 215 e Tiradentes. Todos os sobreviventes são partes desses grupos, ou pela descendência patrilinear ou pela afinidade. Graças a esse pertencimento e ao conhecimento que os Xetá possuem dos grupos foi possível elaborar um diagrama genealógico parte desse relatório (SILVA, 1998).³⁹

Dival de Souza (81 anos), ex-inspetor do SPI, contou em seu depoimento à antropóloga Carmen Lucia da Silva que, ao percorrer a mata durante a expedição do

³⁹ Além destes, existem aqueles cujos acampamentos foram destruídos tendo o grupo desaparecido (cf. correspondência constante do anexo I e II do Memorial Xetá encaminhado ao CNPI por Loureiro Fernandes em janeiro de 1957). Soma-se a estes, aqueles cuja memória dos moradores locais afirmam ter comprovadamente conhecido de perto, os do córrego 215 na confluência com o Tiradentes até o córrego Tropa, os do ribeirão do Indoivaí entre outros.

SPI, encontrou muitos vestígios e evidências da presença do grupo no 215 e que não havia como desconhecer a ocupação Xetá na área.

“A gente achava vestígio de tudo. Com certeza eles eram muitos e estavam espalhados. Muitos fugiam quando sentiam a nossa presença. Se afastavam para longe, mas, eles eram muitos. Nós encontramos em 1955 com aqueles que chegaram na fazenda Santa Rosa, mas com certeza eles eram muitos. O Kuein estava no meio deles” (Dival de Souza. Portaria nº. 1230/PRES/2000).

Os registros existentes sobre o período que precedeu o contato e o que o sucedeu são suficientes para demonstrar que a trajetória histórica Xetá, é uma crônica de erros e omissões por parte do Estado do Paraná e da União, que resultaram no esbulho de seu território tradicional, no sofrimento atroz desse povo até o seu inevitável extermínio e dispersão dos sobreviventes, no curto espaço de uma década. Se a colonização levou ao genocídio de centenas de índios Xetá, existe resistência, por parte dos Xetá mais velhos e seus descendentes. Mesmo tendo sido salvos a partir de sequestro e rapina, a memória Xetá ainda é alimentada e a história desse povo é contada.

O que se percebe a partir da documentação reunida no presente Relatório Circunstanciado é que, à exceção do esforço solitário do Inspetor da 7ª IR/SPI no sentido de demarcar uma área para os Xetá, o papel da reivindicação e proposta de proteção e terra para os Xetá coube principalmente ao Deputado Antônio Lustosa de Oliveira e ao Prof. José Loureiro Fernandes da Universidade do Paraná. Tal constatação pode ser extraída não apenas das fontes escritas, como das orais, no caso, de Dival de Souza e do Prof. Aryon Rodrigues.

Como já mencionado anteriormente, a existência dos brancos, a invasão do território Xetá por eles, as ações depredatórias ao meio ambiente, as violências praticadas contra o grupo, o esbulho do território original Xetá e o desaparecimento do seu habitat original já constava no universo simbólico, que explica através da ótica Xetá como os brancos foram criados e os efeitos da sua criação.

A esse respeito Kuein, Tuca e Tikuein, observam que seu povo já sabia que um dia os brancos chegariam e que provocariam alterações ao meio ambiente e à vida de sua gente. Conforme a memória Xetá, os antepassados já contavam histórias a respeito da chegada dos *kikãtxu*, que destruiriam o habitat e a sociedade Xetá. Numa longa e detalhada narrativa (resumida em poucas linhas no parágrafo abaixo), os Xetá mais velhos contam que:

“Dois irmãos (o mais jovem e o mais velho, antepassados míticos Xetá) após desobedecerem a regras de condutas ensinadas pelo pai e serem repreendidos pelo mesmo, o mais velho aborrecido, resolveu abandonar a aldeia do pai (...). O mais jovem inconformado resolveu segui-lo. Os dois abandonam o lugar e saem em busca de outro deles. Após dias de caminhada, quando o mais novo achava que estavam perdidos, eles encontraram, um outro grupo local ancestral dos Xetá num acampamento de caça. Pediram abrigo (...). Mesmo desconfiados dos dois forasteiros o grupo os abriga por uma noite. Quando dormiam acompanhados por uma criança que pediram aos anfitriões para acompanhá-los. Enquanto dormiam a criança sem querer fez suas necessidades (coco) e os sujou. Enfurecidos os irmãos ofendem seus anfitriões que amedrontados e descontentes com o desacato sofrido matam-nos com uma paulada na cabeça, após estes terem se limpado e voltado a dormir. Após a morte dos forasteiros o grupo deixa temporariamente o local e as vítimas para que os bichos as comessem. Passado um tempo, ao retornarem ao ponto de partida constataram que os dois irmãos mortos não estavam mais no lugar que haviam deixado. Estes tinham revivido. Naquele local eles abriram picadas com facão e foice de ferro. Eles abriram uma picada no sentido onde o sol entra. Foram cortando árvores, derrubando mato, derrubando tudo. Abriram tudo e foram embora. Após algum tempo, foram aparecendo os brancos. Eles vinham da mesma direção que esses dois derrubaram o mato. Daí que nossa gente contava que o branco foi gerado do índio, foi gerado de nós, desses dois irmãos que era gente nossa, embora usassem roupa. Quando os brancos apareceram os nossos mais velhos falaram assim: ‘Nossos filhos, esses caboclos!’. (...) os brancos tentavam acabar com os índios, e os índios tentaram resistir aos brancos, mas não conseguiram. Eles foram sumindo. Então nós sumimos, o nosso lugar acabou e nós não conseguimos acabar com brancos. Foram eles que acabaram com a gente e com o nosso lugar (ñendja'ta ha) e o lugar dos nossos antigos já mortos (os ñêdja'ta-ha xagui) (Kuein Maaña-ay Nhaguakã Xetá, Tucanambá José Paraná e José Luciano da Silva, texto adaptado de SILVA, 1999)⁴⁰

Como se pode ver, apesar de todas as violências e atrocidades sofridas, mesmo tendo sido expulsos de suas terras, mesmo sendo criados separados, os Xetá não deixaram de utilizar as explicações nativas para todas as situações decorrentes do contato. Seus depoimentos são transparentes, consistentes e perfeitamente compatíveis com as fontes escritas no que diz respeito às consequências do contato para a sociedade Xetá.

Se tomarmos a versão da história nativa que trata da criação do branco, é possível constatar que as ações destes elementos estranhos à cultura do grupo já vinha sendo elaborada e interpretada por seus membros. Suas falas deixam claro que as ações dos brancos sobre seu território já ocorriam há longo tempo, tendo se agravado no final da década de 1940.

O elo de ligação entre os Xetá das diferentes gerações mostra-se muito forte, especialmente, diante do crescimento das famílias Xetá e da relação dinâmica entre

⁴⁰ A transcrição da narrativa que trata da criação dos brancos e suas ações destruidoras do habitat Xetá possui 10 páginas em espaço simples, e ela foi narrada em diferentes circunstâncias à antropóloga coordenadora do GT Portaria nº. 123/0PRES/2000, inclusive na língua Xetá.

velhos e jovens que assegura a manutenção da memória Xetá. É também muito viva a ânsia dos mais jovens em continuar alimentando essa memória a partir do convívio de todos num território de uso exclusivo. O desejo e a luta pela demarcação da terra indígena constitui hoje para os Xetá a única possibilidade de não morrer enquanto povo.

Não obstante o processo de genocídio e dispersão de famílias, resultado do projeto colonizador do Estado do Paraná, materializado pela ação das companhias de colonização, com destaque para a COBRIMCO, os Xetá resistem fora de seu território, alimentando referências centrais da memória coletiva.

EM BRANCO

Segunda Parte – Habitação Permanente

a) Descrição da distribuição da(s) aldeia(s), com respectiva população e localização

Os Xetá se distribuíam em seu território na Serra dos Dourados, antes do genocídio e do processo de dispersão de famílias, em dois espaços distintos, conforme o calendário anual do grupo (SILVA, 2003), denominados *óka awatxu*, “aldeia grande”, e os *óka kã*, “acampamentos”. Para cada um desses lugares havia um tipo de habitação e organização espacial diferente.

Sobre a distribuição espacial dos grupos familiares, sua localização geográfica, organização social e tipos de moradias, Silva (2003, p. 170 - 171) faz as seguintes considerações, com base nas narrativas de Tuca, Tikuein (José Luciano) e Kuein:

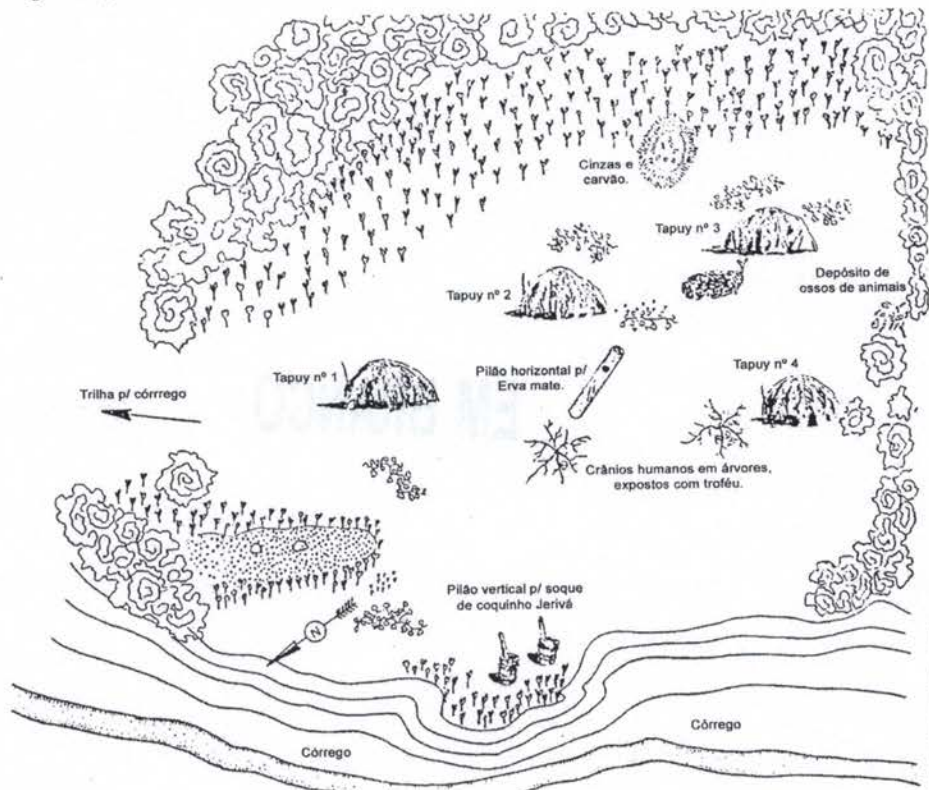
“A óka awatxu, ‘aldeia grande’ era um espaço ocupado pelas famílias extensas patrilineares e seus afins. Uma das características mais marcantes de suas edificações é o ‘apoãjnge awatxu’, ‘casa grande’, que entre uma de suas inúmeras funções sociais, abrigar a(s) família(s) extensa(s), a exemplo dos tapuí dos Kaiwá (cf. Watson: 1952) e das malocas Tupinambá (cf. Fernandes:1989), e comuns a outras sociedades Tupi-Guarani, em contraste com os modelos Guayaki e Sirionó, ‘caçadores nômades e coletores, que constroem apenas abrigos rudimentares, que não são ocupados por muito tempo’” (Laraia,1986, p. 56). A memória dos Xetá indica dois períodos distintos de ocupação das grandes aldeias: um que caracterizam como o tempo dos antigos, quando a população era numerosa e seus membros viviam nas casas grandes. Sobre esse período, seus pais contaram-lhes que na margem do Ivaí havia quatro grandes aldeias distantes umas das outras. Kuein lembra de seu pai contar que viveu num desses lugares onde só havia casa grande. Um dia houve uma invasão de estranhos com faixas na cabeça, mataram muita gente, mulher, criança e homem, puseram fogo nas casas e capturaram mulheres, jovens e crianças. Como consequência dessa invasão aqueles que conseguiram sobreviver deixaram as grandes habitações coletivas, espalharam-se pelo mato e passaram a viver em pequenos grupos familiares, nos óka kã, ‘pequenos lugares’, que eram ligados a uma aldeia grande, óka ‘awatxu, à qual o seu responsável estava vinculado pelo parentesco. As grandes aldeias passaram a abrigar dois tipos de habitações: tapuy kã, “casa pequena”, e a apoã jnge awatxu, ‘casa grande’”.

O outro período lembrado pelos Xetá mais velhos é contemporâneo a eles e trata do tempo imediatamente anterior ao contato, quando viviam, principalmente, na margem esquerda do Ivaí, espalhados por seus afluentes, o Córrego 215, o Tiradentes, o Indoivaí, o riacho Maravilha, o ribeirão das Antas, e também o ribeirão do Veado, tributário do rio Paraná. A memória oral Xetá sobre a habitação e ocupação, antes da

¹ Outros termos podem ser empregados para a casa grande como: *tapuy adjo*, ‘apoãjnge prema ou tapuy ‘apoãjnge.

dispersão de famílias, abarca as experiências das famílias Xetá em aldeias situadas nesses três primeiros córregos.

Anteriormente ao contato, década de 1950, as aldeias grandes estavam articuladas espacialmente a pontos de caça e coleta, entre barreiros e matas. As casas grandes, *apoãjnge awatxu*, eram edificadas por um homem mais velho, geralmente o dono do lugar e o chefe do grupo local. Sua forma era redonda e coberta com folhas de palmácea (Croqui 01).



CROQUI 1: Aldeia grande e acampamentos Xetá. Desenho do original de Ney Barreto por Nicholas Amorosi. Fonte: Kozák (1981, p. 36).

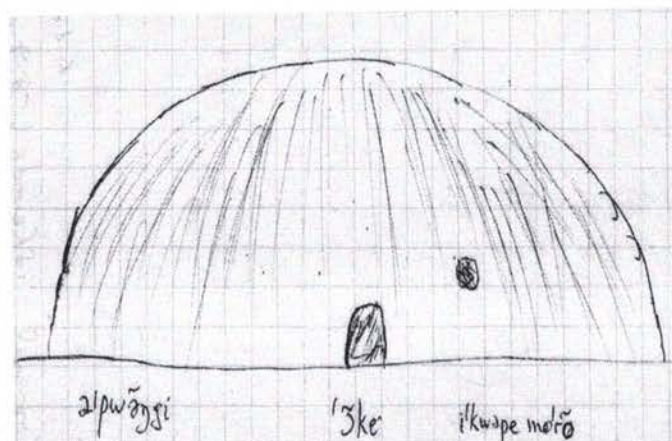


FIGURA 03: Apoeng Adjo ou tapuy Apoeng "casa grande". Desenho extraído caderneta de campo de Aryon. Fonte: Rodrigues, 1961.

As casas pequenas, ou abrigos, *tapuy kã*, eram construídas pelo chefe da família nuclear que fosse ocupá-la. Ambas as casas não tinham divisão interna e seu estilo arquitetônico era o mesmo da casa grande, que era alta (SILVA, 2003).²



FIGURA 04: Abrigo temporário Xetá “tapuy kã”. Desenho feito por Kozák.
Fonte: Kozák, 1960.

Conforme os relatos de Tuca, Tikuen (José Luciano) e Kuein, os Xetá mais velhos chegaram a conhecer quatro aldeias grandes³, das quais lembram de pelo menos um nome: *Mereraw Djururikapi*. Essas aldeias já apresentavam características diferenciadas, relativamente à organização social e à frequência da presença de diferentes grupos locais, pois nas décadas de 1940 e 1950, esse povo indígena já recebia os impactos da ocupação não indígena.

A Figura 06 foi elaborada em conjunto com Tuca, Tikuen (José Luciano) e Kuein, a partir da memória oral do grupo e das lembranças rememoradas durante as visitas que fizeram à região da Serra dos Dourados, onde se situa a TI Herarekã Xetá.

Conforme exhaustivamente descrito na Primeira Parte deste Relatório Circunstanciado, os Xetá deixaram de construir moradias na Serra dos Dourados, a partir da década de 1950, por terem sido removidos forçadamente para fora de seu território, sem terem condições reais de retorno. O processo de esbulho do território Xetá se deu do modo violento e, ao longo dos anos, os moradores não indígenas que

² Kozák (1981, p. 36 – 43) descreve a disposição espacial dos acampamentos e abrigos, suas medidas, e as edificações neles erguidas. Este mostra o processo de confecção de um *tapuy kã*, onde Kuein e seu irmão Arigã (Eirakã) [já morando na área indígena Guarapuava] aparecem como os seus construtores. Em seus registros filmicos e fotográficos é possível constatar todas as etapas para se erguer uma moradia Xetá.

³ Ver Mapa 03, na Primeira Parte do Relatório Circunstanciado.

passaram a habitar a região alimentaram um forte sentimento contrário à presença Xetá, dificultando qualquer aproximação dos descendentes ao território histórico.⁴

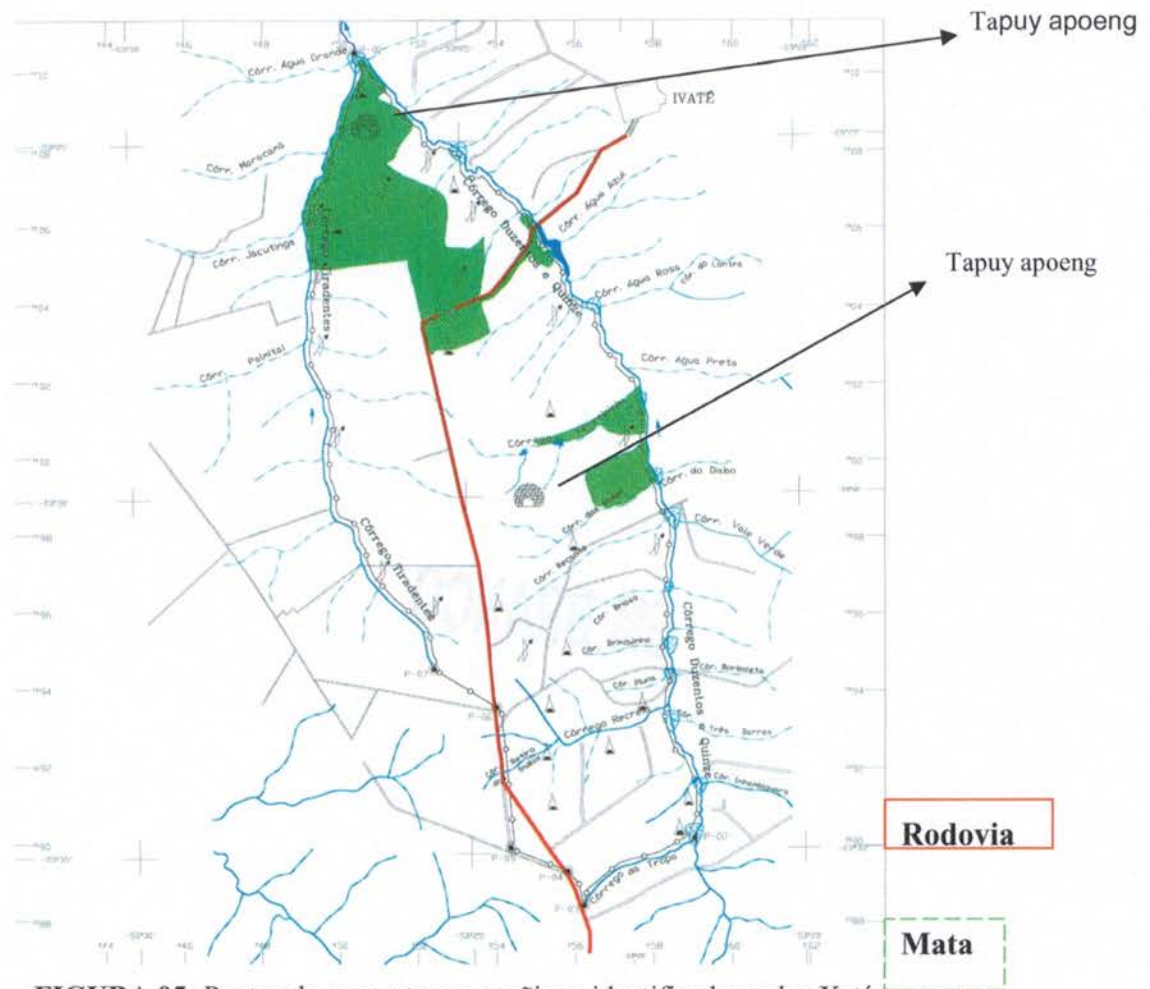


FIGURA 05: Pontos de caça e tapuy apoãjnge identificados pelos Xetá no Córrego 215 e Tiradentes.

De uma população de mais de 200 indígenas, nas décadas de 1940 e 1950, conforme estimado por Wladimir Kozák,⁵ os Xetá foram reduzidos a oito indígenas (cinco homens e três mulheres)⁶, os quais foram criados por famílias não indígenas em áreas ou reservas de ocupação tradicional de outras etnias, ou mesmo em cidades, situadas no estado do Paraná e fora dele, como Santa Catarina e São Paulo. A dispersão dos Xetá levou ao afastamento dos grupos familiares, que deixaram de conviver. Diante dessa contingência, os casamentos entre índios Xetá e outras etnias deve ser compreendido a partir do marco do contato e da dispersão dos Xetá sobreviventes.

⁴ Esse aspecto será detalhado na Sexta Parte do Relatório Circunstanciado.

⁵ Kozák (1981, p. 43) informa ter visto aproximadamente 150 adultos, de onde decorre sua estimativa de que estes somassem aproximadamente 300 pessoas.

⁶ As fontes orais e escritas apontam a probabilidade de existência de mais cinco sobreviventes, porém estes não foram localizados durante o trabalho do GT de identificação. Maiores informações ver Silva (1998; 2003).

Diante da falta de parceiros ideais, não restou aos Xetá outra alternativa, a não ser a união interétnica, fato que ampliou a possibilidade de perpetuação do grupo. Entretanto, tal “opção” não foge totalmente às regras matrimoniais então praticadas, segundo os quais o casamento preferencial deveria ocorrer com indivíduos Xetá de outro grupo local. Assim sendo, se no presente as regras da velha sociedade não podem ser compartilhadas em função de todas as consequências e imposições do contato, a possibilidade de não desaparecer enquanto etnia foi o casamento com o outro, que não é um Xetá, mas o Kaingang, o Guarani, ou o não indígena.

O modo como as famílias Xetá se distribuem e se organizam no território, hoje, reflete o processo de dispersão de famílias, ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960, resultante de esbulho territorial e genocídio, conforme descrito na Primeira Parte desse Relatório Circunstanciado, e por isso tem profunda relação com a trajetória dos Xetá mais velhos.

Tomando como referência os grupos locais (famílias extensas) Xetá e os vínculos de parentesco e descendência dos remanescentes com os mesmos, conforme detalhado na Primeira Parte do Relatório Circunstanciado,⁷ é possível constatar nos dias atuais três grupos locais distintos:

- 01 – Formado por Tikuein (José Luciano) e Maria Rosa Tiguá, com seus descendentes, que encontram referências de parentesco e localização dentro do grupo local 01.
- 02 – Formado por Tuca e Maria Rosa ã, com seus descendentes, que encontram referências de parentesco e localização dentro do grupo local 03.
- 03 – Formado por Kuein e os filhos de seu irmão Arigã e/ou Eirakã, ou seja, Ana Maria Tiguá, Tiqüein e Rondon, com seus descendentes, que encontram referências de parentesco e localização dentro do grupo local 04.

Cabe observar que Kuein e Ana Maria Tiguá têm vínculo de parentesco com o grupo local 01, enquanto Tiqüein e Rondon têm vínculo de parentesco com o grupo local 03 e grupo local 01. Todos os três grupos são originários dos córregos 215 e Tiradentes.

Conforme vem sendo demonstrado, as famílias Xetá, mesmo dispersas, estão ligadas entre si pelos laços de parentesco, pela afinidade, pela herança cultural, histórica, linguística, territorial e cosmológica comum. Todos reconhecem sua origem

⁷ Ver Anexo 41.

ancestral comum e são reconhecidos por índios de outra etnia e por não indígenas (nos locais onde moram) como pertencentes à etnia Xetá.

Registre-se que, para fins de contagem da população Xetá e análise da distribuição populacional nas terras indígenas situadas no estado do Paraná, todas as famílias geradas a partir de casamentos entre Xetá e índios Kaingang ou Guarani, bem como com não indígenas, foram contadas. Durante os levantamentos realizados pelo GT, foi registrado o número de famílias Xetá, situando-as pela localidade da moradia, conforme o quadro abaixo.⁸

Local de moradia	Município	Área	Nº Famílias Xetá
Posto Indígena São Jerônimo	São Jerônimo da Serra/PR	Kaingang e Guarani	09
Posto Indígena Rio das Cobras	Nova Laranjeiras/PR	Kaingang e Guarani	01 casal 01 homem solteiro
Posto Indígena Guarapuava	Guarapuava	Kaingang e Guarani	03
São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	Urbana	01
Curitiba	Curitiba	Urbana	04
Umuarama	Umuarama	Urbana	01
Cataporanga	Nova Tebas	Urbana	01
Posto Indígena Xapecó	Xanxerê/SC	Al. Kaingang e Guarani	01
Total famílias	-----	-----	21

TABELA 01: Locais de moradia das famílias Xetá, em 2004.

Em 2013, os dados acima foram atualizados, em diálogo com as famílias de Tikuen (José Luciano), Maria Rosa ã, Maria Rosa Tigua e Belarmina (primeira esposa de Tuca), e organizados a partir dos Xetá mais velhos, situando-os em seus locais de moradia. Foram somadas novamente todas as famílias geradas de casamentos Xetá interétnicos, ou seja, 32 famílias, dos quais, 113 índios Xetá têm descendência direta (são filhos de homens ou mulheres Xetá). Estes, somados aos afins, ou seja, adotados como filhos ou sendo filhos de outros casamentos, totalizam 159 indígenas.

⁸ É importante observar que embora no cômputo geral da população Xetá esteja inclusa a filha de Tiguá (Maria Rosa do Brasil, de nome Tânia Sabino, a qual lhe foi tomada, a mesma não consta do quadro acima, por morar com a família não indígena que a adotou.

Sobreviventes	Famílias Nucleares Descendentes	População Xetá	Cônjuges indígenas ou não indígenas	Afins	Moradia Atual – Município/Estado
Tikuein (falecido)	9	61	18	14	TI São Jerônimo – São Jerônimo da Serra/PR
Tuca (falecido)	3	24	06	-	Aldeia Kakané Porá – Curitiba/PR
Maria Rosa A	4	13	04	-	TI Rio Areia – Inácio Martins/PR; a filha e os três netos do primeiro casamento moram em Almirante Tamandaré/PR.
Maria Rosa Tigua	1	05	01	-	Douradina/PR
Ana Maria Tigua	1	02	01	-	São Bernardo do Campo/SP (Silva, 1998 e 2003)
Tikuén	3	04	01	-	Tikuén está em Kakané Porá – Curitiba/PR; dois filhos moram com a mãe, em Guarapuava/PR; e uma filha mora em Curitiba/PR
Rondon	1	03	01	-	Chapécó/SC (Silva, 1998 e 2003)
Kuein	Foi casado duas vezes, inclusive com Maria Rosa A Xetá, mas não teve filhos.	1	-	-	TI Marrecas – Turvo/PR e Guarapuava/PR
---	32	113	32	14	---

TABELA 02. Dados populacionais referentes ao povo indígena Xetá. Total de 159 indígenas,

Registre-se que os dados coletados durante os estudos de identificação e delimitação da TI Herarekã Xetá diferem dos dados registrados pelos DSEIS/FUNASA, ao considerar os critérios indígenas de pertencimento ao grupo, resguardadas as especificidades.

b) Critérios para localização, construção, permanência das aldeias, área por elas ocupadas e o tempo em que se encontram na atual localização

Atualmente, os Xetá vivem em terras indígenas Kaingang ou Guarani, na região Sul, ocupando locais cedidos por estes grupos. Suas casas são construídas conforme modelos e padrão local, algumas em madeira, com piso de chão batido, ou com assoalho, com cobertura de capim, ou telha de amianto, outras em placa de cimento, ou alvenaria com divisórias internas, piso de cimento e telhas de amianto.



FOTO 33: Tuca e sua segunda esposa Helena, da etnia Guarani

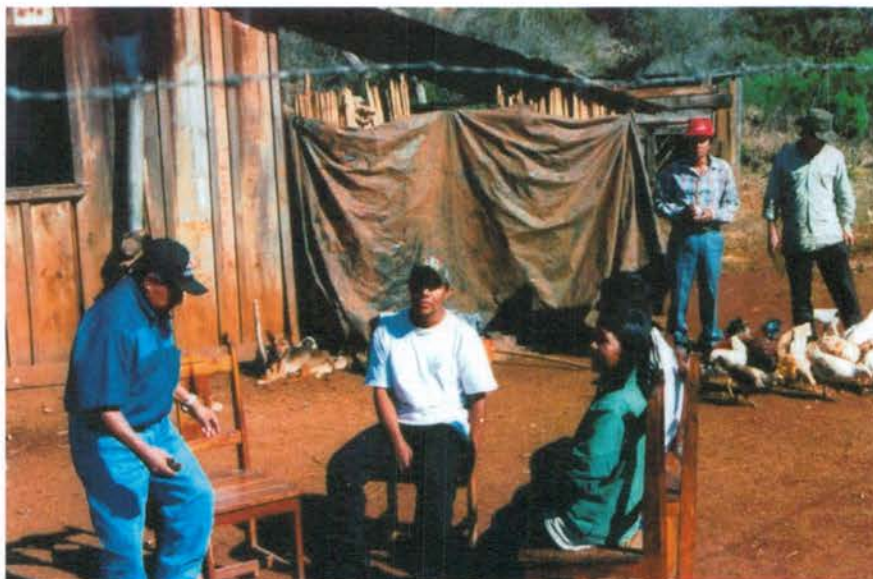


FOTO 34: Maria Rosa Â e filhos (sentados), em sua casa na TI Marrecas.



FOTO 35: Casa de Kuein cedida pela Funai local, na TI Rio das Cobras.

Há famílias Xetá dispersas em também em cidades paranaenses, e ainda em outros estados, como Santa Catarina e São Paulo (Ver Quadro 01 e Tabela 01). É de se destacar a ocupação de famílias Xetá na aldeia urbana chamada Kakané Porã, situada na região metropolitana de Curitiba, majoritariamente os descendentes de Tuca. Para fins de caracterização do modo de ocupação Xetá, no presente, serão considerados o modo de ocupação das famílias descentes de Tikuen (José Luciano) e Maria Rosa ã, que ainda resistem dentro de terras indígenas Kaingang e Guarani, onde também há a maior concentração de famílias Xetá – TI São Jerônimo e na TI Rio de Areia –, onde estão, conforme a fala dos próprios índios, *“de favor na terra dos outros”*.

Essas TIs encontram-se em regiões distintas do estado paranaense e, por isso, apresentam diferentes características ecológicas e pressões socioambientais. Neles, os índios Xetá não gozam plenamente os seus direitos territoriais e de autodeterminação, pois trata-se de terras indígenas de ocupação tradicional de outras etnias, em que não há condições adequadas para a afirmação de um modo de gestão territorial e político Xetá, não obstante vivam de acordo com seus usos, costumes e tradições.

O conjunto das terras indígenas situadas no estado do Paraná é de ocupação tradicional Kaingang e Guarani Nhandeva, que vem sendo reconhecidas como áreas de uso exclusivo desses povos desde meados do século XIX, momento em que se definiram políticas de regulamentação de colônias indígenas. Nesse contexto, os aldeamentos foram justificados com vistas a garantir rotas comerciais, como as do

Barão de Antonina, que interligavam os estados de São Paulo, Paraná e sul do então estado do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). Várias colônias indígenas foram criadas para aldear índios Kaingang e Guarani, especialmente ao longo do Rio Paranapanema e afluentes, ao norte do estado do Paraná, a partir de 1845. Outros aldeamentos se deram também nas cabeceiras do Piquiri e ainda do Iguaçu, a sudoeste do estado.

O avanço de inúmeras frentes de colonização foi favorecido a partir da concentração de grupos indígenas nessas áreas, deixando livres os trechos de terras férteis e próprias para a produção agrícola e o povoamento. Esse processo teve maior desenvolvimento com a promulgação da Lei de Terras, em 1854, voltada para a ocupação de áreas ainda “despovoadas”, processo que, no Paraná, estendeu-se até meados do século XX.

As terras indígenas do Paraná somam 12 terras indígenas regularizadas, 5 reservas indígenas e 11 em processo de regularização.⁹ A partir da década de 1940, com o contato dos Xetá por equipes das companhias de colonização, o genocídio e a dispersão geográfica dos sobreviventes, os Xetá fixaram-se nas terras indígenas situadas a leste e a sul do estado do Paraná.



FIGURA 06: Localização da TI São Jerônimo no Paraná. Fonte: Sá (2004, p. 14).

⁹ Dados registrados no Sistema Indigenista de Informação da Funai (SII).

A presença de famílias Xetá na TI São Jerônimo teve início em 1987, quando Tikuén (José Luciano da Silva) e sua família foram convidados por cacique Kaingang a morarem nessa terra indígena.

A TI São Jerônimo, localizada no município paranaense de São Jerônimo da Serra, está situada na bacia hidrográfica do rio Tibagi. Em 1983, foi criado o Posto Indígena São Jerônimo.¹⁰ Atualmente é habitada por 614 pessoas, sendo 337 da etnia Kaingang e 217 Nandeva-Guarani. Abriga provisoriamente, ainda, o grupo Xetá mais numeroso do estado.

A trajetória de Tikuén e sua família até São Jerônimo da Serra revela o resultado do esbulho de seu território tradicional e a dispersão de famílias Xetá, promovido, respectivamente, por agentes do Governo paranaense e de empresas particulares responsáveis pelo loteamento e a colonização da região da Serra dos Dourados. A transferência dos indígenas sobreviventes, a cargo do SPI, especialmente após o primeiro contato voluntário entre os Xetá e não-indígenas, ocorrido em 1952, na Fazenda Santa Rosa, situada na margem esquerda do Rio Indovaí, resultou na remoção, em 1961, de Tikuen, ainda criança, juntamente com seu pai, Mã, e Nhengo, estes, índios Xetá adultos, da referida fazenda, no noroeste paranaense, para o então Posto Indígena (PIN) Pinhalzinho, atual TI Pinhalzinho, de ocupação tradicional Guarani, situada no Município de Guapirama, na bacia do Rio Tibagi.

Nesse período, conforme relatou Tikuen, já não havia mulheres Xetá com as quais seria possível o casamento, pois o povo Xetá *“morria demais e também era roubado pelos brancos. As mulheres que existiam ou eram parente de perto, não era permitido casar, ou viviam fugindo com os outros mato adentro”* (Silva, 1999, p. 81).¹¹

Em Pinhalzinho, Tikuen e seu pai, Mã, juntamente com Nhengo, aprenderam a trabalhar com a enxada e o machado, empregando-se na formação de lavouras de café. Registre-se que, em 1966, Tikuén foi internado no Hospital São Sebastião da Lapa, Município Lapa, estado do Paraná, após o que morou durante um período na TI Laranjinha, Município de Santa Amélia, de ocupação tradicional Kaingang e Guarani. Seu retorno à TI Pinhalzinho se deu, aproximadamente, no início da década de 1970. Lá

¹⁰ Em 1993 foi publicado o Decreto de Homologação da área indígena, delimitada com 1.339 hectares.

¹¹ Sobre a falta dos parceiros ideais, vale registrar também a experiência de Kuein que, após ter sido levado de sua aldeia, juntamente com o irmão, por transportadores de madeira, aproximadamente em 1957, ficou sem a moça que lhe fora destinada como esposa. Pois ao retornar à Serra dos Dourados, ela já havia falecido, por doença adquirida. Desde então, não se casou, embora, em sua trajetória entre terras indígenas Kaingang e Guarani, sempre tenha pensando em se casar e ter filhos (Silva, 1998, p. 55-56).

se casou com Maria Conceição Pereira Martins, nascida no Paraná, na cidade de Conselheiro Mairink. Nessa mesma década faleceram seu pai e Nhengo, ambos ainda moradores de Pinhalzinho.

Seguiu-se a essas experiências um período de aproximadamente oito anos, em que Tikuén veio a trabalhar como bóia-fria em fazendas de café, fora das terras indígenas Kaingang e Guarani, juntamente com a esposa e filhos. Em 1985, foi transferido para o então PIN Queimadas, no Município de Ortigueiras, de ocupação tradicional Kaingang e, por fim, mudou-se para a TI São Jerônimo, onde moram atualmente seus filhos e netos.

As famílias Xetá descendentes de Tikuen (José Luciano) vivem da agricultura orientada primordialmente para a subsistência, praticando com menor frequência a coleta de recursos florestais, ocasionalmente a pesca e raramente a caça. Plantam abóbora, arroz, batata doce, feijão, mandioca, milho, hortaliças e algumas famílias cultivam café. Claudemir, filho de Tikuein e liderança do povo Xetá, na TI em São Jerônimo, observa que *“todo ano nasce uma pessoa e a terra continua ali, daquele tamainho”*.

Em 2003, existiam 09 famílias Xetá na TI São Jerônimo, totalizando uma população de 43 pessoas, sem contar com os cônjuges de outras etnias (Kaingang ou Guarani). Em dez anos, portanto, a população Xetá na área cresceu de 43 para 61 indivíduos, e o número de famílias nucleares duplicou.

Na TI São Jerônimo, foi registrada a presença de 18 famílias nucleares Xetá, sendo estas compostas pelos filhos e netos do sobrevivente Tikuein, totalizando 61 indígenas. Estes, somados aos respectivos cônjuges e também aos afins (filhos e netos gerados no primeiro casamento de Conceição, viúva de Tikuein), compõem uma população de 93 pessoas. Evidentemente, o aumento do grupo potencializou o problema da escassez de terras para plantio e, por conseguinte, da segurança alimentar do grupo.

Relativamente à presença de famílias Xetá na TI Rio de Areia, de ocupação tradicional Guarani, faz-se necessário considerar a trajetória de Maria Rosa ã, que difere da trajetória de Tikuen (José Luciano), na medida em que, ao invés de ser levada para terras Kaingang, no leste paranaense, teve uma trajetória junto a índios Guarani, com circulação entre as terras indígenas situadas na parte centro-sul do Paraná.

Após ter convivido, Curitiba, com o irmão, Caiuá, e o primo, Tuca, junto com servidores da então AER Curitiba, depois de ter sido levada por eles da Ser rados Dourados, Maria Rosa ã foi encaminhada para o Posto Indígena de Apucarana, de

ocupação tradicional Kaingang. Aos 11 anos casou-se com um índio da etnia Guarani, cuja família morava no PIN Ivaí, município de Manoel Ribas, situado na parte central paranaense. Conforme relata Maria Rosa ã, a família não tinha local de moradia estabelecido e por isso ela “*não parava dentro do Posto. Minha vida era andar de um canto para o outro com ele*” (SILVA, 1998, 71).

Desse casamento, foram gerados sete filhos, que vieram a falecer, à exceção da filha Iati, que mora atualmente na região metropolitana de Curitiba. Do segundo casamento, também com índio Guarani, foram gerados Sebastião (*Karamay* ou “*quati*”) e Aricã (“*mico*”). Separada do segundo marido, Maria Rosa ã morou no PIN Guarapuava e também no PIN Rio das Cobras, ambas na parte mais ao sul do estado.

Ao se casar com Carlos Ramirez, da etnia Guarani, passou a viver na Aldeia Palmeirinha, do PIN Mangueirinha, lugar da família do seu esposo, tendo posteriormente retornado a Guarapuava. Desde aproximadamente 2008, mora com sua família na TI Rio de Areia.

Áreas indígenas	Extensão (hectares)	Situação	Etnias	População por etnia	Município
TI São Jerônimo	1.339	Trata-se de Terra indígena homologada, com garantia de usufruto exclusivo dos recursos naturais pelos povos Kaingang e Guarani (parcialidade Nandeva).	Kaingang Guarani Nandeva Xetá	337 216 61	São Jerônimo da Serra/PR
TI Rio Areia	1.352	Trata-se de Terra indígena homologada, pertencente à União e garantia de usufruto exclusivo dos recursos naturais pelo povo Guarani (parcialidade Mbya).	Guarani Mbya Xetá	132 13	Inácio Martins/PR
Kakané Porã	4	Área urbana cedida através de Termo de Comodato entre Prefeitura de Curitiba e FUNAI. Não é uma Terra indígena.	Kaingang Guarani Mbya Xetá	86 14 24	Curitiba/PR

TABELA 03. Áreas indígenas habitadas por famílias Xetá. Fonte: FUNAI/Chapécó, 2010 *apud* <http://ti.socioambiental.org>; SESA/São Jerônimo da Serra (2013); Baptista, 2012.

Doc. nº 3478/99
Is. 1077
Rubrica *Elaine*

Na TI São Jerônimo, Tikuein, já falecido, e sua esposa moraram numa casa pré-fabricada, que hoje é chamada pelos filhos como “morada antiga”. A medida que os filhos foram se casando, novas residências de famílias Xetá foram se estabelecendo próximas à casa de Tikuein, sendo que, diante do seu falecimento, a casa passou a ser ocupada pela filha mais velha, Zenilda, e sua família, que cedeu a casa para a família de seu filho.

Relativamente à localização da morada antiga, note-se que o lugar reservado para a ocupação Xetá situa-se em área com incidência de solo extremamente arenoso, pouco favorável para roças e cultivos. Sublinhe-se que a partir dessa casa Xetá irradiam-se parte das casas dos descendentes de Tikuein, na TI São Jerônimo.



FOTO 36: Morada antiga.



FOTO 37: Filhas de Tikuein (José Luciano), no pé de Santa Bárbara situado junto à morada antiga.

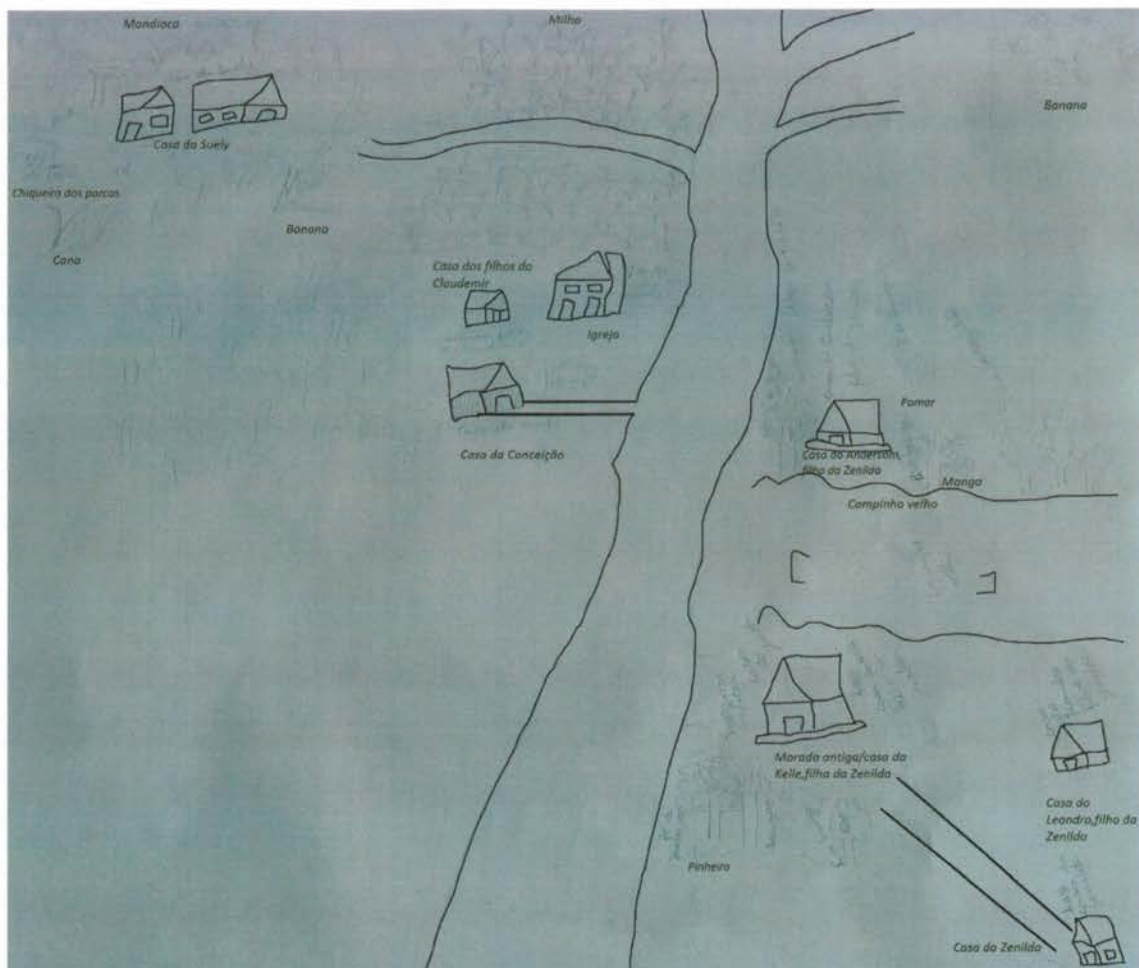


FIGURA 07: Morada Antiga (casa de Tikuein), situada em relação ao campo de areia e a outras casas Xetá.

De maneira geral, as casas Xetá são feitas de tábuas ou de madeira roliça, preenchida com barro, sendo que nem todas as moradias possuem água encanada, luz elétrica e banheiro. Em grande parte delas, utiliza-se o fogão de barro e à lenha, feito de terra e argila, sendo o fogão a gás de uso mais restrito.

Desde a década de 1980, a partir de benefício concedido pelo Governo Federal do Paraná, famílias da TI São Jerônimo moram em casas de alvenaria. Do total de famílias Xetá nessa terra indígena, apenas 7 moram em casas desse modelo. Registre-se que, em função do crescimento das famílias, em muitas dessas casas já são feitas ampliações, como é o caso das de Sueli e Rosângela, em que foi feita uma cozinha anexa, havendo ainda a construção de outras peças para múltiplas funções (cozinha, quarto, depósito).



FOTO 38: Habitação filhos Tikuein, nas imediações da morada antiga.



FOTO 39: Moradia de Dival filho primogênito de Tikuein.

A área da TI São Jerônimo ocupada pelas famílias Xetá segue uma lógica que se define pela proximidade entre as famílias, como são as casas dos filhos de Tikuéin, próximas à morada antiga. Contudo, elas também se situam em locais distantes e de difícil acesso, como são as casas de Dival e a antiga casa de Benedita, onde ela tem roças para cultivo de arroz e milho.

Em geral, as roças de subsistência, para cultivo e uso das famílias, ficam próximas às casas.

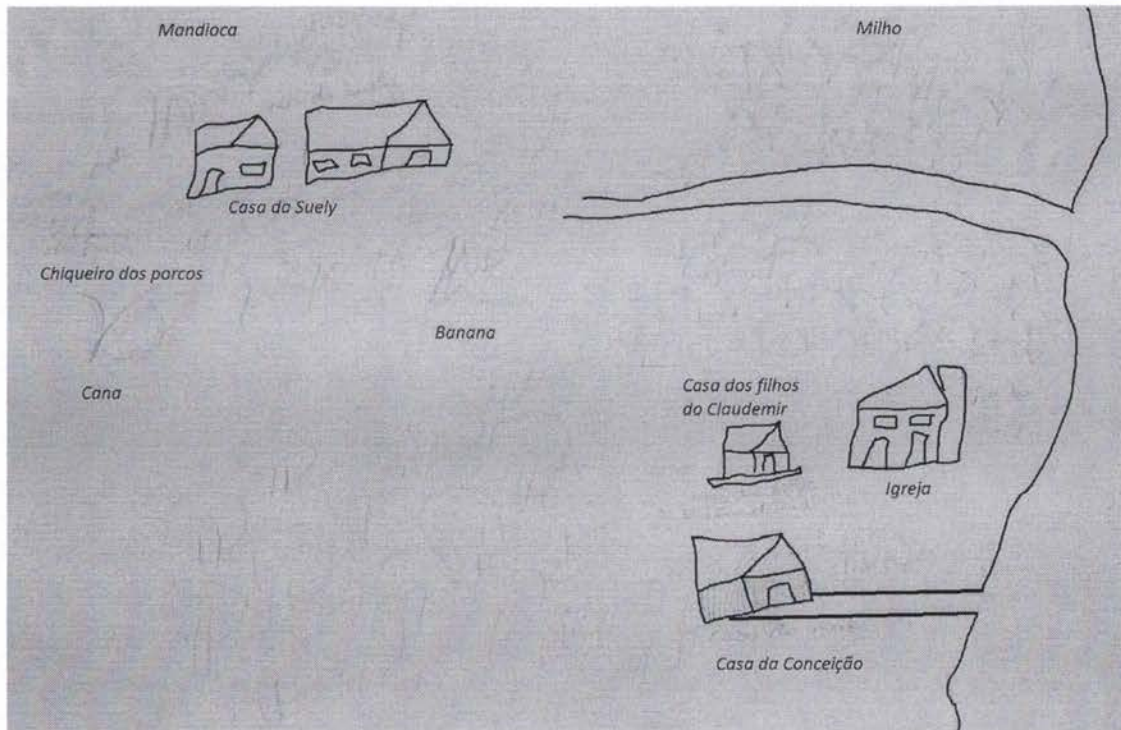


FIGURA 08: Casa de Suely com roça de mandioca, milho e outros cultivos, com indicação de outras casas Xetá..

Observe-se, contudo, que a localização de casas e roças é determinada também pelo posicionamento político das famílias Xetá em relação às lideranças Kaingang e Guarani. As áreas de ocupação Xetá muitas vezes apresentam potencial agrícola inferior, pelo maior desgaste a que ficam expostos, em virtude do uso intensivo. A terra é preparada em agosto, pelos homens, de forma manual ou mecanizada, e o plantio ocorre em setembro e desta etapa, como da colheita, participam os homens e mulheres de cada família. Acrescente-se que a maioria das casas Xetá conta com áreas para criação de animais domésticos como galinhas, patos e porcos, em pequeno número e para consumo próprio. Alimentam suas criações com cascas de leguminosas que cultivam, além de frutas, milho e hortaliças.

Os homens Xetá não gozam de um lugar na “*casa de reunião de lideranças*”, onde são definidas as políticas de gestão territorial e demais ações relacionadas aos rumos dos grupos que moram dentro da terra indígena. Conforme será detalhado na Terceira Parte do Relatório Circunstanciado, a distribuição de alguns benefícios entre as famílias Xetá se dá via mulheres Xetá casadas com Kaingang e Guarani e isso se evidencia nas ações compensatórias promovidas a partir da implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Mauá. Não obstante não haver família Xetá beneficiada diretamente pelo empreendedor, as famílias Xetá se beneficiam de sementes, insumos agrícolas e

outros recursos a partir do compartilhamento promovido pelas mulheres Xetá.

Não obstante, os Xetá também fazem uso de áreas e recursos de modo coletivo, tal é o caso das roças, como a que se situa na parte mais alta da terra indígena, com afloramento de terra roxa. O açude, situado em área próxima à escola, distante da maioria das casas Xetá, também é de uso coletivo.



FIGURA 09: Açude da TI São Jerônimo, construído pela FUNAI.

A área de mata da TI São Jerônimo é um recurso valioso, gerido conforme a política Kaingang e Guarani, sem que haja prejuízo para as famílias Xetá que praticam, em alguma medida, a caça e, sobretudo, a coleta de plantas. Nesse sentido, registre-se que Tikuein ensinou a seus filhos e filhas, e estes aos seus descendentes, a buscar no mato as frutas consumidas “no tempo dos antigos”, como o ingá, gabioba, jabuticaba, arará, jacaratiá, macaúba, entre outras. Além destas, os Xetá incorporaram a prática Kaingang de coleta do pinhão, fruto da araucária.

Outra prática herdada pelo grupo consiste na coleta de palmito. As palmeiras jerivá que atingem o tamanho ideal são abatidas para consumo do palmito; no entanto, os Xetá replantam continuamente a espécie na medida em que a consomem, demonstrando habilidade de manejo deste recurso, visando sua conservação para a geração atual e as futuras gerações.

A exploração de madeira de espécies botânicas nativas se dá no âmbito da construção de casas e estruturas de apoio, como cozinhas externas ao local de dormir e pequenos depósitos. Contudo, há controle sobre a retirada de madeira, em especial o vinheiro, a araucária, a peroba, tendo em vista a legislação ambiental estadual que proíbe o corte dessas espécies. Registre-se que o uso desse recurso se dá apenas quando a madeira está seca, em função da queda natural da árvore.

Da mesma forma vem se dando o controle do uso de areia e argila, usado preferencialmente para a construção de fornos à lenha, comuns não só nas casas das famílias Xetá.



FOTO 40: Fogão de barro de Sueli Xetá, filha de Tikuein, construído a partir da mistura de terra de seu próprio quintal, com cinzas da lenha e água.

No que se refere às habitações Xetá em terras indígenas de ocupação tradicional Guarani, é de se destacar que também nestes casos as casas apresentam aparência semelhante entre si, de tábuas ou de alvenaria, na medida em que também resultam do beneficiamento obtido a partir de política habitacional do Governo do Estado do Paraná. A ocupação Xetá na TI Rio Areia está também profundamente relacionada à trajetória de Maria Rosa ã.

A TI Rio de Areia, localizada no município paranaense Inácio Martins, possui área de 1.352 hectares e é tradicionalmente ocupada pelo povo Mbya-Guarani. Atualmente é habitada por 132 pessoas pertencentes a este grupo, além de abrigar, em caráter provisório, o tronco familiar de Maria Rosa ã Xetá (cônjuge, filhos e netos). Somam-se, com a família de Maria Rosa ã e Carlos, 3 famílias Xetá nucleares e 13 indígenas dessa etnia (9% da população indígena local). Seu grande sonho é viver junto dos demais, principalmente daqueles que ainda falam a língua Xetá, que ela entende, com capacidade para fazer traduções. Segundo ela, o fato de estar só impossibilita-a de praticar a língua, pois “ninguém fala só” (SILVA, 1998).

Relativamente à ocupação do grupo familiar de Maria Rosa ã na TI Rio de Areia, tem-se que ela se dá dentro de uma área equivalente a 7 hectares (0,5% da extensão total da TI), onde plantam e constroem casas. Trata-se de uma área cuja ocupação foi permitida pelo cacique Guarani, para a qual necessitam de autorização para retirar da floresta os recursos necessários à subsistência.

A economia desse grupo está baseada no cultivo de erva mate, mandioca, feijão (tipos branco e preto), batata doce, arroz, verduras (couve, cebola, repolho) e pomares (pêssego, ameixa, jabuticaba, guabiroba), além das práticas de caça, pesca e criação de galinhas. Os cultivos orientados para a comercialização são os de erva mate e mandioca, práticas realizadas coletivamente, em roças comunais Guarani.

Outras atividades são a meliponicultura, na TI Rio de Areia. Neste caso, a produção de mel, por abelhas “Europa” (*Apis mellifera*), resulta da coleta três vezes ao ano (abril, setembro e junho), cujo produto, segundo Carlos Ramirez, é dividido com os Xetá somente se houver produção excedente.

A TI Rio de Areia está situada em região com relevo acidentado, diferentemente da TI São Jerônimo, sendo de difícil acesso. Em função disso, suas reservas florestais se apresentam mais preservadas, de modo que a caça se constitui como um recurso para as famílias Xetá.

É também dessas áreas preservadas que os Xetá usufruem dos recursos pesqueiros, havendo ainda açudes, para uso coletivo, e a exploração do pinhão, abundante nessa região. Há exploração também das espécies vegetais com sementes, para confecção de artesanato, como é a Santa Bárbara. Não foi possível verificar se a venda de artesanato indígena é prática atual dessa família, contudo é possível cogitar essa possibilidade, tendo em vista que, quando habitava na TI Mangueirinha, Maria Rosa ã complementava a economia de subsistência da família por meio da venda de colares e pulseiras de sementes (SILVA, 1998, p. 72). Registre-se que Aricã e sua esposa, filho de Maria Rosa ã, também têm perambulado por terras indígenas Kaingang e/ou Guarani no Paraná, permanecendo por alguns anos e se mudando em seguida – como Marrecas e Rio das Cobras, situadas respectivamente nos municípios de Turvo e de Nova Laranjeiras/Espigão Alto do Iguaçu.¹²

Para os Xetá, o exercício pleno de suas redes de sociabilidade e revitalização de sua cultura estão condicionados ao retorno ao seu território de origem. Por viverem separados e não disporem de condições financeiras, estão impedidos de se visitarem com frequência. No entanto, sempre que podem se telefonam, mandam bilhetes, cartas.

A insatisfação em viver de favor numa terra que não era a do povo indígena Xetá, onde estes sempre eram vistos como intrusos sem direito a nada, levou algumas

¹² Sebastião, filho de Maria Rosa ã, mora na TI Rio de Areia, junto com a família da mãe; já Aricã, está morando com a família, temporariamente, na TI São Jerônimo. ITE nº. 89/DPT/2013.

famílias se mudarem para a cidade. Conforme as filhas de Tuca, Indioara (ou *Minõma*, “Beija Flor”) e Indiamara (*Mo'ay*, “Furão”), que atualmente moram na aldeia urbana Kakané Porã, situada na região metropolitana de Curitiba,

“Nós somos Xetá, porque nosso pai é Xetá. Nós nunca escondemos isto, embora nossa mãe seja Kaingang. Pelo fato do pai e da nossa gente não ter terra como os outros índios, a gente sempre viveu de favor na terra alheia. É duro isto. O dia que a gente conseguir nossa terra, a gente vai morar nela, junto com o pai. É junto dele o nosso lugar, mas, não dá para viver na terra dos outros, não dá. A gente precisa ter de volta o lugar da nossa gente, dos nossos avós, bisavós. Esse lugar é nosso, pra viver do nosso jeito com os nossos filhos e não deixar morrer os conhecimentos dos antigos (...). Só tendo nossa terra, e morando junto vai ser possível não perder esses conhecimentos (Indioara Paraná e Indiamara Paraná. Portaria nº. 1230/PRES/2000).”

Considerando o processo histórico de esbulho e dispersão de famílias Xetá, conforme detalhado na Primeira Parte do Relatório Circunstanciado, tem-se que a habitação e o modo de ocupação Xetá, no que se refere a construção de casa, plantio ou o exercício de qualquer atividade de subsistência, estão na total dependência de cessão de espaço por parte dos Kaingang ou Guarani. O espaço físico a que os Xetá têm direito nas TIs Guarani e Kaingan é reduzido, muitas vezes restrito apenas ao local de moradia.

Isso se evidencia entre as famílias Xetá da TI São Jerônimo, ressaltando-se que o grande número de famílias indígenas também é fator crítico, podendo causar acirramento de disputas, conforme as políticas internas do grupo étnico predominante, dado que há maior impacto na gestão dos recursos disponíveis na área, para uso coletivo de cada família. Pode-se dizer, portanto, que os Xetá vivem uma liberdade relativa na distribuição das suas moradias, tipo de edificação e pontos de caça, pesca, coleta e abertura de roçados, sem, contudo, poderem se expandir e ocupar livremente as áreas de interesse, em locais mais propícios a sua reprodução física e cultural. Estes têm claro que vivem de favor nestes locais, por esta razão devem obedecer às regras e hierarquias das lideranças locais.

Não obstante esses fatores limitantes da autonomia Xetá, esse povo indígena se adequa às concessões recebidas, alimentando uma lógica cultural específica, pela qual se organizam, com regras de convívio e casamento singulares.

Terceira Parte – Atividades Produtivas

a) Atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo

Até a primeira metade do século XX, a mobilidade Xetá e o modo de ocupação dos diferentes espaços destinados à subsistência dos grupos locais, na Serra dos Dourados, eram determinados pelas práticas de caça e coleta, presentes em abundância ao longo da margem esquerda do rio Ivaí, nos córregos 215, Tiradentes, ribeirão do Indoivaí e Rio do Veado (os três, primeiros afluentes do Ivaí e o último, do rio Paraná). A pesca era praticada em menor escala, sem uma prática agrícola efetiva, a não ser o cultivo de algumas plantas essenciais para o grupo, como o porungo.

Conforme a memória oral Xetá, o período da caça era aquele vivido nos acampamentos, onde os grupos familiares permaneciam enquanto a estação lhes fosse favorável. Era o tempo de percorrer os barreiros (*ógwa kã*) ao longo do córrego 215 e de buscar pontos de concentração de animais de grande porte, como por exemplo, a anta, a capivara, o porco do mato, veado, entre outras espécies da fauna. Quando a caça no local explorado rareava, o grupo seguia nova rota, até que o ponto inicialmente explorado se tornasse novamente abundante em caça. Segundo essa lógica de mudança de itinerário em função da presença rotativa de caça, os grupos locais acabavam retomando pontos antigos de ocupação, demarcando assim seu território tradicional.

A escassez da caça cedia lugar ao tempo das frutas, marcada também pelo período da mobilidade dos grupos em direção ao espaço coletivo da *óka awatxu* (aldeia grande), lugar em que diferentes grupos locais se encontravam e socializavam por meio de rituais de beberagem e de iniciação masculina. Era o tempo dos encontros, das trocas, de fazer novas relações e reforçar os laços de solidariedade interna.

A dinâmica da ocupação temporária dos espaços de moradia familiar, assim como a moradia coletiva, estava orientada pelo calendário anual Xetá. Segundo os Xetá mais velhos, o ano era marcado por duas estações com duração de seis meses cada uma: o inverno, *arãdja* e o verão, *hákuti*, que era o tempo *hawágwi*, enfumaçado e quente. O inverno era o tempo de abundância da caça e da engorda dos animais, como anta, capivara, veado, porco do mato etc. Diante dessa fartura, os caçadores faziam armadilhas como o laço, para capturar anta, posicionado em lugares cheios de fruta verde de araticum, *i'kõadjo*, ou, *arat'ikow*, muito apreciada por esta espécie.

O período da caça era o tempo da permanência dos grupos locais nas imediações dos barreiros ao longo do córrego 215, onde abundavam espécies como a anta e a capivara, animais muito apreciados e de grande significado cultural para o grupo.

Estações do Ano Xetá e duração	Correspondência com o calendário ocidental	Características ambientais, utilização dos recursos ambientais e práticas rituais
“Inverno” 6 meses de duração	2ª quinzena de março até 1ª quinzena de setembro	- Tempo de caça abundante: paca, anta, capivara, veado, jaguatirica, porco do mato, tamanduá etc. - Escassez de frutas: apenas macaúba (<i>Acromia aculeata</i>). - Erva mate (bebida <i>kukwáj</i> consumida quente). - Coleta de alguns tubérculos, como <i>kogwa</i> (“cará”).
“Verão” 6 meses de duração	2ª quinzena de setembro até 1ª quinzena de março.	- Início marcado pelo canto da cigarra. - Tempo de cobras e lagartos. - Tempo da coleta de frutas: maturação e abundância de jaboticaba (setembro-outubro), pitanga e banana-de-mico (outubro-novembro), guabiroba (outubro-dezembro), jacaratiá (fevereiro-abril), além da macaúba, araticum, ingá, jerivá, etc. - Tempo da coleta de mel (janeiro-março) e de larvas em geral, extraídas do tronco de palmeiras (família botânica <i>Arecaceae</i>). - Erva mate (bebida <i>kukwáj</i> consumida fria). - Caça de animais de menor porte, uso predominante de arco-e-flecha para abater aves, macacos e pequenos mamíferos, como o quati. - Tempo dos rituais de iniciação masculina, de beberagem e cantorias.

TABELA 04: Calendário anual de atividades lembradas pelos Xetá, antes do esbulho territorial.

Conforme a memória oral Xetá, neste período quase não havia vegetais. Tuca, Tikuein e Kuein lembraram que no inverno “*era só caça, porque não tinha fruta, depois vinha flor nova e depois as frutas*”. As espécies mais resistentes, a macaúba e a erva mate, eram as únicas disponíveis. Esta última era consumida, portanto, no verão e no inverno, a partir da qual os Xetá faziam a indispensável bebida *kukwáj* – tomada fria, no verão, e quente, no inverno, aquecida com uma pedra quente, colocada dentro do recipiente em que era preparado. Quando as árvores começavam a florir era o tempo também da cigarra *ñakáraratxi*, que marcava o início do verão, quando abundavam as frutas, mel, larvas, com incidência de diferentes espécies de aves e animais de pequeno porte. Para as caças de pequeno porte eram utilizados arco e flecha ou o mundéu. Com a chegada do verão iniciava-se também, o período dos rituais.

A habitação e o modo de ocupação Xetá têm profunda relação com as práticas produtivas, especialmente a caça e a coleta, tendo em vista, como já foi dito, que os locais de acampamentos eram determinados pela sazonalidade dos recursos naturais para a subsistência do grupo. Esse conhecimento tradicional Xetá sobre fauna e flora se manifestou concretamente ao longo do processo de identificação dos limites da TI Herarekã Xetá, durante as visitas às áreas de mata ainda existentes ao longo dos córregos 215 e Tiradentes, quando se evidenciou que a principal preocupação dos guias indígenas era identificar a presença de animais para caça.

Ao percorrerem esses locais, pelos carreiros ou mesmo dentro da mata, os Xetá mais velhos seguiam em busca de rastros e vestígios de animais, identificando as inúmeras espécies ainda presentes nesses locais. Entre eles, muitos espécimes nativos, apreciados pelo grupo como parte de sua dieta alimentar e do seu universo cultural, como veado (*Mazama gouazoubira*), paca (*Cuniculus paca*), tatu (*Dasypus novemcinctus*), quati (*Nasua nasua*), cotia (*Dasyprocta azarae*), “mão pelada” ou guaxinim (*Procyon cancrivorus*), gato do mato (*Leopardus pardalis*), além de aves, como guacho, papagaio e outros.



FOTO 41: Tuca e Tikuein reconhecem rastros de animais na TI Herarekã Xetá.

Relativamente ao cultivo de produtos agrícolas, como o milho, a mandioca, o fumo, entre outras espécies apreciadas e cultivadas por vários povos Tupi, os Xetá têm em seu vocabulário termos para designá-los, contudo, informam não tê-los conhecido antes do contato.

Embora não houvesse uma prática agrícola consolidada, é de se destacar o uso contínuo, pelos antepassados, de uma espécie de planta denominada *he'miña*. As folhas

eram enroladas e queimadas, para serem aspiradas, semelhante a um cigarro. Essa planta era cultivada e transportada para todos os locais para onde os grupos se dirigiam.

Cabe chamar a atenção, também, para a importância do porungo (*Crescentia cujete*) no universo da cultura Xetá. Tuca, Kuein e Tikuein relatam que esta era a única espécie vegetal que cultivavam antes do contato. O porungo lhes servia de vasilha – a cuia, um dos poucos utensílios levados pelo grupo durante as suas caminhadas –, sendo que as sementes eram empregadas como alimento.

O cultivo do porungo é praticado até hoje, sendo fator de integração entre as famílias Xetá, especialmente, por meio das mulheres, como será detalhado na Quinta Parte do Relatório Circunstanciado. Para além de suas utilidades práticas e da questão simbólica que sustenta as relações familiares Xetá, subjaz a essa prática a história da própria planta, que situa, a partir das memórias dos Xetá mais velhos, a própria origem do povo Xetá.

Em síntese, essa planta possibilita um uso multifuncional pelas famílias Xetá, ainda hoje. Mas esse uso extrapola a dimensão prática e utilitária e materializa o vínculo entre as diferentes gerações, até os antepassados, entre as famílias Xetá e entre elas e a terra, pela articulação de significados e símbolos, a partir da memória Xetá.

De caçadores e coletores, após o contato, década de 1950, os Xetá passaram a praticar a agricultura de subsistência, com alguma inserção no mercado de trabalho regional, seja como servidor público, bóia fria ou no exercício de trabalhos domésticos, com recebimento de aposentadorias pelo FUNRURAL. As atividades de caça e coleta, de fundamental importância para o grupo antes do contato, hoje vêm sendo praticadas como complemento da dieta alimentar dos Xetá que moram em terras indígenas Kaingang ou Guarani.

Na categoria dos assalariados estão incluídas as famílias de Tucanambá José Paraná (Tuca), já falecido, que era funcionário da FUNAI, Tiquiein Xetá, que exerce atividade como policial militar em Chapecó, e Rondon, servidor da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), também em Chapecó. Estes tiveram e têm um salário fixo, com garantia dos direitos trabalhistas.

A ocupação funcional de Tuca era de auxiliar de serviços gerais, tendo trabalho por longo período com horticultura e viveiro de espécies nativas (frutíferas e erva-mate), para reflorestamento da atual TI Rio das Cobras. Ao lado de sua casa no mesmo local, ele plantava uma pequena horta de verduras, tubérculos e frutíferas.

Tuca, juntamente com Kuein, por morarem na mesma terra indígena, periodicamente praticavam a caça e a pesca como atividade complementar da dieta alimentar (Kuein habita, atualmente, a TI Marrecas). Os filhos de Tuca moram na aldeia urbana Kakané Porã, situada na região metropolitana de Curitiba, somando 3 (três) famílias Xetá, num total de 24 pessoas.¹

Maria Rosa Tiguá mora numa chácara, no Distrito de Douradina, próximo a Umuarama, com sua filha, genro e netos. Cultiva mandioca e tem uma pequena criação de porcos, realizando também serviços domésticos. Anteriormente, morava em Umuarama, onde prestava serviço no Parque Municipal Xetá, sem qualquer garantia trabalhista, e contava com o apoio de alguns moradores locais para incrementar a renda. À época, morava em pequena habitação cedida pela prefeitura, em um conjunto popular situado na periferia da cidade. Ana Maria Tiguá vive com seu marido e filho em São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo; ambos trabalham como chacareiros, sendo que ela exerce serviços domésticos. Entre os Xetá mais velhos, Kuein Maria Rosa ã recebem aposentadoria.

Grupo Familiar	Número de Famílias	População	Fonte de subsistência
Tikuein (José Luciano)	09	43 pessoas	Agricultura; trabalho como bóia fria, aposentadoria.
Tuca	04	15 pessoas	Trabalho assalariado (Servidor FUNAI), Empregada Doméstica, horticultura, caça e pesca (atividade complementar)
Maria Rosa ã	04	08 pessoas	Agricultura, aposentadoria. Criação de animais domésticos, caça e coleta.
Maria Rosa Tiguá	01	04 pessoas	Doméstica. Trabalho em Parque Minicipal.
Ana Maria Tiguá	01	02 pessoas	Serviços gerais e doméstica
Tiquêin	01	04 pessoas	Servidor público estadual (policia militar)
Rondon	01	03 pessoas	Servidor Público federal (atendente de enfermagem)
Kuein	01	01 pessoa	Aposentado
Total	22	80 pessoas	

TABELA 05: Demonstrativo das atividades econômicas Xetá praticadas nos locais onde habitam.

¹ Localizada no bairro Campo do Santana, nas imediações da BR-116 em direção ao município Fazenda Rio Grande, esta aldeia dista 20 km do centro de Curitiba e é habitada por indígenas Kaingang (86 pessoas), Guarani (12 pessoas). O nome escolhido para o local o significa fruto bom, sendo Kakané uma palavra Kaingang (“fruto”) e Porã, um termo Guarani (“bom”) (Baptista, 2012).

Maria Rosa ã e Tikuein (José Luciano, já falecido) e seus descendentes se mantiveram em terras indígenas, a despeito da falta de autonomia territorial, cultivando roças de subsistência com alguma comercialização da produção agrícola, mas também exercendo trabalhos externos.

Tikuein, quando vivo, não deixou de trabalhar na lavoura, após ter aprendido essa prática com servidores do SPI, juntamente com seu pai, na então Área Indígena Laranjinha, para onde foram removidos em função do esbulho do território Xetá, conforme detalhado na Primeira Parte. Em função disso, seus filhos e netos ocupam a TI São Jerônimo também por meio da agricultura de subsistência, em pequenas roças familiares, mas também em roças coletivas. Essas famílias se organizam numa extensão pequena de terra, considerando que estão na dependência de decisões políticas das lideranças Kaingang e Guarani para uso e ocupação dessa terra indígena.

Observe-se que a quantidade plantada e colhida é insuficiente para o sustento de todo o grupo familiar e, por vezes, não gera excedente que lhes possibilite trocar e adquirir outros gêneros de primeira necessidade. Claudemir, filho de Tikuein e liderança do povo Xetá em São Jerônimo, observou que *“todo ano nasce uma pessoa e a terra continua ali, daquele tamanho”*.

Agricultura

As áreas destinadas ao cultivo das famílias Xetá estão situadas próximas a suas casas, como foi detalhado na Segunda Parte do Relatório Circunstanciado. Registre-se, contudo, que algumas roças e locais de moradia a eles destinadas pelas lideranças Kaingang e Guarani situam-se em locais pouco favoráveis, em termos de localização em relação à escola ou ao açude, havendo ainda diferenciação em relação com as roças Kaingang e Guarani, em termos de tamanho e do potencial agrícola das áreas destinadas ao plantio, neste caso, em virtude do maior desgaste a que ficam expostos e pelo uso intensivo.

Os pomares situados ao redor das casas Xetá apresentam pés de laranjeira, mangueira, bananeira, abacateiro. Já quanto à culturas agrícolas, o milho e o feijão são preferenciais. A terra é preparada em agosto, pelos homens, de forma manual, no caso das famílias que assim preferem, como a de Dival, filho mais velho de Tikuein; ou mecanizada.



Figura 8: Benedita Xetá e sua plantação de arroz, em São Jerônimo da Serra.

O plantio ocorre em setembro. Participam do plantio, assim como da colheita, homens e mulheres de cada família. Conforme descreveu Dival, cuja roça de hortaliças (beterraba, alface, couve, abóbora, quiabo), com alguns pés de café, situa-se em um declive e mede, conforme sua referência, “meio salaminho”. Ou seja, a medida de área equivale a $2,5 \text{ m} \times 12,5 \text{ m} = 31,25 \text{ m}^2 = 0,0031 \text{ hectares}$.



FOTO 42: Roça de milho de Sueli Xetá, filha de Tikuein.

Os tipos de milho cultivados pelos Xetá são o milho roxo, milho branco e milho amarelo. Este último é muito saboroso e apreciado na forma de mingau, com sal. Também cozinham, com as citadas variedades de milho, pamonhas e bolos. Não obstante a produção das famílias, é o milho doce que tem maior aceitação no mercado, e, no entanto, os Xetá não cultivam esta variedade.

Em outubro de 2012 choveu muito além do esperado, e muitas famílias perderam suas plantações de feijão. Benedita, filha de Tikuein, contou-nos que colheu apenas três sacos de feijão, totalizando 180 Kg, que deram apenas para o consumo

familiar. Colheitas maiores, por outro lado, permitem a venda em estabelecimentos da cidade. Segundo a informante, o preço de um saco de feijão (60 quilogramas) varia conforme sua qualidade: quanto menos chuva na época da colheita, tanto melhor, porque o feijão não mancha. “O feijão bom é aquele sem manchas”, cujo preço varia entre R\$ 200 e R\$ 250. Já o “feijão manchado” é menos valorizado, apresentando preços na faixa de R\$ 100 e R\$ 150. Ressaltou, ainda, que a colheita é partilhada se houver familiares precisando.

FOTO 43: Feijão branco, colhido pela família de Benedita Xetá. Uma boa colheita proporciona cerca de 10 sacos do alimento, totalizando 600 Kg e provê o consumo familiar e renda para adquirir outros produtos e diversificar a dieta. Em 2012, entretanto, a colheita foi muito fraca, por causa da chuva.



Alguns homens, principalmente os que trabalham em fazendas da região durante as colheitas de café (de maio a agosto), preferem preparar a terra fazendo uso de trator agrícola, grade e semeadeira. Tais maquinários foram adquiridos no final de 2012 pelos Kaingang, no âmbito de um dos programas de compensação ambiental do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, implementado em razão da construção e operacionalização da Usina Hidrelétrica (UHE) Mauá. Abordaremos este tema mais adiante, atendo-nos, por enquanto, a frisar que o preparo mecanizado da terra não é generalizado entre o grupo.

Os outros plantios além de milho e feijão são mantidos em escalas ainda menores, de forma orgânica e consorciada. Alimentos como abóbora, mandioca, batata doce e verduras compõem a dieta diária, sendo consumidos cozidos. Todas as mulheres Xetá preferem cozinhar em seus fogões à lenha, em cozinhas construídas com tábuas de madeira, como anexos de suas casas. Sueli Xetá não abre mão de seu forno de barro, afirmando que a comida é outra, mais gostosa que a feita no fogão dos “brancos”.

Durante a visita às casas e roças dos filhos e filhas de Tikuein, observamos o apreço que os Xetá desenvolveram pelo cultivo de plantas ornamentais. Dival, por

exemplo, gosta de coletar orquídeas do mato para enfeitar o seu quintal, enquanto Benedita, Sueli e Rosângela cultivam rosas. As mulheres contam que Tikuein não gostava muito que os filhos cultivassem plantas sem utilidade, só pela beleza, e que tinha o hábito de presenteá-los com mudas de fruteiras ou de palmitos, que trazia de suas viagens.

Benedita mostrou uma palmeira jerivá (*Syagrus romanzoffiana*) cultivada em seu quintal, que foi presente de seu pai, e afirmou que além de cuidar de seu presente, preocupa-se em não deixar a tradição se perder. Esclareceu que hoje em dia os Xetá têm muito cuidado com as plantas que cultivam e que trocam mudas, presenteiam uns aos outros e também pessoas afins, com espécies “úteis”, tanto no plano econômico (alimentação, subsistência) como espiritual (saúde, cuidado com o corpo e enriquecimento estético da paisagem).



FOTO 44. Rosângela Xetá e sua
plantação de *porungos*.

O cultivo do porungo é comum entre as famílias Xetá e, à semelhança dos antepassados, também é multifuncional, servido especialmente como utilitário doméstico, como cacimba e cuia para coleta de água. Registre-se que essa cultura é fator de interação entre as famílias Xetá, revelando-se como elemento de fortalecimento da rede social e simbólica que articula as gerações, ou seja, índios Xetá mais velhos, seus filhos, netos e bisnetos. Trata-se não apenas de tradição alimentada pelos descendentes de Tikuein (José Luciano), mas também pela família de Maria Rosa ã. Mudas e sementes são trocadas entre as famílias Xetá da TI São Jerônimo e de Rio de Areia, quando há oportunidade de encontro entre elas.

Criação de Animais Domésticos



Figura 11. Criação de porcos, na chácara de Maria Rosa Tigua.

A maioria das famílias Xetá mantém criatórios de um ou mais tipos de animais domésticos, em pequeno número e para consumo próprio, como galinhas, patos e porcos. Alimentam suas criações com as cascas das leguminosas que cultivam, além de frutas, milho e hortaliças. De acordo com José Aparecido, filho de Dona Conceição, um porco só é abatido quando está muito grande, ocasião em que “*a gente mata ele, tira a pele, arranca a mocidade e depois põe pra dourar*” (Diagnóstico Socioambiental, 2013). Registre-se que os cultivos de hortaliças costumam ser protegidos com o chamado capim napiê ou capim elefante (*Pennisetum purpureum*), que forma uma cerca viva capaz de inibir invasões de galinhas.



FOTO 45. Criação de porcos, na casa de Sueli Xetá..

Coleta de frutos e palmitos

Tikuein ensinou a seus filhos e filhas, e estes aos seus descendentes, a “*buscar no mato*” (Diagnóstico Socioambiental, 2013) as frutas consumidas, como se fazia no “*tempo dos antigos*” (Idem). Nesse processo, muitas árvores são identificadas pelos

Xetá da TI São Jerônimo como recursos naturais também explorados pelos antepassados, figurando como alimentos dos antigos o ingá, a gabioba, a jabuticaba, aracá, jacaratiá, macaúba, entre outras, recursos explorados também pela geração Xetá atual.

A coleta do pinhão, fruto da araucária, também muito apreciado pelos Xetá, deriva de prática tradicional Kaingang, restringindo-se às famílias da TI São Jerônimo, considerando a característica natural da região onde esta se situa, ou seja, numa altitude acima de 1000 metros. Outra prática herdada pelo grupo consiste na coleta de palmito, que os Xetá gostam de consumir cozido ou assado, com pimenta. O palmito extraído do jerivá (*Syagrus romanzoffiana*) continua muito apreciado, embora a prática de extrair e consumir as larvas de coró, do tronco desta e de outras espécies de palmeiras nativas, tenha sido praticamente abandonada.

As palmeiras jerivá são abatidas para consumo do palmito e continuamente replantadas, na medida em que são consumidas, fato que demonstra habilidade de manejo deste recurso, visando sua conservação para a geração atual e as futuras gerações.

Pesca

Ao contrário dos Kaingang, a pesca nunca foi uma atividade típica da economia Xetá, e neste quesito, pouco se alterou entre este grupo. Esta atividade é praticada ocasionalmente, em açudes, ou ainda em riachos situados fora da área demarcada. Existem dois açudes comunitários (também conhecidos por represas) na TI, implantados pela FUNAI há 15 e 20 anos, sendo um povoado majoritariamente por ciclídeos africanos (*Tilapia spp.*) e outro por carpas (*Cyprinus carpio L.*) e "truvilas". Nestes locais, todos os indígenas que moram na TI podem pescar. A última espécie, cujo formato corporal os Xetá associam ao de uma cobra, é apreciada e consumida frita. Os peixes de rio, capturados com varas ou tarrafas, são predominantemente lambaris (*Astyanax sp.*), traíras (*Hoplias sp.*), cascudos (*Loricariidae*) e bagres (*Bagre spp.*).

Espécies madeireiras utilizadas

A exploração de madeira de espécies botânicas nativas se dá no âmbito da construção de casas e estruturas de apoio, como cozinhas externas ao local de dormir e pequenos depósitos. O corte de tábuas, por sua vez, exige a contratação de operador de

motosserra, e segundo consta, existem cinco homens na TI São Jerônimo capacitados para este serviço. O corte por m³ de madeira custa R\$ 2,50, e os Xetá costumam conseguir apoio da prefeitura para adquirir o combustível necessário. Note-se que algumas espécies só podem ser utilizadas se já estiverem secas (araucária, vinheiro, peroba), sendo o seu corte, em outras circunstâncias, terminantemente proibido.

Parte das famílias Xetá, tanto na TI São Jerônimo como na TI Rio de Areia, foi contemplada por programa de construção de casas populares do governo estadual. Neste caso, as casas seguem um mesmo padrão – sala, três quartos, cozinha e área de serviço – sendo construídas de alvenaria e telhado feito com telhas de barro.

Observamos, adicionalmente, que embora se trate de casas esteticamente agradáveis sob a ótica da sociedade não indígena, aspectos como a forma, tamanho, localização e dimensão das divisões internas foram definidos de maneira homogênea, sem diálogo com os beneficiários indígenas, portanto sem considerar alternativas culturalmente mais adequadas às necessidades de uma família Xetá.

Conforme o relato dos próprios Xetá, as casas são pequenas e não comportam a necessidade da família, especialmente diante do nascimento de novas crianças. Desse modo, muitas casas apresentam cômodos em ampliação, construídos com o emprego de tábuas ou paus roliços, neste último caso, com aplicação de sapê.

Madeiras	Nome científico	Família Botânica	Uso
Vinheiro	Não identificado	Não identificado	Tábuas para casa. Espécie mais comumente utilizada.
Pinheiro	<i>Araucaria angustifolia</i>	Araucariaceae	Tábuas para casa, mas só pode cortar se estiver seco. Árvores “verdes” são rigidamente protegidas.
Peroba	<i>Aspidosperma polyneuron</i>	Apocynaceae	Tábuas para casa, mas só pode cortar se estiver seca. Árvores “verdes” são rigidamente protegidas.
Eucalipto	<i>Eucalyptus</i> sp.	Myrtaceae	Quando “grosso”, serve pra tábua, mas geralmente é mais explorado como lenha. Algumas famílias plantam e comercializam esta espécie exótica, originária da Austrália.
Total: (4) espécies madeireiras utilizadas.			

TABELA 06. Espécies madeireiras utilizadas pelos Xetá na TI São Jerônimo.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Diretoria de Proteção Territorial
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação
SBS Quadra 02 Lote 14 – Ed. Cleto Meireles - 7º Andar
Brasília/DF – 70070-120
Tel.: (61) 3247-7025/7026 cgid@funai.gov.br

FUNAI/SEPRO
Serviço de Expedição e Protocolo



08620.077244/2013-18

Memorando nº 800 /CGID/2013

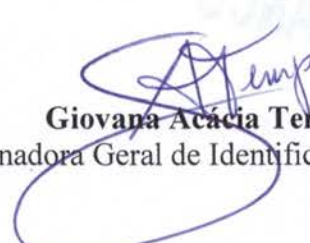
Brasília, 06 de dezembro de 2013.

À Chefe do **Setor de Protocolo – SEPRO**
Sra. Silvana de Oliveira Silva

Proc. nº 3478/99
Fls. 1098
Rúbrica Clairne

Assunto: Procedimento de identificação e delimitação da Terra Indígena Xetá (PR).
Referência: Processo nº 08620.003478/1999-10

1. Tendo em vista a legislação específica sobre as quantidades máximas de folhas por volume, estamos encaminhando 6º volume do processo em referência para formação de novo volume.


Giovana Acácia Tempesta
Coordenadora Geral de Identificação e Delimitação

CGID, em prosseguimento, por atendimento.
06/12/13


Silvana de Oliveira Silva
Portaria nº 745/PRES de 31/05/2012
FUNAI/SEPRO



Ministério da Justiça

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS/PROCESSOS MJDOC

FUNAI/SEPRO - Serviço de Expedição e Protocolo

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Proc. nº 3478/99
Fls. 1099
Rubrica Denilda

Ao(s) 06 dia(s) do mês de Dezembro de 2013, procede o encerramento deste volume, nº do Processo 08620.003478/1999-10, contendo 1099 folhas, abrindo-se em seguida o volume nº 7.

Para constar, eu DENILDA CAMPOS CARAPINA, sobrescrevo e assino.

Denilda Campos Carapina
Carimbo e assinatura

Processo Conferido
FUNAI/SEPRO
Data: 06/12/2013
Até a folha: 1099
Assinatura: Denilda

Data: 06/12/2013

Emitido por: DENILDA CAMPOS CARAPINA

Hora: 15:58

Ministério da Justiça

Página 1 de 1



Ministério da Justiça

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS/PROCESSOS MJDOC

FUNAI/SEPRO - Serviço de Expedição e Protocolo

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Proc. nº 3478/99

Fls. 1100

Rubrica Denilda

Ao(s) 06 dia(s) do mês de Dezembro de 2013, procede a abertura deste volume, de nº 08620.003478/1999-10, que se inicia com a folha nº 1100.

Para constar, eu DENILDA CAMPOS CARAPINA, sobrescrevo e assino.

Denilda Campos Carapina

Carimbo e assinatura

Data: 06/12/2013

Hora: 15:58

Emitido por: DENILDA CAMPOS CARAPINA

FUNAI/SEPRO